



Revista Possibilidades

Publicação do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista

Ano 01, nº 03, Jan./Mar. de 2004.

<http://www.npm.ubbi.com.br/>



ÍNDICE

Apresentação.....	04
ARTIGOS E ENSAIOS	
<i>MOVIMENTOS SOCIAIS:</i>	
Aproximações ao Movimento Antiglobalização.....	05
Pablo Ortellado	
Movimento Operário e Feminismo.....	12
Maria Angélica Peixoto	
<i>SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:</i>	
A Crise do Capital e seu Impacto nas Reformas Educacionais Contemporâneas...18	
Celso Carvalho	
A Tocaia Socialista.....	26
Lucelmo Lacerda de Brito	
Política e Mundo do Trabalho.....	37
Erisvaldo Souza	
Para uma (Re)Leitura do Ato de Questionar – Uma Inquietação do Vivido.....	40
Alexsander Batista e Silva	
<i>CULTURA:</i>	
A Música e a Cultura do Ter.....	44
Edmilson Ferreira Marques	
<i>MARXISMO:</i>	
Ideologia e Luta de Classes.....	52
Lucas Maia Santos	
<i>OPINIÃO:</i>	
Filosofia e Sociologia no Ensino Médio: Disciplinas Obrigatórias ou Conteúdo Transversal?.....	57
Flávio Pereira Diniz	
A Sudeco e o Desenvolvimento Regional.....	60
Tadeu Pereira Alencar Arrais	
<i>ESPECIAL:</i>	
Bloch: Materialismo e Esperança.....	64
Ugo Borghello	
<i>ENTREVISTA:</i>	
Super-Heróis e História.....	67
Nildo Viana	
<i>PrOESIA: PROSA E POESIA</i>	
Chuva Incerta.....	72
Diego Mendonça	

EXPEDIENTE:

A Revista Possibilidades é uma publicação trimestral do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista, da UEG – Universidade Estadual de Goiás. Os artigos enviados espontaneamente devem ter de 5 a 15 páginas, margens padrão do Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entrelinhas simples. Os artigos devem ser enviados para o seguinte e-mail: npmueg@terra.com.br ou entregue com uma cópia em disquete e outra impressa no seguinte endereço: Av. JK, nº 146, Bairro Jundiáí, Anápolis-GO. Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente, o ponto de vista do NPM. Os artigos aprovados serão inseridos na revista de acordo com a pauta previamente estipulada e dentro dos critérios formais estabelecidos para tal, o que inclui data de recebimento do artigo, número máximo de artigos permitidos por número, adequação às normas de publicação aqui estabelecidas.

Conselho Editorial:

Edmilson Ferreira Marques
Erisvaldo Pereira de Souza
Fábola Guimarães Vieira
Fernando Lima Neves
Flávio Pereira Diniz
Jean Isídio dos Santos
José Santana da Silva
Leonardo Venícius Proto
Lesley Jorge de Sousa
Lucas Maia Santos
Nildo Silva Viana (Editor-Responsável)
Ovil Bueno Fernandes
Uelinton Barbosa Rodrigues
Veralúcia Pinheiro

Arte- capa: Nildo Viana
Contato: npmueg@terra.com.br
<http://www.npm.cjb.net/>
Av. JK, nº 146, Bairro Jundiáí,
Anápolis – Goiás.

Apresentação

A **Revista Possibilidades**, em seu terceiro número, demonstra sua consolidação enquanto veículo de divulgação da produção do **NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista**, da UEG – Universidade Estadual de Goiás, e do pensamento marxista. Este número apresenta não só o crescimento quantitativo da produção do NPM e dos colaboradores externos, como também destaca a temática da sociedade contemporânea e da abertura para o futuro, compondo dois eixos complementares. O eixo da contemporaneidade, do presente, e o eixo de sua negação, das possibilidades contidas no presente.

A Revista Possibilidades tem como nome justamente esta idéia de abertura para o futuro, de visão das potencialidades e possibilidades do presente. O texto traduzido de Ugo Borghello sobre Ernst Bloch aponta justamente para a discussão da necessidade de pensar o futuro. A abertura para o futuro é essencial e faz parte da consciência antecipadora que não faz como aqueles que foram criticados por Marx, que enxergam na miséria apenas a miséria e nunca sua negação. Outros – a maioria em nossa sociedade –, enxergam no presente apenas o presente, e nunca o futuro, nunca as tendências, potencialidades e as possibilidades existentes no presente. Ernst Bloch, autor marxista pouco conhecido, avança no sentido de perceber o caráter fundamental da categoria de possibilidade e da

importância e necessidade da utopia concreta.

Os demais artigos no presente número, em sua maioria, também apontam para a visão das contradições do presente, bem como, em vários deles, se coloca o mais raro filho destas contradições, o novo, a utopia concreta. Assim, os textos *A Música e a Cultura do Ter*; *A Crise do Capital e seus Impactos nas Reformas Educacionais Contemporâneas*; *Aproximações ao Movimento Antiglobalização*, *A Tocaia Socialista*; *O Movimento Operário e Feminismo*; *O Mundo do Trabalho e a Política*. Neste número também temos textos dedicados a questões mais pontuais, tal como os artigos sobre a *Sudeco*, a *Filosofia e Sociologia no ensino médio*, *O Ato de Questionar*, *A Ideologia e a Luta de Classes*, bem como a entrevista sobre *Super-Heróis* e a continuação da *saga de Ludovico*, a prosa poética de Diego Mendonça.

As idéias também fazem parte da realidade, interferem nela, possuem em si tanto o aspecto conservador, tal como se vê no artigo *Ideologia e Luta de Classes*, mas também antecipador e emancipador, abrindo possibilidades de se pensar um mundo novo. O presente número da **Revista Possibilidades** espera reforçar a segunda tendência, espera que seu presente seja um reforço para o nascimento da semente do futuro.

Nildo Viana

Aproximações ao Movimento Antiglobalização

Pablo Ortellado

Num livro famoso do historiador inglês Eric Hobsbawm, o século que terminou é chamado de “*o curto século XX*” e é definido como o período entre o ciclo de 1914-1917 (da primeira guerra mundial até a revolução russa) e a queda do muro de Berlim (1990). O século é assim o período definido pela força do movimento operário e pela existência de regimes “socialistas”. O sociólogo francês Edgar Morin complementou a periodização de Hobsbawm e disse que se o século XX terminou com a queda do muro, o século XXI começou com Seattle.

Mas o que é exatamente que aconteceu em Seattle. E que movimento é esse que produziu esse acontecimento? Não sabemos sequer o nome que podemos lhe dar. Talvez o termo cunhado pela imprensa, “movimento anti-globalização”, ou ainda, um mais preciso, “movimento contra a globalização econômica”. Podemos também seguir outros caminhos, “movimento de resistência global” ou ainda, “movimento anti-capitalista”. Mas, como eu espero deixar claro, nenhum desses ou qualquer outro nome é suficiente para dar conta da sua pluralidade e complexidade. Esse movimento múltiplo, de estruturas soltas, fronteiras sobrepostas e alianças temporárias, não consegue se deixar apreender por definições simples. O que ele permite e eu vou tentar fazer aqui são algumas aproximações. Vou fazê-las a partir de três perguntas: “Quem compõe esse movimento?”; “Quais são suas

origens?” e “Qual é a sua orientação ideológica?”

Quem compõe esse movimento?

Se nos atermos, inicialmente, ao evento que inaugura “simbolicamente” o movimento, os protestos contra a Organização Mundial do Comércio, em Seattle, em novembro de 1999, podemos oferecer uma primeira resposta. No segundo semestre do ano de 1999, começou a ficar claro para muitas pessoas que freqüentavam a esquerda americana que algo grande iria acontecer durante a “rodada do milênio” da OMC, a ousada rodada de negociações que prometia impulsionar a liberalização comercial para o novo milênio. Há uma certa leitura parcial e interessada sobre Seattle, que aponta uma ampla e sólida coalizão de ONGs, grupos de ação direta e sindicatos produzindo o malogro da reunião. Essa leitura me parece parcial, porque, de tudo quanto li e do que ouvi de pessoas-chaves, o que aconteceu em Seattle foi mais uma organização simultânea de protestos do que uma verdadeira coalizão, no sentido de uma articulação efetiva dessas três “esferas”. De fato, muitas ONGs como a Public Citizen e a Global Exchange iniciaram uma campanha mais ou menos articulada contra as políticas da OMC. Da mesma forma, os sindicatos, principalmente aqueles vinculados a AFL-CIO, a federação sindical “liberal” (liberal, no sentido americano, “de esquerda”), também prepararam com antecedência uma série de ações de lobby e protestos - inclusive em escala internacional. Finalmente, também os grupos de jovens de ação direta que atuavam em diversas frentes, mas,

sobretudo no movimento ecológico, começaram a se reunir numa rede que chamaram de DAN (Rede de Ação Direta). Um pouco como dissidência das táticas de ação direta da DAN (bloqueios estritamente não-violentos) um outro grupo de ação direta foi formado, o Black Bloc, voltado para táticas de destruição de propriedade de grandes empresas. Mas, após um longo e desgastante debate, essas duas vertentes dos grupos de ação direta aprenderam a coexistir pela idéia de “diversidade de táticas”. Talvez o maior mérito de Seattle tenha sido permitir que essas três esferas se articulassem internamente e se reunissem cada qual em função de interpretações gerais do que acreditavam ser os males causados pela OMC.

Foi a simultaneidade dessas três iniciativas que deu força ao movimento. Com os números e a força política trazida pelos sindicatos, com os lobbies e os dados fornecidos pelas ONGs, que há anos vinham estudando os impactos das políticas neoliberais e com um surpreendente movimento de ação direta que bloqueou as ruas de Seattle, impedindo o tráfego dos delegados, conseguiu-se um clima político que possibilitou que as demandas de alguns países do terceiro mundo que eram contra as medidas ultra-liberais da OMC fossem ouvidas. Esse foi o cenário do fracasso da rodada do milênio.

Mas essa primeira aproximação da composição do movimento não é suficiente. Em primeiro lugar, porque ela parece separar muito essas esferas de atuação que, na verdade, têm vários pontos de contato uma com as outras. Muitas ONGs têm contatos mais ou menos próximos com os movimentos e grupos de ação direta. Muitos dos membros dos movimentos de ação direta trabalham profissionalmente para ONGs e boa parte do material

informativo que esses movimentos utilizam vem dessas ONGs. E para pegar um caso extremo, onde as fronteiras se diluem, existem ONGs como a Ruckus Society que se dedicam a preparar e treinar ativistas de ação direta. As relações entre os sindicatos e as ONGs são talvez mais evidentes. Muitas ONGs são diretamente financiadas pelos sindicatos e produzem para eles relatórios sobre os impactos das políticas neoliberais no âmbito das relações trabalhistas. Finalmente, há também relações variantes entre os sindicatos e os movimentos de ação direta. Em Seattle, apenas um reduzido número de sindicalistas jovens participou das ações de bloqueio e esses jovens trabalhadores eram em sua maioria dos sindicatos pequenos e radicais como a IWW. No entanto, após Seattle, houve um intenso esforço dos ativistas de ação direta de se aproximar dos trabalhadores e de “radicalizá-los”. Durante o ano seguinte, esse foi talvez a principal ambição da DAN. Até onde sei, essa tentativa não teve muitos resultados. Claro, estamos aqui falando dos Estados Unidos. Se sairmos dos Estados Unidos, os sindicatos são em geral bem mais combativos. E em muitos países, como a Itália (COBAS), a Suécia (SAC) e a Espanha (CGT e CNT), há um sindicalismo radical de base mais significativo que têm vínculos muito mais estreitos com os movimentos de ação direta dos jovens.

Mas mesmo com essas ressalvas, a primeira aproximação é insuficiente. Nos Estados Unidos mesmo, temos formas de mobilização importantes que não estão contempladas naquela divisão. Existe uma verdadeira cultura do “ativismo de campanha”. É uma cultura de campanhas, tocada por jovens, fundamentalmente estudantes, muito voltada para petições e abaixo-assinados, lobbies e à divulgação de informação (realização de debates nos campi e produção de material impresso

informativo). Se sairmos dos Estados Unidos encontramos ainda outras formas de atuação. Na França, por exemplo, existe um forte movimento chamado ATTAC que não é, evidentemente, um grupo de ação direta, mas também não é uma ONG, no sentido próprio de uma organização civil que produz serviços (seja a produção de relatórios, seja o atendimento a comunidades). A ATTAC é uma espécie de rede de conscientização e mobilização civil que nasceu buscando contestar e regulamentar a especulação financeira. Ela é muito forte na França, onde nasceu, ao ponto de ser considerada lá a porta-voz “oficial” do movimento anti-globalização. Em outros países, são fundamentais na luta contra a “globalização” os movimentos sociais, principalmente os movimentos de camponeses, como o MST, no Brasil ou a Confederação Camponesa de Bové, na França ou ainda os agricultores Karnakata da Índia. Há ainda, em muitos países, principalmente latino-americanos, um movimento de partidos políticos de contestação do “neoliberalismo”. E assim que colocamos toda essa diversidade, vemos que as fronteiras das distinções ficam ainda menos nítidas e os pontos de contato multiplicam-se e sobrepõem-se. Para dar alguns exemplos, quando os partidos políticos entram na composição do movimento em alguns países, há uma aliança quase que imediata com os grandes sindicatos que ainda hoje são quase todos dominados por correntes partidárias. Isso também acontece com os movimentos sociais, ainda que numa medida menor. Mas também há vários pontos de contato entre alguns movimentos sociais e os grupos de ação direta. Movimentos camponeses que fazem uso da ação direta como o MST, que promove ocupações ou os agricultores Karnakata, que queimam

campos de transgênicos, têm mais do que apenas a admiração dos grupos e dos movimentos de ação direta dos jovens urbanos. Durante um momento, de 1998 a 2000, mais ou menos, antes da consolidação da Via Camponesa (rede internacional de articulação dos movimentos camponeses), tantos os grupos de ação direta dos jovens urbanos quanto alguns dos movimentos radicais camponeses, estiveram articulados numa rede mundial chamada AGP, a Ação Global dos Povos. No entanto, com a consolidação de uma rede exclusivamente camponesa, os movimentos rurais passaram a dar prioridade a ela, sem deixar totalmente de participar da articulação mais ampla.

Qual é a origem desse movimento?

Quando aconteceram os protestos de Québec, os muros da cidade diziam: “Não começou em Seattle, não vai terminar em Québec”. Tudo bem. Seattle foi apenas a vitrine do movimento. Foi a grande explosão de visibilidade midiática, mas também a primeira grande vitória. Foi preciso anos de mobilização intensiva nos anos 60 para se conseguir o fim da guerra do Vietnã. Agora, no século XXI, o movimento começou com uma vitória. Como diziam os muros de Seattle, “Estamos vencendo!” Mas quais são as origens dessa vitória?

Bem, cada um dos diversos grupos que compõem o movimento reivindicará sua própria resposta. As ONGs e a ATTAC, por exemplo, provavelmente traçam a origem recente do movimento na grande mobilização mundial que levou ao abandono do AMI, o Acordo Multilateral de Investimento. O AMI foi um acordo discutido no seio da OCDE (grupo dos países mais desenvolvidos) que daria garantias supranacionais a investidores estrangeiros que vissem seus investimentos ameaçados por uma legislação nacional. Isso permitiria que investidores impedissem a aprovação de leis que ameaçassem seus investimentos,

como acontece hoje no NAFTA. Então, em 1998, uma grande mobilização mundial começou a combater o acordo e a pressão internacional levou ao seu abandono. A campanha internacional foi uma iniciativa fundamentalmente das ONGs e, na França, foi uma das coisas que projetou a ATTAC, um movimento civil idealizado pelos fundadores do jornal francês *Le Monde Diplomatique* contra a especulação financeira e a favor de uma taxaço internacional, a Taxa Tobin. Apesar disso, a campanha contra o AMI também teve alguma participação dos grupos de ação direta. Em Québec, por exemplo, onde a OCDE se reuniu para discutir o AMI, um grupo de desobediência civil não violenta foi fundado especificamente para combatê-lo, o SALAMI, grupo que permanece até hoje, tendo sido ativo durante os protestos de Québec em 2001.

Do estrito ponto de vista das origens da sua influência, talvez as ONGs tracem a história de sua ascensão a partir do encontro Rio 92, um encontro mundial de chefes de Estado, promovido pela ONU, para discutir os problemas ecológicos do planeta. As ONGs tiveram um boom em meados dos anos 80, quando passaram a assumir uma série de tarefas vacantes deixadas tanto pelo Estado, quanto pelos sindicatos, depois do furacão ultra-liberal da era Thatcher-Reagan. Mas foi apenas no encontro paralelo de ONGs durante a Rio 92 que elas se firmaram definitivamente como representantes informais da sociedade civil e demonstraram toda a força de seu lobby pela influência que exerciam sobre a opinião pública mundial.

O que chamei de forma desajeitada de “ativismo de campanha” tem também uma história recente importante. Durante os anos 90, ganhou impulso, nos campi americanos, um movimento contra as más condições de

trabalho, as “sweat shops”. Grandes campanhas tentaram cancelar ou substituir os contratos das universidades com empresas do setor de vestuário que fabricavam camisetas e moletons nos países do terceiro mundo em fábricas com péssimas condições de trabalho. Diversos comitês contra as sweat shops se espalharam nas universidades e serviram de base de mobilização para Seattle e depois Washington e os outros protestos.

A história que os diferentes grupos e movimentos de ação direta reivindicam é, por sua vez, bastante múltipla e plural. O movimento de cada país tem a sua história específica. Em comum, apenas a participação de um grande número de estudantes e uma cultura ativista de origem hippie ou punk consolidada nos anos 70 e 80.

Nos Estados Unidos, a origem do movimento está em primeiro lugar no movimento ecológico e anti-nuclear que se desenvolveu nos anos 70 e foi o responsável por grandes campanhas contra usinas nucleares. Foi lá que o movimento adquiriu os contornos que veremos em Seattle: a ênfase na decisão por consenso em oposição ao voto por maioria, a organização por grupos de afinidade (prática recuperada da organização anarquista durante a guerra civil espanhola) e a prática da desobediência civil estritamente não violenta. Na Itália e na Alemanha, as origens do movimento estão na Autonomia, um conjunto de correntes e práticas desenvolvidas nos anos 70 e 80 a partir do movimento estudantil radical e apartidário (extra-parlamentar, na tradição alemã), do movimento feminista, do movimento das ocupações urbanas de jovens e do movimento operário de base e de ação direta (principalmente na Itália). É no seio da Autonomia que práticas como a de um “bloco negro” se desenvolvem, um grupo de militantes radicais que garante proteção durante as

manifestações. É também nela que o uso de capacetes e escudos durante manifestações, prática adotada pelos Macacões Brancos italianos se popularizam. A autonomia é a responsável por grandes mobilizações nos anos 80 contra as usinas nucleares e mesmo contra os organismos financeiros internacionais. Pouca gente sabe, mas em 1988, mais de dez anos antes de Seattle, os autonomistas alemães reuniram mais de 75 mil pessoas em Berlim para bloquear com ação direta e desobediência civil uma reunião do FMI e do Banco Mundial. Finalmente, na Inglaterra também se desenvolve um movimento autônomo de ação direta. É um movimento que também inclui as ocupações urbanas de jovens e o movimento ecológico, mas tem uma participação particularmente importante de grupos dos direitos dos animais. É desse ativismo ecologista que nasce o Reclaim the Streets, nos anos 90, um movimento que promove raves de rua como forma de desobediência civil. Juntos, o movimento de ação direta dos jovens nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha e na Itália forjaram as principais variantes do ativismo de ação direta no mundo: a desobediência civil voltada para bloqueios estritamente não violentos, o Bloco Negro, as táticas de “enfrentamento não violento” dos macacões brancos e as festas de rua.

Em vários outros lugares do mundo os movimentos de ação direta dos jovens adotaram essas práticas ainda que a origem dos seus movimentos seja diversa. Na Argentina e no Brasil, por exemplo, os movimentos de jovens independentes e autônomos só se consolidaram nos anos 90, fruto da definitiva politização do movimento punk no final dos anos 80 e de práticas autogestionárias no movimento estudantil que se espalharam nos anos 80 e 90. Em 1999, na Argentina, um

movimento de jovens desafiou os tabus da política institucional promovendo o absenteísmo em massa, num movimento que ficou conhecido como 501. Segundo a legislação eleitoral argentina, para não votar justificadamente era preciso estar em viagem a mais de 500 quilômetros do domicílio eleitoral. Assim, os jovens de Buenos Aires promoveram caravanas para viajar 501 quilômetros, com o mote “existe política além do voto”. Foram esses jovens que começaram o movimento “anti-globalização” na Argentina em meados do ano 2000. Da mesma forma que foi basicamente uma coalizão de grupos anarquistas, punks e de estudantes independentes quem, na mesma época, promoveu as primeiras manifestações contra a globalização econômica no Brasil.

Boa parte desses movimentos de ação direta dos jovens urbanos estava presente no segundo encontro interplanetário contra o neoliberalismo promovido pelos zapatistas em Barcelona, em 1997. Lá, esses grupos reuniram-se com movimentos camponeses e indígenas como os próprios zapatistas e o MST para fundar uma rede global contra o livre-comércio. Era a Ação Global dos Povos. Na primeira reunião, na Suíça, optou-se por uma nova forma de atuação, os dias de ação global. Seriam dias onde protestos simultâneos em diversas cidades do mundo dariam força e forma efetivamente mundial à resistência contra a globalização econômica. O primeiro dia de ação global efetivo foi o J18, o 18 de Junho de 1999, onde várias manifestações aconteceram pelo mundo, entre elas, um gigantesco bloqueio no centro financeiro de Londres que resultou em enormes prejuízos e dezenas de presos. De forma que se os movimentos de ação direta tivessem que dar uma data específica recente para a origem das mobilizações, eles provavelmente optariam pelo J18.

Eu vou me abster aqui de falar dos outros grupos, como os sindicatos e os

partidos, porque me parece que se eles forem tentar escrever a história do movimento, eles provavelmente apenas repetirão o senso comum de que tudo começou em Seattle. E de fato, para os grandes sindicatos foi uma verdadeira surpresa perceber em Seattle que eles ainda tinham um alto poder de pressão e mobilização - em outras palavras, que eles ainda não tinham morrido.

Por último gostaria de mencionar os movimentos, sobretudo os movimentos indígenas e camponeses. Eu os deixei por último, deliberadamente, porque a história que eles vão contar é a única que quase todos os diferentes atores desse movimento plural não hesitarão em partilhar. Como todos sabem, em 1994, no dia em que o NAFTA, o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte entrou em vigor, aconteceu um inesperado levante de indígenas na região de Chiapas, no México. Tudo o que se passava e daí em diante se passou em Chiapas foi de tamanha inspiração para o mundo que embora infinitamente inferiores militarmente ao exército nacional, o governo mexicano nunca teve coragem de comprar as conseqüências de um ataque militar massivo na região. Esse levante dos mais oprimidos e necessitados, com práticas exemplares de democracia direta, igualdade entre os gêneros e autonomia, inspiraram a esquerda em todo o mundo. Quase que imediatamente e espontaneamente, comitês de solidariedade aos zapatistas se espalharam pelos quatro cantos. Se um evento realmente merece aparecer como pioneiro do “movimento anti-globalização” esse evento foi o levante zapatista.

Qual é a orientação ideológica desse movimento?

Num artigo de grande repercussão publicado na *Monthly Review*, a historiadora Barbara Epstein fala da forte influência das idéias anarquistas

no movimento anti-globalização. Claro, ela está se referindo especificamente aos Estados Unidos e ao movimento de ação direta e o que estou chamando de “ativismo de campanha”. Hoje, nos Estados Unidos, a “comunidade” de ativistas radicais é formada por pessoas que normalmente se definem como anarquistas. Claro, não se trata de um anarquismo clássico, mas de um anarquismo difuso, baseado em idéias gerais de descentralização, democracia direta e decisão por consenso e uma desconfiança generalizada na autoridade. Há, é verdade, no seio dessa comunidade, um núcleo duro de anarquistas revolucionários, mas eles são apenas uma parcela dos ativistas “anarquistas” (assim, com aspas). Na maior parte do mundo, é o anarquismo, enquanto filosofia geral, que inspira essas práticas de organização de base e ação direta e oferece identidade política para os grupos. No entanto, há lugares em que uma parte considerável do movimento é de origem marxista (caso da Itália) ou se define especificamente como autonomista (Itália, Alemanha, Holanda) em oposição aberta às formas clássicas do marxismo e do anarquismo revolucionários.

Saindo da esfera dos ativistas jovens, temos um universo ideológico igualmente frágil. Na verdade, o fim dos regimes ditos “socialistas” deixou muita gente sem rumo e há uma enorme dispersão e inconsistência ideológica na esquerda. Com a exceção dos grupos trotskistas e anarquistas revolucionários, a maior parte da “esquerda” que participa do movimento não tem uma ideologia clara definida. Em geral, tanto os sindicatos quanto as ONGs mais militantes têm referências teóricas marxistas vagas e dificilmente se encontra uma organização com ideologia marxista ortodoxa em qualquer das variantes do marxismo. Alguma ortodoxia ou coerência doutrinária só pode ser encontrada nos poucos grupos trotskistas que tem se

envolvido no movimento e nos grupos anarquistas sindicais e revolucionários.

Mais uma vez, é no zapatismo que se encontram as novidades. Uma quantidade enorme de pessoas, seja nas ONGs, seja em movimentos como a ATTAC, seja em grupos anarquistas, seja em grupos marxistas ou autonomistas, se dizem também “zapatistas”. Isso, evidentemente, pode e diz muita coisa diferente, mas começa-se a formar um certo horizonte amplo e genérico de consenso no movimento de que a nova sociedade que se quer deve ser uma sociedade horizontal, com práticas democráticas diretas e participativas, deve ser uma sociedade com justiça social, que tenha uma relação não predatória com o meio ambiente e onde haja o respeito a todas as diferenças. De que maneira se vai chegar a isso é algo em disputa. O “problema” do movimento – se isso é de fato um problema - não é que não

existam ideologias e explicações de mundo consistentes, apenas que elas são muitas e não há a hegemonia de nenhuma delas como houve com o marxismo durante 70 anos. O debate entre reforma e revolução aparece ainda, mas há um certo deslocamento entre a realidade e os termos, porque, definitivamente, as ONGs e a ATTAC não são, nem correspondem, à social democracia do início do século e o Black Bloc, também, seguramente, não é a CNT espanhola. Talvez, mais uma vez, a rica experiência dos zapatistas, chamada simultaneamente de revolucionária pelos entusiastas e reformista pelos críticos, possa indicar o caminho de uma nova política para o século XXI.

Pablo Ortellado é ativista do Centro de Mídia Independente e Doutor em Filosofia/USP – Universidade de São Paulo.

E-mail: pablo@riseup.net

Movimento Operário e Feminismo

Maria Angélica Peixoto

A história das sociedades humanas é marcada pela evolução de sucessivas formações sociais. Estas formações sociais são tipos específicos de sociedade. Cada sociedade possui uma cultura própria, costumes próprios e modos de produzir e reproduzir a vida material que também são próprios.

A historiografia desenvolveu-se de forma aprofundada estudando as sociedades que existiram na Europa Ocidental. Isto é até certo ponto natural, pois foi lá que a historiografia surgiu como ciência. Por isso, utilizaremos como exemplo a história das sociedades na Europa Ocidental.

Na sociedade antiga existiram duas grandes civilizações: a grega e a romana. Elas eram sociedades *escravistas*, pois o modo de produzir e reproduzir a vida material era baseado no *trabalho escravo*. Este tipo de sociedade foi substituído por um outro tipo que tinha sua produção material fundamentada no *trabalho servil*. Na sociedade medieval, feudal, os senhores feudais eram grandes proprietários de terras, chamadas feudos, e cediam aos servos uma parte delas em troca do seu trabalho na parte na parte reservada para eles.

Com o desenvolvimento do comércio a partir do século 12, iniciou-se o processo de formação de novas classes sociais, que acabariam substituindo a classe feudal e a servil. A sociedade feudal era predominantemente rural, mas a expansão comercial provocou o renascimento das vilas (chamadas na época de “burgos”) e o surgimento de uma classe de mercadores e comerciantes (que passou a ser chamada de “burguesia”).

A expansão comercial provocou um processo de urbanização da sociedade e, posteriormente, de industrialização. Esta nova classe social, a burguesia, acumulou riquezas e passou a investir na própria produção, criando assim os germes da industrialização. Começava a nascer um novo tipo de sociedade: a sociedade capitalista.

A Formação da Classe Operária

A burguesia precisava de força de trabalho para realizar a produção em suas fábricas. Isto se tornou mais urgente com a chamada “Revolução Industrial Inglesa”, ocorrida durante o século 18. A massa de trabalhadores existente se encontrava na zona rural, herança da sociedade feudal. A solução encontrada para este problema foi a expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras. Esta expulsão foi facilitada pela ação do Estado e pelo processo de “cercamento” de terras, já que os camponeses não possuíam a propriedade jurídica delas (Dobb, 1987).

Estes trabalhadores tinham como única alternativa ir para as cidades e oferecer sua força de trabalho por um preço baixo e trabalhando, em média, 16 horas por dia. A classe capitalista era beneficiada pelo enorme contingente de trabalhadores que vinham do campo, pois, assim, podia pagar baixos salários devido a competição pelo emprego de amplas massas trabalhadoras. Eles buscavam abaixar mais ainda os salários utilizando o trabalho de crianças e mulheres.

Neste período, os trabalhadores viviam em condições precárias (habitação, alimentação), tinham uma jornada de trabalho estafante, péssimas condições de trabalho (as fábricas eram mal iluminadas, não higiênicas, etc.).

Homens, mulheres e crianças iam para as fábricas trabalhar em troca de um baixo salário. Estes trabalhadores formavam uma nova classe social, a classe operária, era uma classe de *trabalhadores assalariados*, ou seja, que recebem um salário em troca do uso de sua capacidade de trabalho. Essa classe de trabalhadores assalariados colocava as máquinas para funcionar e produziam as mercadorias para os capitalistas. Estes, por serem os proprietários dos meios de produção (máquinas, instalações, ferramentas, etc.), apenas supervisionavam os trabalhadores. Os capitalistas vendiam as mercadorias produzidas pelos trabalhadores e com o dinheiro desta venda eles pagavam os custos de produção (reposição dos meios de produção) e os salários dos operários. Depois de descontado esta parte sobrava uma parte do dinheiro para o capitalista que se chama *lucro*. De onde vem o lucro? As máquinas não fazem as mercadorias ficarem mais caras do que as matérias-primas utilizadas na sua produção. Foi justamente pelo fato destas matérias-primas terem sido trabalhadas é que se valorizam. Portanto, é o trabalho realizado pelo trabalhador que proporcionou o lucro do capitalista.

Isto significa que o lucro do capitalista foi extraído através da exploração dos trabalhadores. Com o seu lucro o capitalista garante para si um nível de vida elevado e investe comprando mais máquinas e instalações e contratando mais trabalhadores e assim aumentar mais ainda o seu lucro.

O Movimento Operário

Os trabalhadores, vivendo sob péssimas condições de vida e sendo vítimas de uma exploração desenfreada, buscavam resistir e superar esta situação. Houve, assim, a sabotagem e a quebra de máquinas e outras atitudes que demonstravam o descontentamento da classe trabalhadora. Logo eles começaram a se organizar para reivindicar melhores condições de trabalho, melhores salários,

redução da jornada de trabalho, etc. Foi assim que surgiu o movimento cartista, que consistia na formação de associações operárias que se responsabilizavam por enviar cartas ao Parlamento Inglês apresentando as reivindicações dos trabalhadores. Posteriormente surgiria as *trade-unions* (União Operária, a primeira denominação dada aos sindicatos) e a força reivindicatória dos trabalhadores crescia.

É neste período histórico que surge entre os trabalhadores as idéias socialistas. Os intelectuais e filantropos de outras classes sociais começaram a se preocupar com a “questão operária” e a defender idéias socialistas. Assim, o movimento operário e o movimento socialista passaram a andar juntos na história, confundindo-se um com o outro.

As primeiras idéias socialistas surgiram através da obra de alguns indivíduos, provenientes de diversas classes sociais, inclusive da classe capitalista (Robert Owen, por exemplo) e da classe operária (como é o caso de Weitling). Estes indivíduos foram chamados pelos socialistas posteriores de *socialistas utópicos*, pois se caracterizavam por propor uma sociedade ideal (socialista) apelando para meios pouco realistas, como a educação e a razão, que faria a classe capitalista abolir o sistema de exploração. Os principais representantes do “socialismo utópico” foram Charles Fourier, Robert Owen, Etienne Cabet, Henri de Saint-Simon, entre outros.

Com o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores surgiram as duas grandes correntes do *socialismo revolucionário*: o anarquismo e o marxismo. O anarquismo que tinha como principais representantes Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin e posteriormente Piotr Kropotkin e Errico Malatesta, defendia a abolição do capitalismo e a sua substituição pela *anarquia*, uma sociedade sem governo e sem exploração, através da *ação direta* e

da revolução armada. Posteriormente aos primeiros anarquistas haveria o surgimento de diversas correntes, sendo que todas possuem, em comum até os dias de hoje, a negação de toda a autoridade e governo.

O marxismo surgiria com a obra de Karl Marx e Friedrich Engels, que realizaram uma extensa análise da sociedade capitalista e da exploração dos trabalhadores, e se caracteriza por propor a superação do capitalismo e a instauração do *comunismo* através da *revolução operária*, que efetivaria o domínio dos trabalhadores sobre a produção e, conseqüentemente, o fim das classes sociais, da exploração e do Estado. Após a morte de Marx, o seu pensamento passou a ser reivindicado por diversas correntes, entre as quais se destacam três: a) a social-democracia, que propunha apenas *reformular* o capitalismo utilizando como recurso a democracia representativa; b) o bolchevismo, corrente que surgiu na Rússia e que propunha a revolução armada e dirigida pelo *Partido Comunista* visando instaurar uma sociedade do tipo da União Soviética; c) o esquerdismo, corrente que se aproxima do anarquismo e que propunha a defesa da ação autônoma da classe operária visando instaurar a *autogestão social*. Obviamente, cada uma destas correntes possuía no seu interior subdivisões, que marcam a história do movimento das idéias sociais e socialistas.

Portanto, o movimento operário desenvolveu sua prática e idéias em contato com estas concepções políticas e é assim que ele irá se relacionar com a questão da mulher e com o feminismo.

A Questão da Mulher

Nas sociedades primitivas e nas sociedades indígenas, as relações entre homens e mulheres são bem diferentes da existente em nossa sociedade. Alguns estudos antropológicos demonstram que há diferença de comportamento e de *status* entre os sexos mas que não há

subordinação da mulher em relação ao homem (Moore, 1991).

O mesmo não se pode dizer que ocorre nas sociedades de classes. Retomando os exemplos retirados da Europa Ocidental, vê-se que a mulher se encontra numa situação de subordinação ao homem e de inferioridade social. Na sociedade escravista grega, por exemplo, a mulher não podia participar, juntamente com os escravos e estrangeiros, das reuniões em praça pública em que se decidia o destino político das cidades-estados. Em outras palavras, a mulher não podia participar da democracia grega, sendo considerada inferior. Na sociedade feudal, o poder era garantido pela propriedade de terras e a mulher não tinha acesso a esta. A igreja era a maior proprietária de terras e não aceitava a participação das mulheres no seu interior. Segundo a doutrina católica a mulher era inferior ao homem e lhe devia obediência. Tanto na sociedade escravista quanto na sociedade feudal, a mulher se encontrava distante do poder econômico e do poder político e isto gerava sua dependência e inferioridade em relação ao homem. A mulher era discriminada na ideologia (filosofia grega, teologia medieval) e nas relações sociais. Isto demonstra a desigualdade entre os sexos e a opressão da mulher nas sociedades divididas em classes sociais.

Na sociedade capitalista, assim como em todas as sociedades divididas em classes sociais, a mulher se encontra presente em todas estas classes. Geralmente, a mulher que integra as classes privilegiadas é menos oprimida do que as que pertencem às classes trabalhadoras. Apesar disso, a opressão da mulher, sendo maior ou menor, persiste. A mulher da classe operária foi uma grande vítima da Revolução Industrial, pois ela, assim como o homem, tinha que trabalhar em precárias condições durante uma jornada de trabalho igual e ganhando um salário inferior ao do homem pelo

mesmo serviço, com o qual ajudava a manutenção de sua família.

Mesmo após o período da Revolução Industrial, quando as conquistas da classe operária atingem a mulher, como a redução da jornada de trabalho para oito horas, a situação não mudou muito. Continua havendo uma remuneração inferior para a mulher e esta se encontra submetida a uma dupla jornada de trabalho: na fábrica e em casa, devido às necessidades domésticas. Persiste a discriminação da mulher no trabalho e em outras esferas da vida social.

As mulheres que são integrantes das classes privilegiadas também são, embora em menor grau, oprimidas. Existe uma concepção de mundo dominante que apresenta a mulher como sendo inferior ao homem e mesmo quando ela passa a ocupar um cargo público ou em empresas privadas é discriminada. Basta observar o número extremamente reduzido de mulheres presentes no poder legislativo e executivo e, mais ainda, no poder judiciário. Também na direção de empresas privadas há um número reduzido de mulheres.

No caso do setor público, a presença reduzida das mulheres só pode ser explicada pela sua subordinação aos homens. Na maioria dos países do mundo, a mulher representa aproximadamente a metade da população, sendo que em muitos representa mais da metade. A sua participação no poder público é, entretanto, extremamente reduzida. A sua representação no parlamento, na maioria dos países não ultrapassa a média de 10 a 20% e não chega à 50% em nenhum país do mundo. Isto quer dizer que mesmo as mulheres pertencentes à classe capitalista são discriminadas e não atingem a sua emancipação.

Os exemplos históricos (sociedade escravista, sociedade feudal) e a realidade contemporânea (sociedade capitalista) confirmam a existência da permanência

da subordinação e opressão da mulher. Esta é a questão da mulher. Se a mulher se encontra nesta situação em todas as sociedades, isto não seria “natural”? Se lembrarmos que não há esta situação nas sociedades indígenas e nem havia nas sociedades primitivas, então vê-se que isto não é natural. A opressão da mulher começou quando? Por quê? E por quê persiste?

O surgimento da opressão da mulher coincide com a formação da sociedade de classes. Isto ocorre porque, com o surgimento das classes sociais, surge a necessidade do Estado, do poder político. O poder político era um dos aspectos fundamentais da sociedade escravista e da sociedade, onde o trabalho escravo e servil eram formas de trabalho compulsório, garantido pela força. Os membros da classe dominante que executavam este trabalho eram os homens e não as mulheres, devido suas condições físicas. Por isso, mesmo as mulheres integrantes da classe dominante eram subordinadas aos homens.

A persistência desta situação na sociedade capitalista ocorre por motivações sócio-econômicas. No caso das mulheres da classe operária, elas foram jogadas no mercado de trabalho durante o período da industrialização para, através da competição, abaixar os níveis salariais. Após a Revolução Industrial, com o desenvolvimento tecnológico, o avanço da medicina e o processo de urbanização, o aumento populacional garantiu um “exército industrial de reserva” bastante extenso formado apenas por homens, o que tornou desnecessário a utilização de mão-de-obra feminina. Assim, as mulheres se viram afastadas, na sua maioria, das fábricas e passaram a se restringir à vida doméstica, o que produz diversas formas de discriminação em relação a elas.

No caso das mulheres das classes privilegiadas ocorreu um processo semelhante mas por razões diferentes. A

classe capitalista e as “classes médias” também executaram uma divisão de funções na família, onde o homem tinha como função cuidar dos “negócios” e a mulher da casa. Neste caso, tal divisão de tarefas foi produzida pela tradição familiar que a classe capitalista herda das classes anteriores (principalmente, da nobreza).

Portanto, a mulher se encontra numa situação subordinada no plano político, profissional e cultural e isto reforça a discriminação contra ela. É por isto que se pode falar de uma “questão da mulher” na sociedade contemporânea.

Movimento Operário e Feminismo

O movimento político das mulheres surge com o desenvolvimento da consciência da questão da mulher. A opressão da mulher existente nas sociedades escravista e feudal não era acompanhada por uma resistência coletiva das mulheres, por que a organização social e as formas de participação política não permitiam. Na sociedade capitalista, com o desenvolvimento dos direitos humanos, dos direitos civis, com a organização da democracia representativa e da sociedade civil, cria-se as condições necessárias para haver tal resistência.

Assim como a classe operária, as mulheres produziram o seu movimento político e sua concepção própria. A partir da Revolução Francesa as mulheres começam a despertar a sua consciência de sua opressão. A escritora Olympe de Gouges, em 1791, escreveu o texto *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, no qual reivindica a igualdade entre os sexos e denuncia a opressão da mulher. Ela foi guilhotinada em 1793, sendo acusada de ter querido ser um homem de Estado e esquecido as virtudes próprias ao seu sexo (Alves & Pitanguy, 1981).

O movimento feminista, em seu primeiro momento, é chamado por algumas especialistas no assunto, de “movimento sufragista”. No período de formação da democracia representativa, o

direito ao voto era restrito a quem possuía um determinado nível de renda, o que excluía a classe trabalhadora, e era proibida às mulheres. No final do século passado a classe operária conseguiu, através de reformas legislativas, abolir o “voto qualificado por renda”, realizando a passagem da democracia censitária para a democracia partidária (Viana, 2003). Mas tal conquista não incluía o sufrágio feminino. As mulheres se organizaram e lutaram por este direito e somente no início deste século o conquistaram.

A concepção feminista e o questionamento da opressão da mulher na vida cotidiana, reservando a ela a vida familiar, aparecem na década de 60. Simone de Beauvoir (1978), no final da década de 40, em seu livro *O Segundo Sexo*, anteciparia esta discussão, mas foi a partir da década de 60, com a obra de Betty Friedan, Kate Millet, Juliet Mitchell e Heleieth Saffioti e com a organização de grupos feministas é que iniciaria a nova fase do movimento político das mulheres. Assim, as mulheres, tendo por base suas condições de vida, produzem o feminismo.

A relação do movimento operário com o feminismo é marcada por ambigüidades, tanto no nível da prática quanto no nível da concepção. Na época da Revolução Industrial, os operários contestavam a utilização de mão-de-obra feminina, alegando que era uma competição que fazia descer o nível dos seus salários. O caráter competitivo da sociedade capitalista promove as divergências no interior do movimento operário, inclusive entre força de trabalho feminina e masculina, gerando, inclusive, concepções preconceituosas por parte de representantes intelectuais do proletariado (Viana, 2003b). Quando o movimento operário lutou pelo direito ao sufrágio, não incluiu o voto feminino.

Mas no plano das concepções havia tanto convergências quanto divergências. Marx e Engels, dois grandes

representantes do movimento socialista, fizeram referência à opressão das mulheres e os seus seguidores (Clara Zetkin, August Bebel, Alexandra Kollontai, Wladimir Lênin, entre outros) também tratariam da questão da opressão da mulher relacionando-a com a opressão de classe (Marx, Engels & Lênin, 1980; Alambert, 1986; Machel, 1982). Mas, com o surgimento da ideologia feminista, a partir da obra de Simone de Beauvoir, passou-se a questionar a relação entre opressão de classe e opressão de sexo e colocando a explicação da opressão na cultura (Beauvoir, 1978), que vai culminar com as teses das “relações de gênero”, na contemporaneidade. Hoje em dia, tanto no movimento operário quanto no movimento feminista, as duas concepções a respeito da opressão da mulher estão presentes. Essas duas concepções apresentam como diferença básica a explicação de qual é a raiz da opressão (dominação de classe ou dominação cultural) e, conseqüentemente, na solução apresentada ao problema: a) se a opressão da mulher ocorre devido à dominação de classe, então deve-se abolir a sociedade de classes, ou seja, o capitalismo, e instaurar o socialismo; b) se a opressão da mulher ocorre graças à dominação cultural do homem, então deve-se realizar uma mudança cultural, o que pode ocorrer no interior da sociedade capitalista. Este debate persiste até os dias de hoje e está longe de se encerrar. No entanto, tal como apontamos no início deste trabalho, o surgimento da opressão da mulher coincide com o surgimento da sociedade de classes, o que já é um elemento importante para colocar em evidência que a dominação de classe é que explica o surgimento da opressão feminina.

Porém, no nível da prática, novas articulações e rearticulações entre movimento operário e movimento feminista estão ocorrendo, tal como a luta pelos direitos dos trabalhadores que, ultimamente, estão incluindo as reivindicações específicas das mulheres (por exemplo, licença maternidade). Neste sentido, na prática, parece haver uma convergência entre movimento operário e movimento feminista. Esta convergência possibilita ou pelo menos favorece uma convergência no plano das idéias.

Referências Bibliográficas

- ALAMBERT, Z. *Feminismo - O Ponto de Vista Marxista*. São Paulo, Nobel, 1986.
- ALVES, Branca M. & PINTAGUY, Jacqueline. *O Que é Feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 2 vols. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 7ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- MACHEL, S. e outros. *A Libertação da Mulher*. São Paulo, Global, 1982.
- MARX, K., ENGELS, F., e LÊNIN, W. *Sobre a Mulher*. 2ª edição, São Paulo, Global, 1980.
- MOORE, H. *Antropologia y Feminismo*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1981.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *Lutas Sociais e Regulação do Trabalho Feminino no Capitalismo*. in: FERREIRA, M. C. & DAL ROSSO, S. (orgs.). *A Regulação Social do Trabalho*. Brasília, Paralelo 15, 2003b.

Maria Angélica Peixoto, Mestra em Sociologia/UnB, Professora da UCG – Universidade Católica de Goiás e UNIP – Universidade Paulista.

e-mail: angelicapeixoto@terra.com.br

A Crise do Capital

e seus impactos nas Reformas Educacionais Contemporâneas

Celso Carvalho

No plano mais amplo da vida social as décadas recentes, notadamente os últimos trinta anos, têm sido primorosos no sentido de expor as contradições que movem a lógica social sob o capitalismo. Desfeito o sonho de uma sociedade abundante e para todos, em que o desenvolvimento das forças produtivas seria eterno, passamos a viver a perspectiva da riqueza possível e não para todos. Se a crise do capital expõe suas contradições e fragilidades no plano concreto e reafirma a impossibilidade da realização do ser, ela também desencadeia processos de construção ideológica e de explicação das novas formas de manifestação da vida. Para esse fim os intelectuais orgânicos a serviço do capital, sejam eles individuais ou coletivos, se articulam e passam a produzir, em uma situação de embate com aqueles que fazem a crítica do capital, uma nova concepção do momento e do mundo. A exposição das formas mais bárbaras de reprodução da vida social sob o capitalismo e a construção ideológica de sua explicação tem sido objeto de crítica e de embates, ou seja, há um espaço de confronto e de disputas no campo ideológico e de construção hegemônica, embora a disputa tenha pendido, pelo menos nos últimos anos, para as forças reacionárias e conservadoras.

O impacto desses processos no plano da cultura e das instituições sociais têm sido enormes. A mediação entre os processos de radicalização da crise do capital e sua materialização em projetos e reformas institucionais orientou várias pesquisas e levou a uma significativa

produção crítica. O campo da educação tornou-se estratégico para os projetos de reforma e de constituição de um *novo* ser social. Em que pese a intensa concentração de recursos disponibilizados pelas forças a serviço do capital, a qualidade de seus intelectuais orgânicos e de sua produção acadêmica, o processo de barbárie tem se imposto no imaginário social e o discurso sedutor não consegue impor-se à realidade das práticas contraditórias.

As contradições do capitalismo

Para uma época que tem sido chamada de *sociedade do conhecimento* e da tecnologia os processos de regressão social são enormes. Podemos, de início, mencionar o aumento da produtividade do trabalho social, que deveria propiciar menores jornadas de trabalho e melhores condições de apropriação e resolução das necessidades materiais dos trabalhadores, abrindo espaços para processos de humanização e constituição de uma subjetividade não dominada pela lógica do trabalho alienado. Entretanto, tal situação não se materializa, pelo contrário, o que tem ocorrido é o aumento da produtividade do trabalho social coexistindo com a aceleração da pobreza, da miséria e da fome. Em segundo lugar a intensificação da extração da mais-valia relativa, propiciada pelo desenvolvimento de novos processos tecnológicos, por novas formas de gestão e organização do trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho e intensificação dos processos de trabalho, ocupando o mesmo espaço em que se dá a aceleração do desemprego estrutural e a precarização das condições

de trabalho. Um terceiro elemento a ser mencionado diz respeito ao discurso que enfatiza a liberalização do comércio, a competitividade mundial e que enaltece a globalização econômica, mas que não se materializa e encontra sua contraposição em ações que visam o fortalecimento de práticas protecionistas das nações imperialistas e que se concretizam por meio de organismos de controle como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD).

No plano da educação outras questões têm se mostrado importante. Ressalto primeiro o discurso educacional que enaltece a riqueza da sociedade do conhecimento¹, que objetiva o *ensino por competências*², e enaltece as pedagogias que enfatizam os procedimentos cognitivos, como o *aprender a aprender*, e não a cultura socialmente construída. O discurso que valoriza a liberdade e a cidadania, mas que materializa políticas a práticas educativas que reforçam as desigualdades sociais, como o processo de mercantilização da educação e da saúde e a substituição do conceito de igualdade de condições pelo de igualdade de oportunidades ou pela equidade; que reafirma a dualidade estrutural que permeia toda a história da educação brasileira e que, como resultado da divisão técnica do trabalho sob o capitalismo, produziu sistemas escolares que reforçaram e produziram uma *formação para o pensar e outra para o fazer*; que contribui para a desumanização dos processos educativos,

em razão do predomínio da razão instrumental a orientar os processos formativos e as práticas educacionais, presentes no discurso que enfatiza o desenvolvimento de *competências e habilidades* para o trabalho alienado, o discurso da empregabilidade e da laboralidade e que não deixam espaços para uma educação que propicie a humanização das relações sociais; que enfatiza uma cidadania e um indivíduo abstratos e sem história, exposto a um processo de socialização que, conduzido pelo fetichismo da mercadoria, torná-se espaço de constituição de um ser social adaptado e submisso, acentuando o processo de reificação do ser social. Enfim, a materialização da crise estrutural do capitalismo tem exposto suas contradições, lhe retirado qualquer aspecto humanizador e acelerado o processo de barbárie.

Entretanto, vários agentes importantes que participaram e articularam o debate educacional na década de 1990, e que tiveram significativa importância na elaboração, gestão e implementação das reformas educacionais, construíram um arcabouço teórico diferente, sustentado em uma construção teórica que deu ao mesmo processo histórico uma outra perspectiva. As diversas agências multilaterais³, as organizações empresariais nacionais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Pensamento Nacional das Bases Empresarias (PNBE), os diferentes setores da burocracia estatal

¹ Para uma crítica ao caráter ideológico e à apropriação simplória desses conceitos ver DUARTE (2003)

² O caráter polissêmico do conceito de competências requer que sua análise, diferentemente de sua apropriação pelos reformistas da educação e pelo modismo preconizado pelas pedagogias do aprender a aprender, seja realizada de modo profundo e amplo, condição indispensável para que a crítica possibilite mostrar a estreiteza com que concebe a formação humana. Para uma análise mais concisa dessa questão ver RAMOS (2001) e MARTINS (2004).

³ As agências multilaterais foram criadas pelos países imperialistas no contexto do pós-guerra com o objetivo de articularem as condições de controle para o desenvolvimento do capitalismo mundial a partir de seus interesses. As principais agências são o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Saúde (UNESCO) e, no caso específico da América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (OREALC).

envolvidos nos processos de reforma da educação, especialmente nos Ministérios da Educação e do Trabalho, bem como significativa parcela de pesquisadores das mais diferentes procedências compreenderam o momento não como crise do capital, mas como um período de transformações no capitalismo. Para esse imenso grupo o que estava ocorrendo era um conjunto de mudanças em uma forma particular assumida pelo capitalismo no século 20: o fordismo. O suposto apresentado era o de que chegara ao fim um período de acumulação e organização social rígido construído no pós-guerra e baseado na linha de montagem, na produção em série e massificada, na grande divisão técnica do trabalho, na regulamentação da vida social e no Estado provedor. No espaço produtivo tais mudanças desencadearam um intenso processo de reorganização da produção, envolvendo a introdução de novas tecnologias, principalmente de base microeletrônica e novas formas de gestão e organização do trabalho, tais como, just in time, a produção em células, as novas máquinas CNCs, etc.

Esse novo momento de organização das relações sociais de produção capitalista foi chamado por vários autores de acumulação flexível⁴. Para David Harvey a acumulação flexível

(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo,

taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a 'Terceira Itália', Flandes, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' envolve um novo movimento de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 1992, p. 140).

A acumulação flexível, diferentemente do fordismo, ao apresentar como central relações de produção caracterizadas pela flexibilidade organizacional, pela produção voltada para a segmentação e pela intensa disseminação de tecnologias de base microeletrônica passou a demandar novas exigências para a formação e qualificação profissionais dos trabalhadores. Para diferentes autores esse conjunto de transformações era representativo de um processo de maior amplitude, ou seja, o que estava ocorrendo não era tão somente mudanças nos processos produtivos, mas sim modificações nos processos de regulação social e no metabolismo social do capitalismo. Para compreender as formas de produção e reprodução da vida social nesse contexto era necessário verificar a materialização das novas formas de expressão material da vida. Assim, no contexto da chamada acumulação flexível parte considerável do debate educacional incorporou a defesa da necessidade de

⁴ A tese da acumulação flexível, do pós-fordismo, da especialização flexível, do toyotismo e de outras denominações similares ocupou importante espaço na produção acadêmica nas áreas da sociologia do trabalho e trabalho e educação. A obra de Harvey (1992) é importante referência para esse debate. Para a crítica à forma como essa discussão tem sido realizada ver KATZ & COGGIOLA (1996), BRAGA (1997) e (2003) especificamente a primeira parte e COGGIOLA (2002) em especial os capítulos 9 e 10.

repensar os processos formativos, notadamente aqueles mais afetos à formação e qualificação profissional dos trabalhadores, que foram insistentemente anunciados como urgentes pelas agências multilaterais e incorporados nos documentos que referendaram o debate e as reformas educacionais na década.

No espaço social mais amplo a expressão desse processo deu-se por meio de um conjunto de ações políticas direcionadas para a reforma do Estado, para a desregulamentação do espaço econômico, para a destruição de direitos sociais dos trabalhadores e na materialização de condições que aceleraram o processo de mercantilização da constituição e formação do ser social, com destaque para a esfera educacional.

O debate sobre a formação e a qualificação profissional foi fortemente informado por uma concepção determinista, que estabeleceu relações diretas entre mudanças nos processos de trabalho e requisitos de formação e escolarização. Em um primeiro momento a tese de que as novas formas de organização do trabalho e seus processos produtivos estariam a demandar novas habilidades do trabalhador, principalmente cognitivas e atitudinais foi hegemônica. Comum a essas análises era o determinismo econômico, a defesa de um processo de formação amplo, a valorização da educação básica como condição para a construção de qualificações de alto nível, a defesa da educação continuada, para todos, de qualidade etc. A escolarização da população tornou-se condição necessária para a tender às demandas postas por um setor produtivo em rápido processo de mudança. Esse espírito, que já se manifesta na Conferência Mundial de Educação Para Todos de 1990, tornou-se lugar comum nos documentos elaborados pelas agências multilaterais. Essa proximidade entre condições de produção e políticas de formação teve como

referência mais ampla as teses sobre a globalização da economia, sobre o neoliberalismo, sobre a reestruturação produtiva e a pós-modernidade.

Diante dessa perspectiva de análise conjuntural tão ampla, o debate sobre formação e as relações entre a educação e o trabalho foi amplo e intenso e, em momento algum, consensual. Questões como a estrutura, as condições e os objetivos de uma educação voltada à formação para o trabalho e para a cidadania, assim como os conceitos de competências, empregabilidade, laboralidade, pedagogia da qualidade, empreendedorismo e outros, orientaram o debate em todos os espaços em que a educação se fez presente.

No plano mais amplo, a associação entre as transformações no capitalismo e a necessidade de reformas institucionais, reiterada constantemente pelo discurso oficial, assumiu certa condição hegemônica. Tal fato levou à diminuição do espaço para o debate acadêmico, à desqualificação dos críticos das reformas e a tentativa de imposição de um pensamento único. Esse ambiente impositivo e limitador do debate era uma das faces de um movimento maior, de caráter ideológico e que objetivava a construção de um consenso que, ao mesmo tempo em que negava a centralidade do trabalho e seu caráter ontológico⁵, objetivava desqualificar o

⁵ Para Lukács “não podem existir atos econômicos – desde o trabalho originário até a produção social pura – sem intenção, ontologicamente imanente, voltada para a humanização do homem no sentido mais amplo do termo, ou seja, que diz respeito tanto à sua gênese quanto ao seu desenvolvimento. Essa constituição ontológica da esfera econômica ilumina a sua relação com os outros domínios da práxis humana. Como já vimos muitas vezes em outros contextos, à economia cabe a função, ontologicamente primária, fundante. E, apesar de já ter dito também isto muitas vezes, vale a pena sublinhá-lo mais uma vez: tal prioridade ontológica não implica nenhuma hierarquia de valor. Com isso realçamos apenas um fato de caráter ontológico: uma determinada forma de ser é a insuprimível base ontológica de uma outra e a relação não pode ser inversa nem recíproca. Tal constatação não implica

marxismo como referência para o debate, na mesma linha de teses que anunciavam o fim da história⁶, a crise da modernidade⁷ e o fim da sociedade do trabalho⁸.

Esse intenso movimento político e ideológico foi incapaz de, apenas no plano gnosiológico, impedir a manifestação e exacerbação das contradições do capital. A apologia pós-moderna do efêmero, do transitório, do multicultural não encontrou

nenhum juízo de valor. Somente na teologia e no idealismo com tintas teológicas a prioridade ontológica representa também uma conformidade mais alta com o valor” (Lukács, 1981. Apud: SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004, p. 107)

⁶ Em 1989, Francis Fukuyama publicou um artigo em que afirmava que o surgimento dos movimentos reformistas na então União Soviética e na Europa Oriental, além da propagação da cultura do consumo em escala mundial, marcava a *vitória do Ocidente, do mundo capitalista*. Os resultados daquilo que Fukuyama percebera nos movimentos emergentes foi apresentado como a *realidade dando munição para uma teoria de natureza explosiva*. A partir daquele artigo, publicado em uma revista especializada e de circulação restrita, acendeu-se o estopim de uma acirrada discussão, que se propagou em todos os meios após a publicação do livro *O fim da história e o último homem* (FUKUYAMA, 1992). Afinal, segundo os adeptos do autor, entrou em debate o *rumo da História* ou o fim, no sentido hegeliano, do que se entende por História. Em seu estudo, Fukuyama anuncia como referência central para sua análise não só a noção de Hegel, mas também a de Marx. A leitura do livro mostra que Marx foi esquecido por Fukuyama.

⁷ A constituição da modernidade, e sua expressão como um movimento de alcance mundial, é marcada por diferentes temporalidades. Esse processo, de mais de 200 anos de história, não percorreu o mesmo itinerário em todos os espaços em que se sedimentou, da mesma forma que os embates políticos presentes em sua constituição deram-se por meio de diferentes forças sociais ao longo do tempo. Falar em crise da modernidade sem falar em crise do capitalismo, a substância maior do processo histórico da modernidade, é pura abstração ideológica.

⁸ Nesse quadro mais geral tem sido marcante a compensação do declínio social relativo do proletariado pelos imensos ganhos de produtividade do trabalho. Em se tratando de extração de mais-valia, a tendência verificada no momento é a de seu aumento e concentração dos ganhos pelo capital monopolista. Segundo Frigotto é uma crise da forma mercadoria de trabalho, do trabalho abstrato como processo criador do humano, na sua dupla e inseparável dimensão de necessidade e liberdade (cf. Frigotto, 1995).

concreticidade diante das necessidades de reprodução do capital e da radicalização da unilateralidade imperialista⁹. No plano das reformas educacionais, concepções de um indivíduo naturalizado, de uma sociedade sem história e sem contradições, presentes, por exemplo nos PCNs, depararam-se com a dura realidade das escolas públicas. Nestas, professores e alunos, sujeitos históricos e concretos, viviam o embate cotidiano posto pela necessidade de reprodução de sua condição em uma sociedade historicamente contraditória. A difusão de teses que faziam a apologia da capacidade do mercado regular as relações sociais, de um Estado mínimo, mas eficiente e gestor e de um indivíduo dotado de liberdade e oportunidade de escolha tornaram-se discurso ideológico diante do acirramento da violência urbana da pauperização social, do abandono pelo Estado de compromissos históricos com a busca da igualdade e da justiça social e da impossibilidade da liberdade do indivíduo diante de uma sociedade marcada pela divisão social do trabalho. Assim, o fetichismo da mercadoria, o predomínio da aparência, do pragmatismo, da mercantilização e o assistencialismo, que informaram e direcionaram os pressupostos das reformas educacionais, ganhando vida nos documentos oficiais, notadamente nas diretrizes curriculares nacionais e nos parâmetros curriculares nacionais, tornaram-se elementos-chaves para a constituição de um espaço educacional incapaz de produzir a crítica e o objetivo maior da educação: a intensificação da condição humana. O que fica é uma perspectiva de formação de um cidadão útil, solitário, mudo e patético. (cf: SILVA Jr, FERRETTI, 2004).

Essa sociedade (pós-moderna, pós-industrial?) não comportaria mais

⁹ Uma boa crítica às ambivalências e limites oferecidos pela perspectiva pós-moderna pode ser encontrada em EAGLETON (1996).

trabalhadores que possuíssem apenas a especialização funcional do posto de trabalho típica do fordismo. A formação do novo trabalhador implicaria no desenvolvimento de novas competências, condição necessária para atender às demandas da empresa integrada e flexível. Um trabalhador com maior capacidade de concentração, de participação nas decisões e na resolução de problemas.

Diante da maior complexidade dos processos produtivos os trabalhadores deveriam, também, possuir certos conhecimentos científicos e técnicos que lhes permitissem operacionalizar, monitorar, participar da manutenção das novas máquinas CNCs, além de contribuir no processo decisório¹⁰. Deveriam também possuir uma formação básica mais ampla, que valorizasse os conhecimentos facilitadores da organização do trabalho em grupos, o desenvolvimento de lideranças, o espírito coletivo e o sentimento de responsabilidade. Estavam assim, os trabalhadores diante de uma árdua missão: serem multifuncionais, polifuncionais, perfeitos.

Na constituição desse itinerário a educação foi alçada à condição de instituição essencial e central para a realização dos objetivos dos reformadores. Em consonância com o espírito norteador das Conferências Mundiais de Educação o discurso oficial, dos empresários e de importantes intelectuais, passou a afirmar a importância de uma sólida educação básica como meio mais rápido para a elevação das condições sociais e para a

¹⁰ Tal perspectiva, de integrar o pensar e o fazer, foi, no início da década de 1990, entendida como positiva para o trabalhador, pois poderia possibilitar maior compreensão do processo de trabalho e, portanto, romper com a lógica do trabalho alienado. O tempo se encarregou de mostrar quetal possibilidade, além de não se concretizar, pois o trabalho alienado é parte constituinte da lógica do capital, contribuiu sim para a intensificação do trabalho e para a apropriação da mais-valia relativa.

cidadania e também a base inicial para o desenvolvimento de novas habilidades, competências e conhecimentos técnicos necessários à constituição desse *novo trabalhador*. Ocorrem aqui dois processos distintos e contraditórios e que reforçam o processo de desumanização presente no contexto das propostas de reforma educacional. Em primeiro lugar a subsunção da condição de cidadania à condição de ser trabalhador. Em um mundo com cerca de 1 bilhão de desempregados ou subempregados a defesa de tal tese somente reafirma o caráter nefasto do capital. Em segundo lugar a transformação do trabalho concreto como condição para ser cidadão é contraditório com teses, tão presentes no corpo teórico das reformas, que negam a centralidade da categoria trabalho. Tal contradição expõe de forma direta os limites teóricos desse pensamento ou, em verdade, a ausência de um pensamento teórico consistente.

O caso do Ensino Médio

Na década de 1990, a instituição escolar passou a ser objeto de um intenso conjunto de medidas legais com o intento de dar conta das novas demandas postas à formação. A elaboração de uma nova base legal e a intenção de reformar o sistema brasileiro de ensino começou a ser desenhada na burocracia do MEC, foi debatida no Congresso, implantada em alguns casos por Decreto, posta em funcionamento por meio de diretrizes, portarias e uma série infindável de dispositivos legais. Nesse amplo contexto de reformas educacionais o Ensino Médio adquiriu uma nova e particular situação histórica e passou a ser parte da chamada educação básica, assumindo uma condição inédita.

Dentre os diferentes momentos do processo formativo escolar o Ensino Médio sempre padeceu de um pecado original, ou seja, sua condição de ser representativo da contradição posta pelo capital entre trabalho intelectual e

trabalho produtivo. A chamada e tão intensamente já discutida dualidade estrutural que caracteriza a trajetória do ensino médio no Brasil voltou à tona no contexto gerado pelo debate da reforma do ensino médio. Como superar uma forma de ensino que sempre teve como característica principal a formação propedêutica para que as elites cheguem à Universidade e se transformem em quadros dirigentes e a formação profissional para que os trabalhadores cheguem à fábrica e se submetam à rotina do trabalho alienado? No discurso oficial, e na materialização desse discurso por meio das diretrizes curriculares nacionais e dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio, a superação dessa dualidade foi defendida pela possibilidade de conciliar os interesses do sistema produtivo com os ideais do humanismo e da diversidade.

Em um mundo que o indivíduo e a história foram naturalizados a tarefa da escola passa a ser também a de contribuir para a constituição de um trabalhador dotado de *cidadania de qualidade nova*. O predomínio de uma história sem conflitos, de um capitalismo humanizador e de um mercado capaz de organizar e construir a paz social vê-se agora acrescido de um trabalhador abstrato e naturalizado, e como nos alerta Newton Duarte (2004), do fetichismo da individualidade.

Algumas modificações pelas quais passou o ensino médio foram importantes. A sua inclusão como parte constitutiva da educação básica revelou-se significativo avanço, pois criou melhores condições para a defesa política da necessidade de universalização de sua oferta. Passados alguns anos ainda estamos longe de alcançar esse objetivo. Dados recentes do INEP afirmam que o número de alunos matriculados no ensino médio corresponde a cerca de apenas um terço da população em idade escolar apta a frequentar essa modalidade de ensino.

Em que pese os avanços quantitativos ocorridos nos últimos anos os investimentos em educação ainda demonstram que o caminho a ser percorrido é árduo e longo.

Considerações Finais

A insistência como os reformadores defenderam a necessidade de uma formação voltada para o trabalho, em que pese esse trabalho ser apresentado como naturalizado e o trabalhador de forma abstrata, contribuiu para que na elaboração da crítica às propostas de reforma, se constituísse um debate que reforçou a centralidade da categoria trabalho e seu caráter ontológico. O acúmulo teórico do período constitui significativa importância para o enfrentamento político nesses tempos cinzentos e amorfos para o debate acadêmico.

De um modo geral um balanço provisório desse período mostra que, se por um lado as reformas e os reformadores impuseram uma agenda conceitual ancorada nos pressupostos do pós-modernismo, do neopragmatismo e do pós-estruturalismo, por outro lado a crítica a esses pressupostos e à sua dimensão política oxigenou o pensamento marxiano e demarcaram com maior precisão os espaços e as posições em disputa. Permitiu também que o marxismo se afirmasse como um espaço importante de crítica, não em razão da quantidade de seus adeptos, que diminuíram muito, mas como consequência de sua qualidade, mesmo que para isso tenha que se afirmar, como sabiamente nos lembra José Paulo Netto (2004), como um marxismo impenitente.

Referências Bibliográficas

- BRAGA, Rui. *A restauração do capital: em estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Xamã, 1997.
- BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise da teoria da sociedade salarial*. São Paulo, Xamã, 2003.

- COGGIOLA, Osvaldo. *O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo, Xamã/Edições Pulsar, 2002.
- DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Campinas, Autores Associados, 2003.
- DUARTE, N. *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, Autores Associados, 2004.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Atual*. 2ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- KATZ, Claudio & COGIOLLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo, Xamã, 1996.
- MARTINS, Lígia Márcia. *Da Formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências*. In: DUARTE, Newton. *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, Autores Associados, 2004, pp. 53-74.
- NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo, Cortez, 2004.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo, Cortez, 2001.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis, FERRETTI, Celso João. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. São Paulo, Xamã. 2004.

Celso Carvalho Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNINOVE – SP e da Universidade Anhembi-Morumbi. Doutor em Educação: história e filosofia pela PUC/SP.

*** Este artigo foi produzido no contexto do Programa de Pesquisa Competências e Prática Social: o trabalho como organizador e estruturador das reformas educacionais brasileiras e sua concretização nas instituições escolares nos primeiros anos do século XXI, Coordenado de forma colegiada pelos professores pesquisadores do Núcleo de Políticas Educacionais – Mestrado em Educação – UNINOVE e dos Mestrados em Educação da UNISO e da UFSC.**

e-mail: cpfcarvalho@uol.com.br

A Tocaia Socialista

Lucelmo Lacerda de Brito

Este ensaio se propõe a apontar caminhos para a esquerda mediante à crise ambiental em que estamos imersos e haja vista que o que nos fulgura no horizonte é ainda mais catastrófico em decorrência de nosso modo de produção e a estabelecer projetos a serem construídos por todos os que estão engajados em um projeto novo de sociedade.

Metodologicamente, a análise articula as dimensões estruturais e conjunturais, já que vai tratar também da “correlação de forças”, mas se centra sobretudo numa leitura da insustentabilidade dos recursos naturais e do comportamento do tripé que mantém o processo de produção, homem-técnicas-natureza, entrelaçando a análise dedutiva das forças e organizações sociais e de uma análise indutiva, fundamentada em estatísticas sobre os recursos naturais e sua relação com as forças produtivas e o estabelecimento de tendências gerais sobre o comportamento do tripé acima mencionado e as possibilidades de intervenção histórica nessa conjuntura.

O bastião da nova configuração do capitalismo mundial é o consumismo, que muito embora já fosse uma realidade muito presente nos EUA e Europa Ocidental, com a formação de uma “sociedade de consumo” (assunto tematizado por Lefebvre, Baudrillard, entre outros), temos uma explosão deste mecanismo como uma resposta à crise do capitalismo e da própria modernidade no fim dos anos 60 e começo dos anos 70.

O consumismo é pilar objetivo do sistema que mantém a alta venda de mercadorias mesmo que não sejam necessárias à vida humana; é ele que transforma, por mecanismos subjetivos o supérfluo em essencial, impulsionando o

sistema produtivo, aparecendo como paradigma das classes populares, e inculcando a ilusão burguesa que é um dos mecanismos centrais da dominação capitalista. É esse sistema que queremos, primeiro, provar que é incompatível com a sustentabilidade da Terra. Isso feito questionaremos-nos entre sua reformulação, refundação ou abandono total, pensando novos caminhos e uma tática para trilhá-los.

Segundo Marx, no *Manifesto Comunista*, a classe que faria a revolução seria a classe operária, devido ao lugar em que ocupava no processo de produção mas sobretudo por que por que era a única interessada em fazê-la. Assim, se o individualismo burguês ganha corações e mentes, então a classe trabalhadora não está interessada em fazer a revolução, e a tarefa do consumismo é a aliciar os trabalhadores, de fazê-los imersos num mar de prazeres (ilusórios, uma vez que sequer capacidade de consumo tem a grande maioria dos trabalhadores. Porém, um dos pressupostos fundamentais da teoria marxiana é o materialismo dialético que tem como base o caráter mutável das estruturas e relações sociais.

Então é preciso encontrar dados novos à análise para chegar à conclusão pretendida e o elemento central da discussão aqui desencadeada é o esgotamento dos recursos naturais e as possibilidades de transformação da correlação de forças na sociedade em decorrência disso.

Uma história:

Como chegamos onde estamos?

A história do mundo é a dialética entre as transformações subjetivas e objetivas, são as necessidades humanas que gestaram o avanço das forças

produtivas com suas respectivas contradições que cresceram e destruíram aquele sistema criando um novo, com outras tantas contradições e recompondo o ciclo anterior. Na verdade, esta é a própria natureza histórica, é dentro desse processo que agem os homens, que seus braços moldam seus próprios destinos, ainda que condicionados por sua situação material.

A primeira das eras da evolução humana ocorreu a cerca de aproximadamente 2,5 milhões de anos e era organizada tendo como elemento estruturador o matriarcado, assim é denominado o período em que as mulheres dominaram a sociedade, aproximadamente 2 milhões de anos, período duzentas vezes maior do que o de predominância masculina.

No tempo do matriarcado, a humanidade vivia da coleta, as mulheres eram dominantes entre outros por que não havia necessidade de força física para a produção do sustento (com exceção da caça que era uma atividade secundária e responsabilidade dos homens), porque na coleta a força era dispensada. Assim também era o homem, dispensado, ou melhor, ocupava um papel secundário.

Além disso, o único calendário existente, que orientava a direção e organização da coleta, era de posse única e exclusiva da mulher: sua menstruação (Muraro, 1990)

Outro fato fundamental era que não se sabia que o homem participava do processo de reprodução humana, acreditava-se que só participavam dela as mulheres e os deuses, não se conhecia a fecundação, assim, sem participar significativamente na produção de alimentos e nem mesmo da reprodução biológica da sociedade, os homens eram postos em segundo plano e as mulheres exaltadas.

A religião também refletia a correlação de forças existente na sociedade, as figuras divinas máximas

eram mulheres, associadas geralmente à fertilidade e à Terra. A religião caminhou para a masculinização conforme caminhou a própria sociedade. Há quinhentos mil anos a introdução das grandes caçadas, devido ao crescimento populacional e ao esgotamento dos recursos de coleta, iniciou-se o período de transição entre o Matriarcado e o Patriarcado (período de domínio masculino), e, posteriormente, a agricultura muscular inaugurou a sedentarização da população.

Com todas essas transformações o homem assumiu um papel contundente devido à sua força muscular, à descoberta do processo de fecundação e à criação dos Estados devido à estrutura de segurança que se fazia então necessária, colocando a figura do guardião como um personagem poderoso e influente na sociedade. O homem se torna, então, o centro da sociedade, processo que só se completou há cerca de 10 mil anos.

O patriarcado impulsionou a produção artificial como valor (em oposição à produção natural, inexoravelmente feminina), estabelecendo um sistema de produção material que atendesse à demanda de criação artificial que estivesse ao alcance das forças produtivas, ou seja, das técnicas de produção, que até então eram bastante rústicas. Também se estabeleceu um sistema de produção simbólica, valores e esquemas eram criados: agora o princípio era o verbo (a vontade), o parto já não era o dado primeiro.

É nesse bojo que surge a poderosa trinca monoteísta: Islamismo, Judaísmo e Cristianismo, sendo que a nascimento desta última religião se deu na contracorrente das forças de exploração, contestando principalmente e com grande vigor a escravidão e base da economia romana. Mas o fato é que não deu certo, o movimento cristão, muito embora tenha contribuído grandemente com a queda do Império Romano, foi cooptado pelo

projeto de exploração (neste momento a sociedade caminhava já a passos largos para o feudalismo) e institucionalizou-se sob o signo do terror e do totalitarismo que lhe garantiu o domínio de grande parte da Europa Ocidental até, aproximadamente o século XV, a Igreja Católica Apostólica Romana.

A condição material é a elevada produção dos estabelecimentos feudais aliadas à monetarização das rendas cobradas pelo senhor feudal de seus servos, esse processo produziu a circulação intensa de mercadorias para além das fronteiras do feudo e criou uma classe específica dedicada a essas atividades, a burguesia.

Essa nova classe seria a protagonista da criação das duas armas que destruiriam o feudalismo quando este se contrapusesse aos interesses dessa nova classe (até então, burguesia e senhores feudais viviam alegre e complementarmente).

É então que surgem as condições materiais para o aparecimento das duas grandes armas subjetivas de transformação: o racionalismo e o desejo de desenvolvimento, expressão, entretanto, dos contornos objetivos que a sociedade tomava.

A primeira das armas foi o racionalismo, tão marcadamente burguês, que dessacralizou o poder da Igreja sobre tudo e todos, dessacralizou também outras coisas, como nos conta Marx e Engels, no Manifesto Comunista:

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados. A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que *envolia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias.*

E a segunda grande arma é o próprio cerne, o espírito da modernidade, o desejo de desenvolvimento, ambas expressões das condições objetivas da organização do capital e sobretudo da

necessidade de rápida produção e reprodução do capital, o movimento do capital comercial engendrando o capital industrial e o dinheiro dominando tudo, inclusive a nobreza e o estado absolutista (Marx, O Capital).

Modernos, afinal, são os garotos de cabelo arrepiado, aqueles com topetes engraçados, as mulheres nuas que pululam na TV ou “nerds” que dominam avançadas maquinazinhas eletrônicas? A palavra Modernidade e seus derivados são utilizados de forma indiscriminada sem atenção ou compromisso com seu significado.

A palavra “Moderno” aparece pela primeira vez no livro “Fausto” de Goethe que é, talvez a mais perfeita descrição do espírito moderno. “Tudo que é sólido desmancha no ar”, a frase de Marx desvenda o mais profundo do espírito moderno, no entanto, apenas o “espírito” da modernidade, mas não sua essência: porque no capitalismo ocorre isto? É preciso ultrapassar a superfície do fenômeno para ter acesso à sua essência: a burguesia precisa constantemente revolucionar os meios de produção, é a lógica da reprodução ampliada do capital e sua acumulação.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas, as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações

recíprocas. Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (Marx e Engels, 1998, p. 17)

O desejo de desenvolvimento que é característicos desse momento não é o sentimento comum e usual de desenvolvimento já presente na Idade Média, mas um sentimento frenético, angustiante, de que tudo o que existe precisa se renovar, precisa transformar-se continuamente como se a transformação fosse em si mesma um valor, este é o sentimento de Fausto.

A Modernidade é o mundo como montanha russa, em que um sentimento kafkiano (sensação de culpa meio que sem saber por quê) nos constrange e empurra nos empurra para a transformação. Esse mesmo sentimento que inaugurou um mundo com uma técnica capaz de vencer quase todos os entraves ao desenvolvimento humano e acelerou exponencialmente também a destruição da natureza de modo que beiramos à extinção humana.

Esse desejo de desenvolvimento é novo na humanidade, apareceu com a modernidade, culminando no século XVIII, fazendo-o o século de ruptura da humanidade com os antigos valores, com a antiga ética. Vanguardada pela Revolução Francesa, a ruptura foi o fim do ideal de harmonia estável e colocou nos corações e mentes a idéia de ascensão, de turbilhão de volatilidade. Como reflexo erigiu-se um mundo onde as coisas não chegam a ser estáveis ou a se constituírem totalmente até que uma onda o arraste e coloque algo novo para repetir o ciclo.

Esse mundo de consumismo, esse sentimento de descartabilidade de tudo, inclusive do próximo, põe em xeque a sobrevivência humana, pela degradação ambiental, e a qualidade da sobrevivência humana, pela superfluidade das relações.

O mundo moderno é definitivamente um mundo em que tudo o que é sólido desmancha no ar. Mas não precisa ser necessariamente assim e, aliás, muito possivelmente não será no futuro, mas no mundo moderno, capitalista, isto é impossível de não ser assim, somente no pós-capitalismo, na pós-modernidade, é que isto pode ser superado!

O que se viu depois disso foi um avanço prodigioso das forças produtivas, tendo como um de seus elementos inerentes as inúmeras crises econômicas, por exemplo, 1873, 1896, 1930, 1973, 1981.. e entrando, nos anos 80, nos tempos do famigerado neoliberalismo.

O neoliberalismo é um esquema de controle do aparelho público de modo que se viabiliza a transferência dos fundos públicos para o sistema privado, mas é também um esquema de hegemonia por instrumentos coercitivos e pela propaganda, num processo contínuo de convencimento da massa do ideal do individualismo que encontra seu fim no consumo.

O desânimo é moeda corrente em tempos de neoliberalismo, depois de toda a esperança despertada na década de 60 até os anos 80 e conseqüente mobilização popular em decorrência desse espírito, ficamos desolados ao assistir, não à crise, mas à tortura e agonia do movimento sindical, que se encontra mergulhado em meio a uma massa apavorada perante o desemprego e sem fé na factibilidade de uma mudança radical.

A esquerda grande, como o PT no Brasil, e tantos partidos virtualmente de esquerda na Europa capitularam quando no poder e acenderam todas as velas para o “deus capital” e se debatem em meio a uma retórica distorcida e desfigurada da esperança e da mudança em tons subjetivistas e quase infantis. Essa esquerda prova hoje que historicamente se pautou pelo transporte pela transposição de modelos, numa concepção estreita e colonizada, na defesa do socialismo como

uma estrutura rígida e acabada, ou seja, a simples imitação do modelo soviético. Um militante dessa esquerda, o brasileiro José Genoíno, do Partido dos Trabalhadores, afirma que a socialização dos meios de produção já foi testada e não deu certo. Fala o Senhor Genoíno como se o “capitalismo humano” que defende também não tivesse sido experimentado e falido. Pode-se entrever facilmente uma leitura positivista da história nesse esquema de raciocínio.

Algo que discutiremos mais à frente é a necessidade de se pensar uma nova esquerda, de produzi-la agora para a consecução de tão grandes desafios.

Essa esquerda de mentalidade medíocre e subordinada teve a cabeça esmagada pelos destroços do Muro de Berlim e é uma corrente contra-revolucionária de grande importância porque usurpa do linguajar e imagem de esquerda e confunde o imaginário popular. Ora, o PT que já há muito descarrilhou do trilho do socialismo, ainda às vésperas das últimas eleições presidenciais ainda ocupava um espaço no imaginário popular como revolucionário e radical. O discurso de “socialismo” destas esquerdas associa este sistema aos modelos da Finlândia e Suécia, apontando para uma suposta socialização pelo aprofundamento do capitalismo, confundindo mais que esclarecendo o conjunto da sociedade.

Como está nossa mãe Gaia

Não é nosso objetivo fazer um amplo diagnóstico do Planeta, o que faremos é apenas apresentar as linhas gerais sobre o estado da degradação ambiental e as perspectivas estatísticas do avanço dessa degradação, ou seja, tentar descobrir as tendências do funcionamento, ou da aceleração tecnológica que nos permite concluir que o mundo já não aguenta a atual aceleração do desenvolvimento.

A primeira coisa que temos que entender é que não há um só perigo, e sim

dois, com capacidade de eliminar a odisséia humana na Terra. O primeiro é o perigo nuclear. Todas as armas produzidas no bojo da Guerra Fria são capazes de promover o “Inverno Nuclear”, no qual é absolutamente ingênuo qualquer sonho de permanência de vida humana, o outro perigo é o mais iminente e sobre o qual nos debruçamos neste ensaio, é a sistemática agressão ecológica ao sistema Terra.

Desde 1972 a desertificação no mundo cresceu igual ao tamanho de todas as terras cultivadas da China e da Nigéria juntas, ou seja, perdeu-se cerca de 480 milhões de toneladas de solo fértil, o equivalente às terras agricultáveis da Índia e da França combinadas. 65% das terras, um dia cultiváveis, já não o são. A irrigação extensiva associada à utilização de substâncias químicas leva à salinização das águas por não terem tempo de refazer os nutrientes perdidos.

Metade das florestas existentes no mundo em 1950 foram abatidas. Cálculos seguros apontam que elas desaparecem a uma taxa de 32 milhões de hectares por ano. No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), somente nos últimos 30 anos foram derrubados 600 mil km² da floresta amazônica brasileira, o equivalente à Alemanha ou a duas vezes o Zaire. Anualmente o índice é de aproximadamente 2,15 milhões de hectares. Novas estimativas indicam que o mundo perdeu quase 10% de suas florestas por ano nos últimos 10 anos. As florestas tropicais ocupam 7% da superfície terrestre, mas acomodam cerca de 40% de todas as formas de vida do planeta. Traduzindo esses dados, são cerca de 15 milhões de espécies de vida animal e vegetal que sofrem com ação humana e são cerca de 10 espécies por dia que passam a pertencer no máximo à memória, pois se extinguem totalmente.

As emissões de dióxido de carbono que levam ao aquecimento global devem

crescer 33% nos países ricos e 100% no resto do mundo, nos próximos 18 anos provocando o chamado efeito estufa. Também outros gases como o metano, o flúor e o óxido de nitrogênio absorvem raios infra-vermelhos, formando uma espécie de estufa. Ela esquenta a atmosfera. No último século ela aumentou entre 0,3 a 0,6° C e nos próximos 100 anos, calcula-se uma alta de 1,5 a 5,5° C. Tal transformação levará ao descongelamento das calotas polares e consequente inundação de grande parte da faixa litorânea onde residem cerca de 60% da população mundial. Muitas espécies não se adaptariam e morreriam, podendo criar um efeito em cadeia de proporções incalculáveis.

Do total da água no Planeta, apenas 3% é de água doce e destes, apenas 1% está disponível ao uso humano e já hoje 1/3 da humanidade não goza de acesso à água potável e estimativas apontam o ano de 2025 como data em que serão 2/3 da humanidade privadas deste bem, que será um dos recursos naturais mais escassos. Far-se-ão guerras para garantir o acesso às fontes de água potável.

O petróleo e o carvão ter-se-ão exaurido nos meados deste século. Por volta do ano de 2030 o cobre, a bauxita, o zinco, o fosfato e o cromo ter-se-ão extinguido quase totalmente.

Chuvas ácidas matam lagos e fazem mirrar as florestas. Dejetos químicos contaminam as fontes de água potável, os oceanos e envenenam os solos. Pesticidas entram na cadeia alimentar e afetam a saúde dos seres vivos e das gerações que virão. Lixo nuclear é especialmente perigoso. Muitas substâncias permanecem radioativas pelos próximos 100.000 anos. Não há no horizonte nenhuma tecnologia que nos possa proteger contra seus malefícios.

E veja que o que apresentamos até aqui é a própria ação agressora do homem, entretanto o perigo resultante da sistemática agressão ecológica não é nada

mais nada menos que a extinção humana, o fim dos recursos que garantem a reprodução das sociedades humanas

Diante disso nos questionamos se é possível a criação de uma tecnologia capaz de desacelerar o esgotamento dos recursos naturais sem precisar estabelecer um novo paradigma humano.

E estudos feitos sobre a aceleração histórica mostram uma outra tendência, uma tendência geral dos avanços dos meios de produção de modo que somente uma etapa consciente de nossa história pode findar a ameaça à existência humana. Rose Marie Muraro apresenta em seu livro “Os Seis Meses em Que Fui Homem”, um gráfico de François Meyer que apresenta um gráfico demonstrando que a cada etapa desenvolvimento técnico da humanidade, esta supera a anterior de maneira cinco vezes mais rápida, ou seja, a aceleração tecnológica é exponencial e o expoente desta operação é o número cinco. Isto demonstra que a aceleração histórica é tão voraz que nenhuma medida pontual poderá romper esta trajetória senão uma organização estrutural que contenha essas preocupações em seu bojo.

O teólogo e filósofo brasileiro, chamado Leonardo Boff, faz uma metáfora interessante sobre a conjuntura de nosso planeta. Para ele chegamos ao “ponto de não retorno”, o que se assemelha a um avião que, na pista de pouso, acelera e encontra-se frente a uma montanha, já em velocidade o avião tem duas opções, voa ou se esborracha na montanha, e esse é o grande drama humano na atualidade. É preciso fazer um balanço de nossa existência e repensar os rumos tomados, sob risco da extinção de nossa espécie. Para o filósofo, faz-se mister repensar a dogmatização da modernidade, endeusada e cultuada pelo senso comum, tudo o que é moderno é indiscutivelmente bom, e todos aqueles que pensarem o contrário são taxados retrógrados e conservadores, o avanço das

forças produtivas encontrou no lucro o seu fim.

Se não revolucionarmos o modo de nos relacionarmos com o meio ambiente, e isso quer dizer abandonar o capitalismo, ficaremos certamente na lista dos animais em extinção. Porém, abandonar o consumismo significa pelo menos duas coisas: a primeira é que privaremos o capitalismo de seu bastião mais poderoso, sem o qual não poderia sobreviver. A segunda coisa é que essa etapa, do abandono do consumismo desmedido e dogmático só pode se dar através de um processo consciente, cumpre-se aqui também um papel na disputa ideológica em defesa da lógica coletiva. Para finalizar o capítulo, palavras de Leonardo Boff:

Uma análise mesmo superficial entre ecologia e capitalismo identifica uma contradição básica. Onde impera a prática capitalista se envia ao exílio ou ao limbo a preocupação ecológica. Ecologia e capitalismo se negam frontalmente. Não há acordo possível. Se, apesar disso, a lógica do capital assume o discurso ecológico ou é para fazer ganhos com ele, ou para espiritualizá-lo e assim esvaziá-lo ou simplesmente para impossibilitá-lo e, portanto, destruí-lo. O capitalismo não apenas quer dominar a natureza. Quer mais, visa arrancar tudo dela. Portanto se propõe depredá-la¹¹.

A tocaia

A tocaia é uma velha tática guerreira, muito usada em guerrilhas em que um grupo, geralmente mais fraco, se estabelece em uma posição tática e escondida que mantenha uma visão centrada em algum ponto do caminho que o inimigo terá de passar. É em sua passagem que, é desfechado o ataque mortal, ataque em que o mais fraco, porém melhor posicionado, vence o mais forte.

O socialismo fez seu enfrentamento direto com o capitalismo e perdeu a batalha, restou a possibilidade de armar uma tocaia com o intuito de explorar talvez a mais profunda contradição do capitalismo, a contradição entre a busca desenfreada pela acumulação e a ameaça de eliminação da vida humana no planeta. A tocaia deve ser montada lá na frente, quando o esgotamento dos recursos naturais da Terra não for mais teorismo intelectualista, mas sim sofrimento diário por escassez ar puro, água e comida saudável aí talvez seja tarde, é possível que, ao invés de socialismo, surja o que uma pensadora denominou “eco-fascismo” (Bramwell, 1989), por isso é nosso papel prepararmos-nos agora e desde já conquistar espaço nesta luta. O socialismo deve estar à espreita para arrebatando as paixões dos homens com sede e com fome.

No século XX, o século do enfrentamento entre o socialismo e o capitalismo, uma das mais importantes discussões foi a que interrogava se o capitalismo tinha ou não criado as bases sólidas para o socialismo.

Entenda-se, Marx, em alguns de seus principais escritos, como “O Capital” e “Manifesto do Partido Comunista”, afirma que o papel histórico do capitalismo é a construção das bases sólidas, materiais, para o sucesso do socialismo, ou seja, o capitalismo possuía uma força extraordinária para fazer avançar as forças produtivas, porém, no momento mesmo de a humanidade usufruir dos resultados do seu progresso, fulgura a visceral contradição do sistema, a sua impossibilidade de conviver com a distribuição igualitária, ele não possui nenhum mecanismo de socialização dessa produção, assim, levando assim à inexorável crise. Desta forma, seria necessário o socialismo como etapa superior de sociedade, capaz de superar essa contradição superando as próprias relações capitalistas.

¹¹ Tanto os dados referentes à degradação ambiental quanto a citação estão em: BOFF, Leonardo, O pecado maior do Capitalismo, o ecocídio e o biocídio, artigos, leonardoboff.com, 2005.

Devido a desdobramentos dessa discussão, em países como a Itália, num momento de grandes potencialidades revolucionárias, o Partido Socialista abandonou a frente de batalha por acreditar que o país não possuía as bases materiais para a consecução do socialismo.

Sem nos aprofundar na verificação histórica da importância desse debate, cabe levantar que alguns teóricos contemporâneos (Gorz, 1996) defendem que já existem as condições objetivas para o socialismo, ou seja, uma produção material capaz de garantir a reprodução humana com abundância e que só nos faltam as condições subjetivas.

Nada mais falso, o que existe é a base material e não as condições objetivas, pois estas incluem o condicionamento da subjetividade por meio da qual os trabalhadores ou as classes populares possam expressar a revolta a ser direcionada em uma orientação revolucionária. De modo algum isso acontece, o mecanismo de construção do exército de reserva para a diminuição do custo social do processo de produção e conseqüente combate à diminuição das taxas de lucro, já prevista por Marx, criou um caos no Movimento Popular através de um poderoso mecanismo de coerção da classe trabalhadora: a própria sobrevivência material do indivíduo em tempos de desemprego, isso causou um abalo sem igual no movimento sindical e atingindo o conjunto do movimento. Assim verificamos que possuímos uma base material capaz de sustentar o homem livre e não alienado, porém, as condições objetivas massacram o espírito livre, auxiliadas grandemente pelos esquemas superestruturais de dominação.

A grande e mais nova arma superestrutural é a mídia, e mais precisamente a televisão. Estas incutem valores, modas e costumes alienígenas à vida popular, cria valores artificiais e nos

impõe sua mentira, é certamente o principal mecanismo reprodutor da ideologia capitalista. Ora, mas se o dado objetivo é anterior ao subjetivo a coisa é possível.

A reação dos povos dos anos 60, 70 e 80 foi uma crise de questionamento do sistema, do sentido do sistema, porém foi precedida por uma crise objetiva, infra-estrutural do capitalismo e respondida com a terceira revolução industrial (2º na visão de alguns teóricos como Adam Schaff), que foi a revolução que estabeleceu relações carnis entre a ciência e a indústria e em especial foi a revolução da comunicação, inaugurando a produção “just in time”, ou seja, a produção conforme a demanda, regulada pelos processos de comunicação.

Esse sistema midiáticos têm por função criar necessidades, tornar superfluidades essenciais. Acontece que esses mecanismos ganham ressonância e, portanto, eficácia na medida em que as pessoas assimilam a mensagem, e o que determina a assimilação ou não desses valores é a própria realidade. E a realidade, como já se disse, mudará em breve.

O cerne de nossa proposta é verificar a possibilidade de enfrentamento do capitalismo a partir da crise ambiental. Isso faz-se possível diante da evidente crise do neoliberalismo que já dá mostras de esgotamento na América Latina cujas sociedades vêm elegendo governantes na contracorrente do pensamento neoliberal, muito embora a maioria deles tenha rasgado seus compromissos com a causa popular.

Isso demonstra a fragilidade do sistema que, aliada à crescente aversão ao domínio estadunidense (a linguagem é outra forma de dominação superestrutural, portanto rejeitemos o termo americano, americanos somos nós que temos sangue indígena nas veias), que é bastante verificável nos ânimos dos movimentos populares no conjunto do sub-continente

Latino-Americano. Juntados os fatos expostos mais a crise ambiental, entendemos que se dá uma oportunidade fantástica, a curva da tocaia para o socialismo.

Ora, nos resta levantar se o esgotamento dos recursos naturais criará, ou melhor, poderá criar, as condições subjetivas para a revolução, que acreditamos não ser possível ter outra natureza senão a socialista.

Acreditamos que sim, que o esgotamento de nosso planeta servirá como ponto de explosão da revolta popular, se for direcionada pelas forças populares, pois a potencialidade revolucionária da privação, a abertura nessas condições, para a contra-hegemonia têm na criação de núcleos anti-sistêmicos a ressonância necessária para explosão revolucionária.

Resta ainda, entretanto, uma contradição, Marx já colocava que era necessário um “mundo de riquezas” para haver o socialismo, pois, num mundo de penúria, a tendência é retornar a “imundície anterior”. Se houver escassez de água, por exemplo, haverá luta pela água e isto pode gerar uma ditadura daqueles que possuem o poder, e se não houver água suficiente para todos, como, no socialismo, se resolveria isto?

Ora, devemos observar que o problema central da questão ambiental é fundamentalmente a adequada distribuição desses recursos, problema superado na estruturação socialista. Não bastasse isso, também a lógica capitalista é a da agressão sistemática ao meio ambiente como mecanismo de ampliação da extração de mais-valia dos trabalhadores, no socialismo superaríamos tal contradição e seria plenamente possível uma política intensiva preservação e recuperação ambiental em curto prazo.

Conclusão

Os Desafios da Direção - Partidos e Ambientalismo

Os partidos comunistas e o movimento operário na primeira metade

do século XX erigiram-se sob a tutela, em grande parte, da União Soviética sob a lógica de partido mundial, ao qual estavam submetidos todos estes movimentos. O centralismo (anti) democrático ou burocrático da União Soviética punham o partido como elemento pensante e diretor do conjunto dos partidos comunistas e movimento operário, assim, estes órgãos seguiam a linha do Partido Comunista numa prática centralista e autoritária. Foi também da mesma forma o começo da segunda metade do século XX, até que a crise do sistema capitalista trouxesse também a crise desse “comunismo” tradicional e viciado, e começaram a surgir movimentos e sindicatos independentes, muito embora, por essa época, apresentassem um programa claramente de esquerda. Porém, refreados os ânimos rebeldes, essas entidades independentes passaram a apresentar uma plataforma de direita. Se, por um lado, foi importante a independência dos movimentos populares da URSS, por outro lado esses movimentos perderam seu referencial de classe, de projeto político como uma alternativa ao modelo capitalista, os sindicatos foram aos poucos afunilando sua visão à restrita visão de categoria e território e os movimentos a segmento, foram perdendo o referencial de classe e se enfraquecendo pela fragmentação.

É nesse bojo que aparece o movimento ambientalista, formado substancialmente pela classe média, principalmente, pela classe média alta, entenda-se, uma faixa da classe trabalhadora de renda mais alta do que o freqüente e uma pequena e média burguesia, segmentos muito pouco afetadas pelo movimento comunista e que têm dificuldades de enxergar a sociedade sob o prisma da luta de classes.

Na verdade, pode-se encontrar escritos ecológicos em Platão, há cerca de 2.400 anos, uma crítica ambientalista ao desmatamento e à erosão do solo

decorrentes do excesso de pastagem. Mas o movimento como forma coletiva de luta só apareceu na Grã Bretanha na década de 1860, espalha-se timidamente na primeira metade do século XX e politiza-se rapidamente a partir de 1960, dando origem, inclusive a vários Partidos Verdes. Se torna um movimento tão mais forte quanto nos fica clara a catástrofe ambiental posta em nosso horizonte. Porém, possui esse movimento uma profunda limitação hoje, limitação que tem bases em sua constituição, é a dificuldade de ir além do capitalismo em termos de pensamento político. Todas as críticas e proposições do ambientalismo se encontram no campo do capitalismo. A parcela hegemônica do ambientalismo tem muita dificuldade de pensar o modo de produção capitalista como transitório e não imutável.

Para que esse processo aconteça é necessário que a esquerda desloque quadros, na verdade seus melhores quadros, para a articulação desse projeto, elaborando uma teoria ambiental, um projeto para o planeta sob o método da dialética e o olhar no meio ambiente, um projeto capaz de mobilizar a massa aflita por causa do esgotamento do mundo. A pergunta que surge é: qual é a esquerda capaz de assumir tal tarefa?

Erich Fromm, psicanalista freudiano-marxista, classificou a esquerda tradicional, frisando a soviética, como hedonista, burguesa e, portanto, superficial. Dizia o autor que essa esquerda se limitava a uma proposição igualitarista, quando o que Marx pregava não era o molde das medidas das riquezas de cada um, mas sim a não permissão de que as disparidades fossem tamanhas que incorressem em experiências diferenciadas de vida, as classes. Era preciso, para esse estudioso, construir uma esquerda profunda, que discuta o projeto civilizacional, só essa esquerda é capaz de ir além da igualdade de consumo

e debater, questionar o próprio consumo como tal, sua natureza e seus limites.

Me parece, sinceramente, que há sinais de esgotamento da esquerda tradicional e surge um modelo de esquerda diferenciado, pulverizado, porém, com capacidade de articulação em forma de rede. o Fórum Social Mundial e muito embora seja reformista em sua maior parte, dá provas desse projeto, assim como o MST no Brasil, que promove a formação de milhares de lutadores populares em todo o país, com uma visão ampla e participação de diversos movimentos populares.

Está proposta a morte, portanto, do ambientalismo frouxo e sem consistência, assim como da esquerda. Resta-nos a construção do movimento dirigente dessa marcha rumo a uma nova etapa, período em que a humanidade e a natureza se reconciliarão, que não haverá mais oposição entre eles, e nem entre os seres humanos.

Terminamos com as palavras de Leonardo Boff, sobre quais as perguntas que devemos fazer para encontrar nosso novo paradigma:

Uma nova civilização surge quando se encontram respostas concretas às seguintes demandas, deixadas de lado pela ordem capitalista: Que utopias nos abre o futuro ? Que valores novos dão sentido á nossa vida pessoal e social? Que práticas novas mudam as relações sociais? Que cuidado desenvolvemos para com a natureza e que benevolência e compaixão suscitamos para com todos os seres da criação? Que novas tecnologias utilizamos que não neguem a poesia e gratuidade? Que fraternidade e sororidade estabelecemos entre todos os povos e culturas? Que nome damos ao mistério que nos circunda e com que símbolos, festas e danças o celebramos? Numa palavra: quais são os sonhos que nos dão esperança?¹²

¹² A citação está em: BOFF, Leonardo. *O pecado maior do Capitalismo, o ecocídio e o biocídio*, in: <http://www.leonardoboff.com.br> acessado em 2005.

Referências Bibliográficas

- ARBEX JR, J. *Showrnlismo, A Notícia como Espetáculo*. São Paulo, Casa Amarela, 2001.
- BAUDRILLARD, J. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*. São Paulo, Ática, 1995.
- BOFF, Leonardo. *Ética da Vida*. Brasília, Letra Viva, 1999.
- BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar*. São Paulo, Vozes, 1999.
- BOFF, Leonardo. O Pecado Maior do Capitalismo, O Ecocídio e o Bocídio, in: <http://www.leonardoboff.com>, acessado em 2005.
- BRAMWELL, Anna. *Ecology in the 20th Century. A History*. New Haven & Londres, Yale University Press, 1989.
- FROMM, E. *Ter ou Ser?* Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- FROMM, E. *O Coração do Homem*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
- GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1996
- HARNECKER, Marta. *Desafios da Esquerda Latino-Americana*. Expressão Popular, São Paulo, 2000
- LEFÈBVRE, H. *A Reprodução das Relações de Produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFÈBVRE, H. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo, Ática, 1991.
- MAESTRI, M. & CARBONI, F. *A linguagem escravizada*. São Paulo, Expressão Popular, 2003
- MAESTRI, M. & CANDREVA, L. *Gramsci. Vida e Obra de um Comunista Revolucionário*. Expressão Popular, São Paulo, 2001.
- MARX, K. & ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro, Garamond, 1998.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- MURARO, R. M. *Os seis meses em que fui homem*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1990.
- PEREZ, Manolo. *Chê, contribuição ao pensamento revolucionário*. Expressão Popular, São Paulo, 1999.
- PLEKHANOV, G. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo, Expressão Popular, 1999.

Lucelmo Lacerda de Brito, Estudante do curso de História da Univap – Universidade do Vale do Paraíba/SP.

E-mail: lucelmo@yahoo.com.br

O Mundo do Trabalho e a Política

Erisvaldo Souza

“A perversidade do coração impede o homem de reconhecer verdades, perfeitamente acessíveis a seu entendimento”

Schopenhauer

Qual a relação que podemos fazer entre o mundo do trabalho e a política? São dois temas atuais e que devem ser debatidos entre historiadores, sociólogos e a sociedade em geral, já que entendemos a sociedade como sendo uma totalidade e esclarecer alguns pontos que são de fundamental importância para o entendimento sobre tais assuntos, principalmente para a vida do trabalhador que necessita se transformar em termos sociais e políticos. Então, o nosso objetivo neste artigo é tratar de algumas questões referentes ao mundo trabalho e a política instituída a partir de um modelo burguês, tentando mostrar algumas ligações entre esses dois assuntos e, ao mesmo tempo mostrar algumas de suas contradições e que geralmente estão ligadas à vida do trabalhador, seja no trabalho ou até mesmo na política.

Podemos observar na sociedade capitalista moderna, a divisão social do trabalho e duas classes sociais diferentes em termos sociais, políticos e econômicos, estamos falando da burguesia e da classe trabalhadora ou operária, onde observamos uma crescente burocratização de todos os segmentos da sociedade. É nesse contexto da sociedade capitalista que irão surgir os partidos políticos e é nessa mesma sociedade que se determina a forma de se fazer política, aqui fica evidente a origem dos temas aqui propostos.

Para desenvolver o nosso artigo, em um primeiro momento iremos tratar de alguns pontos relacionados ao mundo do trabalho e posteriormente

iremos tratar do político. Na sociedade capitalista baseada na exploração do trabalho humano, onde o trabalhador tem que se submeter às regras do trabalho na fábrica, indústria, comércio etc, pois este necessita de um trabalho para sobreviver, isso é um fato concreto na sociedade capitalista, o trabalhador é obrigado a vender a sua força de trabalho em troca de um salário, que nem sempre é suficiente para a manutenção de uma família ou até mesmo de uma única pessoa, podemos pegar como exemplo algumas necessidades básicas que este salário deveria possibilitar como: transporte, alimentação, vestuário, remédios etc. Podemos observar na sociedade capitalista a lei da oferta e da procura, onde o burguês oferece o emprego e o trabalhador recebe em troca um salário. Por essa condição de exploração e diferenças deve partir a necessidade de se transformar a sociedade vigente.

Temos um acirramento da luta de classes na sociedade capitalista, a partir das classes sociais, neste caso estamos nos referindo a burguesia e a classe trabalhadora e que estão organizadas de forma diferente, de um lado temos a burguesia, classe social detentora dos meios de produção, equipamentos e máquinas, só que essas máquinas por si só não produzem riqueza, estas necessitam do trabalho humano para que possam funcionar e gerar riqueza ao burguês, é a partir disso que podemos observar a exploração do trabalho humano, não só na fábrica ou na indústria, mas também em outros segmentos da sociedade como: o trabalho camponês, o comércio, entre outras formas de trabalho que não serão citadas nesse artigo. É a partir daí que o burguês obtém o lucro em cima da

exploração do trabalho humano.

Por outro lado à classe trabalhadora se apresenta como sendo uma classe social desprovida de bens materiais, estes somente possuem a força de trabalho para oferecer no mercado, porém é uma classe social revolucionária. A classe trabalhadora tem como objetivo real e concreto a derrubada da burguesia e conseqüentemente o modo de produção capitalista e o fim da diferença de classe, abolindo a exploração e inaugurando uma nova forma de organização social, que seria a autogestão social baseada na vontade coletiva e não individual como é o caso do modo de produção capitalista, para isso a classe trabalhadora necessita se transformar, buscando sua auto-organização, que seria uma organização diferente do modelo burguês, que está baseado na burocratização e na relação dirigentes e dirigidos.

“A mais importante forma de consciência coletiva é, sem dúvida, a consciência de classe. A história da humanidade tem sido comandada pela dinâmica da luta de classes. Toda classe dominante busca conservar as relações de produção dominantes e assim manter o seu poder. As classes exploradas, por sua vez, buscam transformar as relações de produção e instaurar um novo modo de produção. A classe revolucionária realiza uma crítica da sociedade existente e, ao mesmo tempo, apresenta um projeto político de uma sociedade alternativa” (Viana, 2002, p. 23).

Nesse trecho que é colocado pelo autor podemos perceber a vontade real e concreta da classe trabalhadora de se emancipar e inaugurar uma nova forma de sociedade baseada na autogestão social dos trabalhadores.

Agora partiremos para uma análise da política instituída, que se encontra organizada a partir de um modelo burguês, onde temos como objetivo apontar para a sua crítica, pois não concordamos com o modelo

vigente. Para desenvolver essa parte do nosso artigo, em um primeiro momento iremos trabalhar com o conceito de partido político e como estes estão organizados, principalmente nos países que estão sob o regime da democracia representativa, a denominada democracia burguesa, como é o caso brasileiro. Nessa democracia representativa temos como ponto de partida o partido político, assim tentaremos conceituá-lo.

“Em um primeiro momento, devemos levar em conta que os partidos políticos são fenômenos modernos, ou seja, são produtos típicos da sociedade capitalista. É com a formação do modo de produção capitalista e com o estado que lhe é correspondente, o estado burguês, que surgem os partidos políticos.” (Viana, 2003, p. 11-12).

Agora de fato podemos conceituar o que são os partidos políticos: São organizações burocráticas que visam a conquista do estado, e buscam legitimar essa luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam o interesse de uma ou outra classe ou fração de classe existente.

Uma organização burocrática tem como característica principal à relação entre dirigentes e dirigidos. Os que dirigem são os burocratas, estes tomam decisões e tem o controle sobre os dirigidos.

“Na sociedade capitalista contemporânea, existem diversas organizações burocráticas além dos partidos políticos, tais como: os sindicatos, as escolas, as igrejas e o próprio estado” (Viana, 2003, p. 13).

Aqui podemos pegar uma outra definição de partido político como podemos observar:

“O partido político é “uma associação... Que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os seus chefes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente” (Bobbio, 2000, p. 898-899).

Nos períodos de processos políticos é que temos uma intensa manifestação desses partidos políticos, normalmente com as suas propostas e projetos políticos para “ajudar o povo”, é comum nesse período aparecer os “amigos do povo”, partidos políticos ou candidatos, sejam eles de esquerda ou de direita, burgueses ou proletários, sempre se apresentam como sendo com essa característica, pois o que estes querem é uma aproximação com grande parte da população e conseguir um número maior de possíveis eleitores. Normalmente o voto da minoria, que neste caso é o voto da burguesia, não determina quem vai ser eleito e sim o voto da grande maioria que é a classe trabalhadora que de fato determina um processo político. Aqui podemos observar uma arma fortíssima para a classe trabalhadora recusar tais processos políticos, já que o principal objetivo de um partido político em uma democracia burguesa é chegar ao poder e fazer a manutenção do modo de produção capitalista, e ao mesmo tempo distribuir cargos aos seus bajuladores que se tornou uma função comum nessa forma de se fazer política.

Para chegar ao poder os partidos políticos utilizam na maioria dos casos dos veículos de comunicação de massa, rádio e televisão, para fazerem a divulgação de seus possíveis projetos políticos para “ajudar o povo”, assim os partidos burgueses por terem condições econômicas melhores, suas mensagens chegam com maior frequência à sociedade em geral, atingindo um número maior de eleitores. Podemos ver claramente na sociedade capitalista, que é onde emergem os partidos políticos e a democracia representativa e é marcada pelo conflito entre as diversas classes sociais existentes onde cada uma tenta defender os seus interesses.

Normalmente os partidos políticos são representantes da burguesia.

Quando estes dizem que estão representando o povo, expressam uma falsa consciência, ou seja, uma ideologia. Com isso eles omitem de fato o seu verdadeiro objetivo que é chegar ao poder. Normalmente, o eleitor em uma democracia representativa, após escolher o seu “representante”, não exerce nenhum controle sobre ele, ele somente te “representa”, mas busca se consolidar no poder e se distanciar do povo que ele diz representar.

Portanto, vivemos em uma forma de organização de dominação burguesa tanto na relação do trabalho como na forma de organização política, assim o trabalhador permanece dominado a partir dessa forma de organização. Nesse sentido há que se buscar uma transformação da sociedade vigente, que está baseada na exploração e na busca exacerbada pelo lucro, onde o trabalhador é explorado, e quanto mais riqueza este produz mais ele se afasta dessa riqueza e mais pobre ele fica, pois tudo que ele está produzindo, são objetos estranhos ao seu mundo, e quanto mais objetos ele produz, menos objetos ele possui, daí a necessidade de se transformar e abolir tal forma de exploração, por tudo isso se justifica a revolução proletária pregada nas obras do pensador alemão Karl Marx.

Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Ciência Política*. Vol 1. Brasília, UNB, 2000.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos*. Goiânia, Germinal, 2003.
- VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. In: LIMA, Raymundo; PEIXOTO, Maria Angélica; QUINET, Antônio; VIANA, Nildo. *Psicanálise, Capitalismo e Cotidiano*. Goiânia, Germinal, 2002.

Erisvaldo Pereira de Souza é graduado em História/UEG – Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: erisvaldosouza@yahoo.com.br

Para Uma Re (Leitura) do Ato que Questionar: Uma Inquietação do Vivido

Alexsander Batista e Silva

*(...)
É sempre mais fácil achar que a culpa é do outro
Evita o aperto de mão dum possível aliado
Convence as paredes do quarto e dorme tranqüilo
Sabendo no fundo do peito que não era nada daquilo
Coragem, coragem se o que você quer é aquilo que
pensa e faz
Coragem, coragem que eu sei que você pode mais.”
Por quem os sinos dobram (Raul Seixas/Oscar Rasmussen)*

A proposta desta breve reflexão não é elaborar respostas prontas ou modelos, muito pelo contrário, é lançar questionamentos, dúvidas e provocações para que possamos (re)pensar, ou melhor, fazermos uma (re)leitura de nossa posturas e atitudes enquanto alunos e professores. Isso no entendimento de que o questionamento e a auto-crítica pode vir a contribuir para com a universidade e a escola, pois os espaços que aceitam e entendem como importantes os questionamentos e as críticas são espaços próximos ou num caminho promissor rumo à democracia.

Há algum tempo ponho-me a pensar sobre o ato de questionar, na busca de compreender, porque é tão difícil o ato de questionar-se a si mesmo? Por que os indivíduos, a sociedade, a escola, a universidade questionam e aceitam quaisquer tipos de questionamentos, salvo aqueles voltados para si? Na tentativa de refletir a universidade e por extensão a escola, surge uma categoria de extrema importância que perpassa essas instituições – o poder. Saramago (2004) afirma que a questão principal que se coloca para qualquer tipo de organização humana, desde que o mundo é mundo, é a do poder.

O poder no entendimento de Foucault (2001) é ambíguo e passa por canais muito sutis porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. Na mesma perspectiva, Raffestin (1993) afirma que o poder é parte intrínseca de toda relação e se manifesta por ocasião da relação, portanto o campo da relação é um campo de poder.

Na atual conjuntura econômica, político e sociocultural em que vivemos deparamo-nos com um modelo extremamente conservador de Universidade e escola. O que também, não é uma grande descoberta, visto que ela se constitui em um micro-universo, não desligado da dinâmica social, e, portanto expressa as ambigüidades e contradições da sociedade. Conforme Chauí (2003) a Universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada à estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo.

No âmbito acadêmico existe uma abertura para discutir-se uma infinidade de temas, no entanto a postura conservadora da universidade impede discussão de si mesma. Pois tal discussão pode suscitar algo em torno do (re)dimensionar e/ou (re)organizar as instâncias de poder, ou seja mexer na estrutura desse poder, isso poderia

significar para a ala conservadora o início do fim. Neste contexto, está excluída a possibilidade do debate, as “cabeças conservadoras” da Universidade conseguem nesta estrutura manter o *status quo*, mediante o exercício do poder que detêm.

De acordo com Gentili & McCowan (2003) ao olharmos a política educacional no Brasil hodierno percebe-se claramente sinais da ofensiva neoliberal. A pressão neoliberal imprime na universidade e na escola uma ideologia que alimenta uma forma de pensar e agir das pessoas. Essas instituições passam então a seguir quase religiosamente as leis do mercado. Nesses termos, conforme Chauí (2003) não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação.

Retomando os questionamentos, o que leva os professores a serem autoritários? Arroyo (2004) diria que isso tem uma relação direta com a sua identidade, pois o imaginário acerca do professor, que transita em meio à sociedade e, por conseguinte, para também sobre a cabeça desse profissional é a do tradicionalismo. Ou seja, o “profissional” inserido num tipo de educação que Freire (1987) denomina de “educação bancária”, onde o educador é o que sabe e os educandos não sabem; o educador é o que diz a palavra e os educandos são os que a escutam docilmente; o educador escolhe o conteúdo programático e os educandos jamais são ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; o educador, finalmente é o sujeito do processo e os educandos, meros objetos.

Esse ranço da educação tradicionalista perdura e é reproduzido nas escolas e na universidade, segundo Paro (2004), porque somos “desgraçadamente” filhos dessa escola.

Afunilando e trazendo a discussão para a disciplina de Didática e Prática

do Ensino de Geografia, surge a seguinte indagação: qual a leitura que se pode fazer em torno das atividades (pesquisa e aula magna) propostas e/ou impostas para o quarto bimestre dessa disciplina?

Reconheço as contribuições proporcionadas pela aula magna, porém ainda tenho a convicção de que essa atividade constitui-se mais num ritual acadêmico do que em algo que verdadeiramente contribua com o aluno/aluna, e também com o grupo, no sentido de fazê-lo refletir sobre sua prática. A aula magna é uma aula ministrada para uma turma fictícia, numa sala com alunos/alunas fictícios etc., portanto não tem nenhuma vinculação com a realidade viva do chão da escola. Partindo da afirmação de Vygostsky, citado por Fontana e Cruz (1997), de que a educação institucional/escolar é algo artificial, o que se poderia dizer então da simulação de uma atividade que por natureza é artificial?

A estrutura das aulas magnas são tão ritualísticas e tradicionais que não há sequer espaços abertos a intervenções e questionamentos que por ventura o grupo queira colocar. Somente a banca examinadora tem o direito de se manifestar, pois em sua condição de “superioridade” perante o grupo faz uso da palavra, esta considerada como um instrumento que lhes permite o exercício do poder. A superioridade aparece a partir do momento que acredita-se que melhor do que o outro, então porque deixá-lo falar?

A título de ilustração, lembremos que um membro da banca examinadora das aulas magnas deste ano, numa colocação, no mínimo infeliz, diz que para ser professor é necessário ter dom. Ao analisarmos este fato poderíamos dizer que talvez a banca examinadora não seja tão superior assim, pois “desenterra” um conceito há muito superado pelas discussões no campo da pedagogia. Por apresentar todos esses equívocos, será

que não poderíamos pensar numa proposta diferenciada para aula magna?

A atividade de realização da pesquisa na escola, não há como negar, é algo de extrema importância para a formação de um futuro docente. Não questiono a atividade em si, mas o processo de construção. Como executar uma pesquisa séria e, por conseguinte, compromissada socialmente em um mês? Ainda com o referencial de que a pesquisa tem que “correr” em paralelo com todas as atividades acadêmicas outras, além do compromisso que cada qual tem para além dos portões da Universidade.

Dentro da estrutura proposta, ou melhor imposta, estou completamente convencido de que não há a mínima possibilidade de se produzir algo que preste. A falta de tempo hábil para desenvolver a pesquisa, ou melhor, essa incoerência temporal empurra-nos rumo ao calabouço do reprodutivismo – categoria que de acordo com Saviani (1996) foi muito bem estudada por Althusser na França. Neste ato de reinventar a roda, corre-se sérios riscos de a roda sair meio quadrada.

Em suma, o pouco tempo implica na superficialidade da revisão bibliográfica, da base empírica, da coleta e análises de dados e das reflexões, portanto o resultado final pode ser uma cópia mal feita de um trabalho já produzido anteriormente e até ignorado pelo autor do atual. Será que os trabalhos produzidos sob essa lógica conseguem dar uma contribuição seja no campo metodológico ou de análise da realidade? Será que esses trabalhos, que em sua maioria nem ao menos apresentam vínculo com a realidade, podem oferecer uma contrapartida social, apresentando elementos que possam auxiliar os atores espaço estudado? Senão, qual a função e para onde vão estas pesquisas? Penso que os destinos são as gavetas dos

armários e as prateleiras da universidade e neste caso a função restringe-se a acumular poeira. Numa segunda hipótese, o destino provável será o de compor os anais, que nada mais são do que peso morto, de alguns desses muitos encontros/eventos que cumprem, em sua maioria, funções cartoriais de emissão de certificados. Nesse caso a função da pesquisa seria de engrossar o currículo acadêmico do aluno/aluna e do orientador/orientadora.

Um dia, me ensinaram na academia que pesquisa é uma coisa séria e internalizei esse conceito, entretanto agora querem lança-lo na “lata de lixo”.

Todo esse emaranhado de situações, posturas e atividades que levam estudiosos como Vieira (1989) a afirmar que o interior da universidade esconde práticas conservadoras sob o rótulo de falas progressistas, a autora nessa mesma perspectiva salienta ainda que numa maneira muito peculiar a universidade combina o fazer e o fazer de conta, tanto na prática do conhecimento quanto no conhecimento da prática.

Acredito que alguns ou muitos de meus colegas comungam da leitura aqui apresentada. Entretanto, destes, alguns mesmo a contragosto e tendo consciência de seus atos, por necessidade e força da NOTA foram obrigados a si “prostituírem” – fazer um pacto de mediocridade. Os outros, por força do poder da violência simbólica, para utilizar o termo de Bourdieu e Passeron citados por Saviani (1996), ignoraram o “verdadeiro” significado dessas atividades, e assim, as executaram “sabe Deus como” e sem nenhum questionamento.

Não quero nem saber as conseqüências dessa postura e principalmente deste ato, entretanto estou preparado para enfrentar o que está por vir, tais como: corpos incomodados, olhares de reprovação, retaliações e com sorte alguma manifestação de

solidariedade e aceitação de que questionar é preciso.

Para finalizar, gostaria de salientar que a disciplina de didática contribuiu muito para minha formação e que também as atividades questionadas e supracitadas neste texto foram muito válidas, pois acredito que é a contradição que nos empurra pra frente.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, Miguel. Palestra: Profissionalização do educador e identidade docente. In: *Pensar Educação – congresso e feira*. Goiânia/Centro de Cultura e Convenções, 7 a 10 de outubro de 2004.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob no perspectiva. In: *Revista Brasileira de Educação*. Set/out/nov/dez – Nº 24, 2003.
- FONTANA, R. & CRUZ, M. N. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo, Atual, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 27ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GENTILI, Pablo & McCOWAN, Tristan (orgs.). *Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil*. Petrópolis, Vozes / LPP / OLPED, 2003.
- PARO, Vitor Henrique. A organização da escola em ciclos e a superação da reprovação. In: *Debate – A organização da escola em ciclos de formação e desenvolvimento humano na Rede Municipal de Ensino de Goiânia*. Goiânia/Centro de Cultura e Convenções, 8 de junho de 2004.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 1993.
- SARAMAGO, José. O que é, afinal, a democracia?. In: *Le Monde Diplomatique*. Edição brasileira - ano 5, número 55, 2004. Disponível em: www.diplo.com.br (Acessado em 21 de novembro/2004)
- SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. 22ª ed. São Paulo, Cortez, 1996.
- VIEIRA, S. L. A democratização da universidade e a socialização do conhecimento. In: FÁVERO, M. L. (org.). *A universidade em questão*. São Paulo, Cortez, 1989.

Alexsander Batista e Silva é graduado em Geografia pela UFG – Universidade Federal de Goiás.

Texto elaborado como um ato de protesto e apresentado, sem qualquer aviso prévio, dentro da estrutura de uma aula magna – aula ministrada à uma banca, exigida ao final do curso de Licenciatura. Gostaria de deixar registrado um agradecimento aos companheiros(as) que estiveram comigo nesta luta, e em especial às contribuições de Lorena F. de Souza (Graduanda em Geografia pelo IESA-UFG) e Ivonaldo F. Duarte (Mestrando em Geografia pela UFMS).

E-mail: lexgeo@pop.com.br

A Música e a Cultura do Ter

Edmilson Marques

O estudo e/ou análise da música na atual conjuntura é um fator de suma importância no sentido de tornar consciente a acepção verdadeira da relação que a música da atualidade mantém com a sociedade. Para isso é necessário antes compreender as formas pelas quais perpassam a estrutura formada pelo capitalismo, já que, predominantemente, é através de suas relações que a música mantém o contato com a sociedade. Marx diz que a partir da estrutura imposta pelo capitalismo:

“É produzida uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem gozar das vantagens desta e que, excluída da sociedade, é forçada ao mais decidido antagonismo a todas as outras classes; uma classe que constitui a maioria de todos os membros da sociedade” (Marx, 2002, p. 46).

Portanto, esta análise tem como objetivo contribuir para a efetivação de uma sociedade autogerida, que almeja uma realidade perpassada por “uma relação social que nasce com a autogestão das lutas operárias e se universaliza e invade o conjunto das relações sociais” (Viana, 1996, p. 37). Segundo Nildo Viana a autogestão:

“Significa que os próprios ‘produtores associados’ dirigem sua atividade e o produto dela derivado. Abole-se, assim, o estado, as classes sociais, o mercado, etc., já que com a autogestão abole-se a divisão social do trabalho. Conseqüentemente, abole-se a divisão entre ‘economia’, ‘política’, etc”. (Viana, 1996, p. 33).

Assim, tudo aquilo que ocultamente omite uma relação que vai contra os princípios autogestionários é encarado como, ideológico, falso, não verdadeiro. De acordo com esta visão,

teremos como fio condutor de nossos estudos o materialismo histórico o qual permitirá que nos apoiemos na realidade, no concreto, tendo como base primordial o valor da classe subalterna, do homem explorado, destituído de todo o ideário abstrato e ideológico.

Foi no início do século XX, mais precisamente a partir da segunda metade da década de 20, que a música recebeu um tratamento diferente daquele que até então auferia, fator que lhe estruturaria caracteristicamente até os tempos atuais. Em tempos anteriores a música era fator característico de grupos sociais e tinha em sua essência os valores daqueles indivíduos os quais caracterizavam-se pelas atitudes ou consciência não comercial, diferentemente da atitude encontrada na maioria dos indivíduos subjugados pelo capitalismo “moderno”.

Em grupos nativos e/ou pré-capitalistas, por exemplo, a música *era utilizada*¹ como um dos fatores referente aos ritos e adorações próprias de sua cultura. Diferentemente da forma de execução reproduzida pelo capitalismo, onde se utiliza instrumento musical industrializado, a música em tribos indígenas é expressas à capela (sem a utilização de instrumentos musicais) com a ajuda rítmica dos próprios membros do corpo, mãos e pés, ou mesmo, no caso de grupos pré-capitalistas, com o acompanhamento de instrumentos artesanais. Além disso, a música era uma forma de expressão ou mesmo comunicação entre os indivíduos do próprio grupo. Daí o surgimento dos

¹ É o que ainda pode ser notado em tribos indígenas existentes na atualidade.

diferentes ritmos musicais existentes na atualidade, embora, a maioria deles surte efeitos diferentes daqueles de tempos anteriores à década de 20, isto é, provocam o que podemos chamar de efeito amnésico^[2]. Semelhante à discussão que Bourdieu (1997) faz sobre o efeito causado pelas notícias de variedades, a música, em sua multiplicidade:

“Tem por efeito produzir o vazio político, despolitizar e reduzir a vida do mundo à anedota e ao mexerico, fixando e prendendo a atenção em acontecimentos sem conseqüências políticas, que são dramatizados para deles ‘tirar lições’, ou para os transformar em ‘problemas de sociedade’”. (Bourdieu, 1997, p. 73)

A característica fetichista³ da música no Brasil tem como marco de seu surgimento o ano de 1927. Essa referência é feita pelo fato de que a partir desta data tem-se a chamada “era de ouro da música brasileira” devido à sua popularização em âmbitos “nacionais”, e até mesmo “internacionais”, que foi permitido pelo avanço do rádio. Além disso, surgem as primeiras gravações^[4] elétricas e em conseqüência disto, impressões de discos em alta escala. Estima-se que neste período a indústria tenha produzido mais de 48 mil cópias de discos vinil. Contudo, a partir da década de 30, Getúlio Vargas, institui o DOP (Departamento Oficial de Publicidade), que há nove anos depois se funde no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) com a finalidade de manter

uma fiscalização rígida sobre os meios de comunicação de massa. Com a instituição desses órgãos as programações (musicais, jornalísticas, entretenimentos, esportivas etc) transmitidas entram para o bojo dos instrumentos repressivos do estado como o objetivo de dificultar e impedir o surgimento de grupos revolucionários, reproduzindo a ordem estabelecida pela classe dominante. A música passa a ser selecionada e aquelas que estimulam o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade ficam fora das listas de reprodução dos programas musicais. Dessa forma, ela se transforma em um importante fator de legitimação dos valores burgueses, inculcando na sociedade um imaginário de normalidade e aceitação da realidade imposta pelo capitalismo.

Instaura-se um regime de opressão social, cuja manutenção do mesmo, dependeria de políticas extremamente repressivas para o controle comportamental da população. Neste contexto, com o advento do rádio como instrumento de manipulação social a serviço do estado e conseqüentemente se expandindo pelo território, a música amplia seu espaço de alcance que até então era restrita regionalmente e começa a atingir outros grupos culturais. Um exemplo disso está no chorinho que inicialmente era restrito à região do Rio de Janeiro vindo posteriormente a ser conhecido por todo Brasil via radiodifusão e/ou mesmo do samba que no exterior é entendido como uma das principais características dos brasileiros, entre tantos outros exemplos (canções goianas, nordestinas, gaúchas etc., as quais acabam interferindo nas produções musicais de outras regiões). Assim, a interferência cultural através da música tornou constante e os valores almejados pela burguesia ganharam nova forma de serem reproduzidos no imaginário popular.

^[2] Amnésico vem do termo amnésia que significa a perda de memória, esquecimento, que é guiado pela mídia, produzindo uma seleção adequada ao mercado e aos interesses do capital.

³ O fetichismo é um processo no qual o indivíduo produz algo e não se reconhece neste seu produto, tomando-o como algo independente e assim passa a adorá-lo. O criador passa a adorar sua criatura e pensar que ela tem vida própria (Viana, p. 85).

^[4] Francisco Alves e Carmem Miranda foram um dos primeiros intérpretes brasileiros massificados pelo rádio.

O que até então era valorizado pela sua essência, agora converte-se em qualidade medida estatisticamente pelas quantidades de cópias vendidas, sendo reduzida à mera “mercadoria”. Ou seja, o disco para a venda passou a ser o principal objetivo da maioria dos produtores e compositores da atualidade. A qualidade musical ficou relegada a grupos reduzidos. Com a predominância do mercado predomina-se também a música desprovida de qualidade. Dessa forma, qualquer coisa se transforma em música e sua repetição pelos meios de comunicação faz parte do jogo almejado pela classe dominante, ou seja, levar a sociedade a consumir tal mercadoria elevando assim a extração do mais valor, isto é, obtenção do lucro.

A qualidade de músicas expressa na quantidade reproduzida é uma falsa consciência criada pelos indivíduos das classe dominantes para ocultar a qualidade daquilo que se vê. O estado como defensor dos anseios desta classe justifica sua essência reproduzindo um imaginário alicerçado nos valores dessa mesma classe onde o ideal não está na qualidade de vida da sociedade mas sim na quantidade de capital^[51] a ser produzido, pois:

“Sob forma de mercadoria, tem o capital de exercer função de mercadoria. Os artigos que o constituem, produzidos em sua origem para o mercado, têm de ser vendidos, transformados em dinheiro, de realizar portanto, o movimento M-D” (Marx, 2003, p. 52).

M-D, quer dizer Mercadoria-Dinheiro. Os valores burgueses respeitam essa lógica de produção, ou seja, tudo que se produz, (a mercadoria,

produto da força de trabalho) deve ser transformado em dinheiro. Em contraposição a essa concepção, tem-se o imaginário da classe proletária no qual prevalece o M-D-M, mercadoria-dinheiro-mercadoria, que está expresso na teoria de Marx do valor de uso e valor de troca. O valor de uso contraria os valores burgueses uma vez que adquirido uma mercadoria o seu valor limita-se a suprir uma necessidade de uso do indivíduo, enquanto que para o burguês a mercadoria se destina à troca, à venda, na aquisição do dinheiro, que por sua vez é novamente trocado por outra mercadoria, que novamente é vendida e assim sucessivamente acarretando o acúmulo de capital.

Nesse sentido, a grande quantidade de força de trabalho empregada nas produções musicais faz parte da essência do capital, o qual é sinônimo de exploração. Sendo assim, necessita-se ocultar essa face negra da música produzida para o consumo, para que não emerja consciências revoltosas com essa realidade. Cabe então ao estado, defensor dos interesses das classes dominantes, introjetar na sociedade uma consciência de normalidade da realidade. A superação desta situação em que se encontra a maioria da sociedade está na própria superação da estrutura estabelecida pelo estado. A música como mercadoria é produto da burguesia e tem sua existência legitimada na própria realidade. Seu alvo principal é a classe subalterna que sendo a maioria na composição social recebe um tratamento específico levado-os a acreditar na fidelidade das relações sociais vigentes. Entender a forma que ocorre essas produções musicais e os fatores, já enunciados, que levam às grandes gravadoras a investirem nesta ou naquela música se torna essencial. É o que propomos neste momento.

A música, destinada ao mercado, recebeu todo um aparato técnico chegando a ponto de ser possibilitada

[51] Embora reduzimos o capital aqui à moeda, ao papel dotado de valor econômico (dinheiro), expomos a importância do entendimento da face oculta dessa “coisa”, que remete, “fundamentalmente, uma relação social, uma relação de produção” (Viana, 1996, p. 32) enfim, um contexto de servidão e exploração.

previamente a definição do que irá vender ou não, ou seja, no senso comum, o que será sucesso ou não. O sucesso, por sua vez, é um fator manipulado pelas grandes gravadoras. Assim, fazem acreditar que ele é um fator natural de reconhecimento deste ou daquele artista pela sociedade. Que de fato é mas que esse reconhecimento é pré-destinado e definido pelas próprias gravadoras. Para Bagdikian:

“Talvez o poder de maior duração das companhias que controlam os meios de comunicação seja o poder de criar idéias e movimentos que, se necessário, podem refletir desejos estritamente particulares do proprietário” (Bagdikian, 1993:64).

Essa postura se assemelha à das gravadoras que criam um padrão musical, excluindo das “principais” emissoras de rádios e TV’s, a maioria daquelas músicas que não correspondem aos anseios da classe dominante, é o caso das músicas de protesto que, em sua maioria, não são conhecidas pela sociedade. O “sucesso” de produções musicais depende da vontade das gravadoras que detém o monopólio das “grandes” emissoras de rádio, que por sua vez:

“É forçado a promover, no interior do ouvinte, uma atitude ingenuamente entusiasta com relação a qualquer material que se lhe ofereça, e assim, indiretamente, em relação ao próprio rádio. Este viés ‘promocional’ do rádio é um obstáculo permanente para se alcançar uma relação adequada com um material musical preeminentemente sério” (Adorno apud Iray Carone, 2003, p. 480).

Observa-se ainda o surgimento de inesperados “sucessos” que aparecem desvencilhados do poder das grandes gravadoras que ao ser reconhecido pelo “público” acabam caindo nos braços dessas mesmas instituições e sendo moldados conforme seu padrão industrial. Sucesso pressupõe consumo. Consumo, pressupõe capital que, por

sua vez, exige a exploração do homem pelo homem.

Em si tratando de qualidade musical enquanto composição em seu conjunto (Letra, melodia e harmonia) a maior parte das músicas da atualidade são desqualificadas e técnicas. Não contribuem para a formação de consciências críticas. Estimulam os indivíduos ao consumo, ao individualismo e oferecem o entretenimento como forma de fuga do sofrimento causado pelas relações sociais que estamos submetidos a viver. O que era “prestigiado” pelo conjunto dos fatores tornou-se venerado por sua simplificação prevalecendo a melodia estereotipada na posse desenfreada de fitas cassetes, CD’s, DVD’s etc.

A *Indústria Cultural*^[61] - originada a partir da realidade criada pela burguesia - delinea fervorosamente o novo caminho a ser trilhado pela música (a arte num âmbito geral é influenciada por essa indústria), ou seja, o caminho do negócio, do comércio. Como instrumento ideológico dessa classe ela encara o homem como objeto, como coisa e tem como objetivo ocultar a realidade do capitalismo. Além disso ela proporciona ao homem necessidades que ultrapassam as necessidades básicas e necessárias para se viver (casa, comida, lazer, etc), ou seja, incube-se de produzir em larga escala, objetos, coisas voltados para o consumo incessante. O desejo sofre interferência desta indústria que causa à sociedade uma sensação de querer cada vez mais a posse de tais objetos. Esta indústria, “só se interessa pelos homens

[61] “A Indústria Cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão” (Adorno, 1985, p. 128). E diversão significa “estar de acordo. Isso só é possível se isso se isola do processo social em seu todo, se idiotiza e abandona desde o início a pretensão inescapável de toda obra, mesmo da mais insignificante, de refletir em sua limitação o todo. É não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado” (Adorno, 1985, p. 135).

como clientes e empregados” (Adorno, 1985, p. 137).

Esse imaginário consumista passa a ser difundido pelos meios de comunicação (Televisão, rádio, revistas, jornais, panfletos etc.), sendo legitimado como mera reação “natural” do indivíduo. O comportamento de uma população está alicerçado nos jogos ocultos do estado, ou seja, através das diversas instituições^[71] existentes na sociedade o comportamento dos indivíduos passa a ser manipulado para servir aos interesses da classe dominante. Portanto, a música entra nesse jogo ideológico onde a quantidade de discos vendidos expressa, ocultamente, o jogo armado pela burguesia para o benefício próprio, o que é recebido e aceito passivamente pela sociedade. O anseio consumista, ou o desejo de ter aquilo que é propagado pela mídia advém dos valores da burguesia.

A felicidade propagada a partir do imaginário burguês está ligada ao consumo e posse dessas coisas materiais. Assim, essa felicidade passa a depender fervorosamente da posse de uma quantidade elevada de capital, definido pela mesma como o mediador de suas relações. O capital, por sua vez, só pode ser conseguido através da exploração da força de trabalho da classe operária (mais-valia). Dessa forma, a música, como mercadoria, se transforma num fator importante para a classe dominante, onde além de ter a função de agente manipulador se transforma em um meio fácil de acúmulo de capital. A música então é elevada a uma coisa, reduzida a uma mercadoria (simbolizada em discos, CD's, fitas cassetes, DVD's, etc.), cuja função agora é a obtenção de lucro.

^[71] Escolas, polícia, meios de comunicação de massa, o poder judiciário, etc). Além desses conta-se ainda com a propriedade, base da exploração do homem pelo próprio homem.

O rádio, como parte integrante da indústria cultural também teve seu papel fundamental na reprodução desse ideário consumista. Ele foi naturalmente desenvolvendo esta habilidade indutiva. Foi o meio didático/pedagógico mais eficaz na educação da sociedade para o consumo dessas produções. Assim, com o monopólio das emissoras radiofônicas asseguradas, as grandes gravadoras puderam escolher o que colocar à venda ou não. Para perceber essa técnica desenvolvida basta entender a lógica de suas trançadas ações, onde, ao produzir uma música, enviam-nas para as emissoras de rádio mais legitimadas, as quais estão sob o poder dessas mesmas gravadoras. A música então passa a ser veiculada sucessivamente. Conta-se ainda que acorda-se a quantidade de vezes a veicular a música ao dia e mesmo a hora. Esta última se define nos momentos de pique do comércio, o que atingiria um maior número de indivíduos. Na atualidade há estimativas de músicas que são reproduzidas dezoito mil vezes ao dia, somando todas as veiculações em âmbitos nacionais, o que pode ser ultrapassado por aqueles que atingem as fronteiras internacionais. Naturalmente, essa amplitude alcançada pela música atinge diretamente o consciente do indivíduo que, em consequência das repetições, é estimulado a adquiri-la por meio da compra de fitas, CD's, DVD's, etc.,.

Neste momento pode-se notar que ao buscar a aquisição de uma dessas mercadorias em lojas legalizadas^[81] um indivíduo da classe operária não consegue adquiri-la devido ao “alto custo” cobrado. Não conseguindo a aquisição por meios “legais” resta então recorrer ou estimular à “pirataria^[91]”. A pirataria, por sua vez,

^[81] A legalização é uma criação da burguesia no intuito de proteger o capital, fonte de seus privilégios.

^[91] A palavra “pirataria” é derivada de pirata referente aos ataques realizados no período colonial por piratas a navios em busca de ouro, que em termos ideológicos pode ser entendido como a apropriação

passa a ser perseguida pelo estado o qual defende o monopólio e exclusividade das grandes gravadoras. Porém, paradoxalmente, mesmo sendo tachada como ilegal, a pirataria acaba por cair nas intenções almeçadas pelo sistema e aceita pelo mesmo. Embora as “mercadorias” produzidas e vendidas via “mercado livre” sejam de acesso aos indivíduos subalternos, não fazem nada mais do que reproduzir e legitimar a realidade baseada nas relações entre dominantes e dominados. Essas ações legitimistas da população, por mais perseguidas que sejam, recebem uma aceitação por parte do estado, pois, tira dele a responsabilidade sobre a mesma. Assim como os filmes de animação, a música:

“Faz mais do que habituar os sentidos ao novo ritmo, eles inculcam em todas as cabeças a antiga verdade de que a condição de vida nesta sociedade é o desgaste contínuo, o esmagamento de toda resistência individual. Assim como o Pato Donald nos *cartoons*, assim também os desgraçados na vida real recebem a sua sova para que os espectadores possam se acostumar com a que eles próprios recebem” (Adorno, 1985, p. 130).

As músicas comercializadas via clandestinidade recebem um maior consumo pelos indivíduos das classes oprimidas. Portanto, essas aquisições

da propriedade do outro. Modernamente, em um linguajar burguês, a pirataria é definida como o ato de copiar algum produto, idéia ou serviço, tentando fazer com que não se note a diferença entre a cópia e o original. O que não foge do conceito anterior. Um indivíduo que tem sua vida suportada na troca do que produz pelo capital e a partir de certo momento essa sua produção começa a ser reproduzida e apropriada por outra pessoa, naturalmente ocorre a diminuição da sua renda e, conseqüentemente, do seu lucro. Contudo, lucro é propriedade, um fator que estimula a luta de classe. As contradições não acabarão no simples fato de se extinguir a pirataria ou a “ilegalidade”, essa é uma visão conformista para com a realidade. Precisamos sair dessas interpretações axiológicas e partir para uma libertação dessas entranhas burguesas, atingindo seu apogeu na autogestão.

surtem um outro efeito na consciência do indivíduo, isto é, o efeito simbólico. Os intérpretes das músicas, massificados nas estampas das mercadorias, passam a ser reverenciados e idolatrados pela sociedade recebendo um tratamento diferenciado. Os programas televisivos, instrumento fundamental da Indústria Cultural, estruturam programas “fast-food cultural, alimento cultural pré-digerido, pré-pensado” (Bourdieu, 1997, p. 41), no intuito de um outro comércio paralelo, o do lucro via audiência. Eles conduzem:

“a um mundo musical fictício dominado pelos nomes de personalidades, etiquetas estilísticas e valores pré-digeridos que não podem ser ‘experenciados’ pela audiência destes programas; na verdade, o programa apresenta o material de modo a fomentar, de modo proposital ou não, atitudes estereotipadas e convencionais, ao invés de levar à compreensão concreta do sentido musical” (Adorno, 2003, p. 480).

Por outro lado, com a reprodução em massa da imagem dos intérpretes musicais, acabam recebendo uma espécie de seguidores como é o caso dos covers¹¹⁰¹. Essa consciência da busca do sucesso pode ser encontrada nos indivíduos das diversas bandas que surgem em fundos de quintais e principalmente bandas de adolescentes que se espelham em “grandes artistas” na tentativa de um reconhecimento comercial. Contudo, essa busca se torna contraditória. Uma vez enfatizada a idolatria dificulta-se a percepção dessa mesma realidade. A realidade paternalista, do poder centralizado, individualista, vinculado ou suportado pelas relações voltadas para os interesses das classes dominantes, a qual está em constante contradição com o imaginário

¹¹⁰¹ Relacionando-se com a música, o Cover é aquele que segue o estilo musical, ou mesmo físico (aparência), de outro intérprete já reproduzido e legitimado pelos meios de comunicação de massa. É uma espécie de contrafação do outro. O cover geralmente toma para si o nome daquele que está imitando.

coletivo, verdadeiramente libertário, autogestionário.

Essa consciência comercial, fetichizada, coisificada, vem sendo propagada a todo instante, especificamente, pelos meios de comunicação de massa. A música, produzida com finalidades comerciais, legítima e reproduz maciçamente a cultura dominante do ter. Marx já chamava atenção a isso quando ele falava do valor de uso e valor de troca. O ter no sistema capitalista prevalece sobre o ser, sobre a vida. A vida passou a ser valorizada pelo ter. No entanto, aquele que possui um maior poder econômico/material, recebe uma “valorização” maior do que aquele que não possui nada além de sua força de trabalho. O valor do ser humano dentro da lógica do capitalismo – a realidade criada pela e para a classe dominante – dá lugar às suas produções. Prevalece o valor material enquanto que o valor humano passa para um segundo plano. Para a burguesia importa a quantidade de mais-valor extraído, não importa a forma pela qual perpassa essa extração. Dessa forma, a vida deixa de ser o fator relevante, pois, o imaginário difundido por ela é o de que a continuação da vida humana (ser) depende do capital (ter). Isso é somente uma forma de fazer a sociedade continuar aceitando essa forma invertida de vida, o que, naturalmente, mantém os seus privilégios enquanto classe dominante. Sendo a vida condicionada pela existência do capital então por que as sociedades que são desprovidas do mesmo, onde o ser prevalece sobre o ter, conseguem continuar vivendo mesmo em condições desumanas? a resposta pode ser encontrada com facilidade na própria realidade, o lugar onde a burguesia está em constante conflito com as classes oprimidas na busca constante da continuação e manutenção de seus privilégios e *status*

de classe dominante. Ou seja, a dependência do capital é uma crença criada pela burguesia a partir da realidade por ela estabelecida. A possibilidade de uma realidade destituída de relações superficiais é consistente e dispensa as críticas ideológicas. O contexto almejado pela classe oprimida é imune dessas interpretações abstratas. Nela o capital não tem vez, a vida sim.

Portanto, a música almejada pela burguesia fortalece os laços do ter. A cultura do ter é o valor almeja por esta classe e a característica essencial do capitalismo. O ter acaba sendo reproduzido pela sociedade, recebendo sua legitimação através da música, que é levada a acreditar que esse valor de posse é um valor natural do ser humano, universal, que não pode ser extinto. Erich Fromm diz que:

“A maioria das pessoas acha muito difícil renunciar a tendência a ter. Qualquer tentativa no sentido dessa renúncia suscita intensa ansiedade e sentimento de perda de toda segurança, como o jogar-se no mar sem saber nadar. Essas pessoas não sabem que ao desfazer-se das muletas da propriedade, podem começar a utilizar suas próprias forças e andar por si mesmas. O que as mantém atadas é a ilusão de que não poderiam andar por si mesmas, e que entrariam em colapso se não estivessem amparadas pelo que possuem” (Fromm, 1976, p. 98).

Essa dificuldade na qual ele fala está diretamente relacionada às relações estabelecidas pelas classes dominantes. As músicas culturalmente industrializadas transferem e reproduzem o imaginário dependente do ter. Além disso, instigam à seleção, à concorrência^[111], imprimindo de uma maioria a força do trabalho ao privilégio de uma minoria, legitimando um sistema global. Contudo, a música enquanto expressão humana desprovida de ideologia terá seu apogeu juntamente

^[111] A concorrência advém da cultura burguesa, “é a vida do comércio e a livre concorrência exige que o mercado decida quem deve sobreviver” (Bagdikian, 1993, p. 128).

com a transformação estrutural desta sociedade na qual vivemos. Enquanto a sociedade estiver assentada nos moldes sistematizados pelo capitalismo, prevalecerão as produções musicais voltadas para o consumo, além disso, continuarão prevalecendo as práticas voltadas para o domínio do capital.

Em âmbitos políticos globais se torna difícil pensar a música como algo que pudesse trazer para a sociedade subalterna um conhecimento verdadeiro e consciente da atual realidade, já que predomina a música comercialmente produzida. As letras, em sua maioria, são dotadas de um vazio conceitual e não instigam o indivíduo a conhecer as relações sociais que o cercam. Conseqüentemente, mantendo um contato constante com a sociedade, essas músicas passam a agir na consciência do indivíduo, através de sua técnica harmônica, privando-o do verdadeiro conhecimento da realidade, munindo-o de conhecimentos e ou valores falsos. A análise da música requer uma contextualização. Não basta simplesmente criticá-la com finalidade em si mesma. Não caímos no erro de buscar compreendê-la em sua estrutura simplesmente. Fazemos do estudo da música um meio de compreensão de um contexto global o qual é o causador primeiro das mudanças regionalizadas e localizadas. Mudanças essas responsáveis pelo adiamento de uma verdadeira transformação.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W e HORKHEIMER, Marx. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor. In: CARONE, Iray. *Adorno e a educação musical pelo rádio*. Campinas, vol. 24, n. 83, p. 477-493, 2003.
- BAGDIKIAN, Bem H. *O Monopólio da Mídia*. São Paulo, Scritta, 1993.
- BOURDIEU. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- FROMM, Erich. *Ter ou Ser?*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1976.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Centauro, 2002.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política: livro II, 9ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- VIANA, Nildo. *A Questão dos Valores*. In: Revista Cultura & Liberdade, Goiânia, ano 2, nº 2, Abril de 2002.
- VIANA, Nildo. *O Que é Autogestão*. In: Revista Ruptura, ano 3, nº 4, Goiânia, 1996.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos*. Goiânia, Edições Germinal, 2003.

Edmilson Marques é graduado em História/UEG.

E-mail: edmilsonmarx@yahoo.com.br

Ideologia e Luta de Classes: O Conceito de Ideologia em Marx

Lucas Maia Santos

O termo ideologia surgiu inicialmente com o filósofo iluminista Destutt de Tracy. Este pensador, adepto das teorias e práticas da burguesia francesa de meados do século XIX, pensava em criar uma ciência que se dedicaria ao estudo da gênese e evolução das idéias. A esta ciência, ele deu o nome de ideologia. Assim, aqui vemos o primeiro sentido que o conceito de ideologia assumiu ao longo de sua história. Para Destutt de Tracy, ideologia tem o sentido de uma doutrina teórica, especulativa.

Como os que defendiam ou teorizavam sobre esta nova ciência apoiaram a subida de Napoleão ao poder, viram que este não pretendia desenvolver os princípios da burguesia “revolucionária”, como liberdade, igualdade etc. Começaram então a tecer críticas ao governo despótico de Napoleão, pois viam nele um retrocesso aos tempos dos privilégios da nobreza, ou seja, viam um certo retorno da nobreza ao poder.

Napoleão, ao perceber que estes filósofos o estavam criticando começou a chamá-los de ideólogos, termo que ele afirma ter criado. Em um discurso, Napoleão assim se referiu aos ideólogos:

Nós devemos colocar a culpa dos males que a nossa França sofreu na ideologia, a metafísica obscura que procura, sutilmente, pelas últimas causas, onde se deve colocar a legislação dos povos, em vez de fazer uso das leis conhecidas do coração humano, e das lições da história. Estes erros, inevitavelmente, devem levar, e de fato levaram, a um governo de homens sanguinários... Quando alguém é

chamado a revitalizar um Estado, ele deve seguir exatamente os princípios opostos (Napoleão *apud* Thompson, p: 47).

A partir deste momento o conceito de ideologia passa a ter outro sentido. Enquanto que para Destutt de Tracy, ideologia refere-se a uma doutrina teórica, filosófica, para Napoleão, ideologia é algo negativo, uma "metafísica obscura".

Este aspecto ou sentido negativo/crítico dado ao conceito de ideologia por Napoleão é retomado, segundo Thompson (1995), por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*. Mas a crítica que estes autores fazem não se dirige aos ideólogos que fundaram ou pretendiam fundar a nova ciência, mas sim aos neo-hegelianos Bruno Bauer, Max Stirner e ao Materialista Ludwig Feuerbach. Quando Marx e Engels denominam estes filósofos de ideólogos eles pretendem, na realidade, mostrar que a consciência, ou melhor, o saber produzido por estes pensadores é na realidade equivocado e anacrônico. Este saber representa, na realidade, uma falsa consciência.

Mas é importante lembrar que Marx nunca sistematizou de maneira adequada sua concepção sobre este assunto, embora seja algo recorrente em sua obra. Marx o utilizou em três acepções semelhantes (que nós e não Marx consideramos complementares). Ora se referia a ideologia como sendo as idéias dominantes em uma época: “As idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante” (Marx & Engels, 2002, p: 57). Ora se referiu ao

termo como sinônimo de falsa consciência:

“A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. A partir deste momento, a consciência pode de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo realmente” (Marx & Engels, 2002, p: 26). (grifo nosso)

Marilena Chaui, em seu texto, *O Que é Ideologia*, embora trate de maneira sistemática este conceito não conseguiu perceber esta certa indefinição em Marx. Desta forma ela reconhece apenas o segundo aspecto por nós apresentado, ou seja, de que ideologia é, para Marx, sinônimo de falsa consciência. Já Ana Lúcia G. de Faria em seu livro *Ideologia no Livro Didático* percebe somente o primeiro aspecto, ou seja, ideologia, para Marx, são as idéias da classe dominante que são as idéias dominantes em uma época. Da mesma forma que estas autoras, vários outros pensadores também, de uma ou outra maneira, simplificaram, ou seja, tomaram apenas uma parte como sendo o todo, ou, e o que é pior, deformaram as teses de Marx.

Bem, mas há autores que compreenderam o que é o conceito de ideologia em Marx. Um ótimo exemplo é o de John B. Thompson (1995). Além de reconhecer que de fato há uma certa indeterminação por parte de Marx, no uso do conceito de ideologia, ele, além destas duas concepções por nós apresentadas, acrescenta mais uma. Para a concepção de ideologia como sendo as idéias dominantes, ele deu o nome de “concepção epifenomênica de ideologia em Marx”. Para o conceito de ideologia com sendo sinônimo de falsa consciência, concepção que Marx utilizou em a Ideologia Alemã, ele denominou de “concepção polêmica de

ideologia em Marx”. E por fim, a terceira concepção que ele percebeu em Marx, encontra-se principalmente no texto *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Neste livro, Marx não utilizou o conceito de ideologia de forma explícita, daí Thompson chamá-lo de “concepção latente de ideologia em Marx”. O conceito de ideologia nesta última acepção refere-se às afirmações que Marx faz a respeito da importância das idéias, principalmente aquelas vindas da tradição, que não permitem que determinadas transformações ocorram.

De tudo isto, podemos reter o seguinte: ideologia é um conceito negativo/crítico¹. São as idéias da classe dominante, por isso são as idéias dominantes em uma época. É falsa consciência. E por último, ideologia são aquelas idéias que, principalmente aquelas vindas da tradição, que impedem a transformação social.

Como partimos da perspectiva crítica do conceito de ideologia, para nós, ideólogos são aqueles que sistematizam as formas simbólicas para a manutenção de relações de poder. Então, o que é ideologia para nós? Porque existe?

Estas não são questões fáceis de responder, mas é necessário enfrentá-las. O conceito de ideologia é fundamental para compreendermos o papel das formas simbólicas de dominação e melhor, entendermos como as formas simbólicas interferem no processo de dominação.

Assim, as concepções apresentadas por Marx, embora sejam distintas, se interpenetram umas nas outras. O fato de Marx nunca tê-las sistematizado não implica que sejam contraditórias. Na

¹ Sobre isto é importante lembrar que há, segundo Thompson (1995) três tendências ou formas de se conceber o sentido de ideologia. A primeira, que surge com Destutt de Tracy e tem a ideologia como uma doutrina teórica, filosófica. Uma Segunda, representada por Gramsci, Lênin etc que vêem a ideologia como neutra. Por exemplo, para Lênin, há uma ideologia proletária e uma ideologia burguesa. E a terceira tendência, utilizada por Marx, Thompson etc. e nós também, de conceber a ideologia como um conceito negativo/crítico.

realidade são complementares. É bom frisarmos que esta interpretação não se encontra em Marx. É na realidade um aprofundamento de suas concepções. Para evitar equívocos futuros, é bom lembrarmos o caminho por nós percorrido.

Primeiramente, identificamos as várias concepções deste conceito presentes em vários textos de Marx. Após feita esta identificação, analisamos pormenorizadamente estas várias interpretações até chegarmos ao ponto onde estamos. Aqui começa o que consideramos ser um aprofundamento das acepções apresentadas por Marx.

As três interpretações apresentadas por Marx, como dissemos, se complementam mutuamente. Quando ele diz que as idéias dominantes em uma época são as idéias da classe dominante está simplesmente afirmando, ou melhor, constatando um fato histórico.

Essas idéias que são dominantes expressam as idéias da classe dominante. Se analisarmos historicamente este fato, comprovaremos a veracidade desta afirmação. Na idade antiga, a ideologia dominante era a filosofia, na idade média, a teologia e na sociedade contemporânea, a ciência.

Em cada momento histórico, estas ideologias, ou seja, falsas consciências sistematizadas, serviram e servem como formas simbólicas mantenedoras de relações de exploração Thompson (1995).

Bem, mas esta concepção pode ser complementar às outras definições de ideologia apresentadas por Marx? Como o objetivo desta ideologia dominante é justificar determinada lógica de classe, que é, desde que surgiram as classes sociais, uma lógica de dominação e exploração, ela deve transformar interesses que são de uma classe determinada em interesses de

toda a sociedade. Aí está a falsa consciência, pois os interesses das classes dominantes não podem, de maneira alguma, corresponder aos interesses das classes exploradas. Isso se dá porque a condição de miséria desta é a condição de abundância daquela. Assim, as mistificações produzidas por esta classe dominante servem para justificar o estado de subjugação ao qual as classes exploradas são submetidas.

Podemos verificar isto, citando um exemplo trivial observado por Chauí (1980). Ao falar da teoria aristotélica das quatro causas, teoria que pretende explicar o movimento das coisas (do nascimento ao perecimento, movimento da queda dos corpos, da transformação da semente em árvore etc.), ela observa que não se trata somente de uma teoria metafísica, vai além disso.

Como sabemos as quatro causas são: a) material; b) formal; c) motriz ou eficiente e d) final. A causa material refere-se à matéria física de que se constitui o movimento. A causa formal diz respeito à forma que a matéria vai adquirindo ao longo do movimento. A motriz ou eficiente é a ação operação que gera o movimento, mudando a forma da matéria. E por último, a causa final explica o fim, o objetivo do movimento.

Um aspecto fundamental dessa teoria da causalidade consiste no fato de que as quatro causas não possuem o mesmo valor, isto é, são concebidas como hierarquizadas, indo da causa mais inferior à causa superior. Nessa hierarquia, a causa menos valiosa ou menos importante é a causa eficiente (a operação de fazer a causa material receber a causa formal, ou seja, o fabricar natural ou humano) e a causa mais valiosa ou mais importante é a causa final (motivo ou finalidade da existência de alguma coisa).

À primeira vista, essa teoria é uma pura concepção metafísica que serve para explicar de modo coerente e objetivo os fenômenos naturais (física) e os fenômenos humanos (ética, política e técnica). Nada parece indicar a menor relação entre a explicação causal do universo e a realidade

social grega. Sabemos, porém, que a sociedade grega é escravagista (...) isto é, é uma sociedade que distingue radicalmente os homens em superiores (...) e inferiores (...) (Chauí, 1980, p: 9)

O que Marilena Chauí observa é que a sistematização do saber feita pelos gregos serve para justificar a realidade social a qual estavam submetidos os escravos e demais excluídos daquela sociedade, como estrangeiros, mulheres etc. Isto evidencia que de fato a filosofia na sociedade grega tinha também esta função, ou seja, justificar por meio do saber lógico-formal a divisão social do trabalho lá existente. Assim segundo esta teoria, o fim último do ser humano é ser um cidadão grego. O meio para isto, a causa motriz é o trabalho escravo. Isto não quer dizer que o escravo irá um dia se tornar cidadão, mas sim que ele é a condição para a existência deste cidadão.

Isto também pode ser evidenciado com a teologia na idade média e com a ciência nas sociedades capitalistas.

Resta ainda a última concepção levantada por Marx, e observada por Thompson (1995). Esta concepção latente de ideologia em Marx pode ser observada, como já dissemos, em *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* e em outros textos, como alguns chamam, “históricos” de Marx. Esta idéia de que o “cérebro dos mortos oprime a mente dos vivos” quer dizer que a tradição exerce forte influência sobre as pessoas. É neste sentido que, por exemplo, quando Marx ao analisar a Comuna de Paris, ressalta que aquele acontecimento não tinha nada a ver com as revoluções passadas e que o proletariado insurgente não deveria em nenhum momento se espelhar nos cadáveres de outras épocas.

Isto evidencia que, embora Thompson não tenha verificado isto, que nos próprios textos de Marx já encontramos a superação desta

ideologia latente. Mas o fato é que ela existe e oprime a mente dos vivos.

Assim, podemos sintetizar nossa argumentação no seguinte esquema. As ideologias são as idéias das classes dominantes e por isto são também as idéias dominantes em uma época. No entanto, como em todas as épocas e em todas as sociedades em que a existência das classes sociais era a condição fundamental da reprodução da vida, a exploração, a dominação, a humilhação etc. são fatores determinantes no surgimento da ideologia como falsa consciência, pois é esta falsa consciência que justifica, de maneira sistematizada, tal situação. E além destes dois fatores, devemos levar em conta, o papel da tradição, das “idéias fixas”, tal como falava Marx, na manutenção das relações de dominação. Deste modo, vimos que, embora estas três concepções sejam distintas elas se relacionam e se determinam mutuamente.

Agora já temos elementos suficientes para respondermos às perguntas que colocamos anteriormente: o que é ideologia para nós? Porque ela existe?

Embora Thompson (1995) divirja em alguns aspectos de nossa abordagem, podemos pegar sua síntese, ou melhor, sua definição do conceito de ideologia, pois ela expressa de maneira muito adequada a concepção que estamos apresentando aqui.

Desde que: é crucial acentuar que fenômenos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Podemos compreender os fenômenos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação (Thompson 1995, p: 76) (grifos no original).

O que o autor tenta aí esclarecer é que só existe ideologia quando existe relações de dominação. Toda e qualquer sociedade tem suas formas simbólicas correspondentes, por exemplo, as representações simbólicas das sociedades sem classes, embora fossem representações míticas não se constituíam como ideologia, pois não representavam relações de dominação, de exploração. Quando surgem as sociedades de classe, que como já dissemos, são sociedades onde domina a exploração, surge também a ideologia para sustentar tal relação.

Desta maneira, podemos dizer que ideologia são as formas simbólicas que sustentam relações de dominação, assim respondemos ao primeiro questionamento. Desta maneira, a ideologia só existe para manter relações de exploração, assim respondemos ao segundo.

Referências Bibliográficas

- ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista – 1848*. Porto Alegre, L&PM, 2002.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no Livro Didático*. 5º ed., São Paulo, Cortez/autores associados, 1986.
- THOMPSON, John B.. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis, Vozes, 1995.

Lucas Maia Santos é Graduado em Geografia pela UFG – Universidade Federal de Goiás.

E-mail: cabeloufg@yahoo.com.br

Sociologia e Filosofia no Ensino Médio: Disciplinas Obrigatórias ou Conteúdo Transversal?

Flávio Pereira Diniz

O debate sobre a Filosofia e a Sociologia no ensino médio, em especial, sobre sua implantação e as formas propostas – enquanto disciplinas obrigatórias ou conteúdo transversal – inspirou o presente texto. Discutindo as implicações que tais formas podem apresentar no ensino dos ‘conhecimentos’ de Filosofia e Sociologia, procuro demonstrar que para alcançar os objetivos traçados pela legislação educacional brasileira, naquilo que concerne, especificamente, ao exercício da cidadania, a forma mais eficaz para tanto, é que as disciplinas sejam obrigatórias nas escolas de ensino médio, considerando ainda a necessidade de trabalhar os conteúdos pertinentes a tais disciplinas no ensino fundamental através dos chamados temas transversais. E ressalto, inclusive, a necessidade de discutir os atuais Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN-MEC).

A história da Filosofia e da Sociologia no ensino médio e fundamental no Brasil é caracterizada por um processo de intermitência, ora incluindo, ora excluindo as disciplinas.

Cronologicamente, podemos resumir assim:

1925 – Introdução da Filosofia e da Sociologia nas escolas secundárias, através da Reforma Rocha Vaz.

1942 – Retirada a obrigatoriedade, através da Reforma Capanema.

1961 – Retorno da Filosofia e da Sociologia, através da Lei n.º 4.024.

1971 – A Lei n.º 5.692 retira a obrigatoriedade das disciplinas.

1996 – A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), apesar de incluir em seu texto

o ensino de Filosofia e Sociologia, não garante sua obrigatoriedade.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, LDB (Lei n.º 9394/96), a Filosofia e Sociologia passaram a fazer parte das diretrizes curriculares do ensino médio, conforme prevê o inciso III do parágrafo 1º do artigo 36 da referida lei: “os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre (...) o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.”

O que a lei não deixa claro é a forma como esses conhecimentos devem ser trabalhados. Por outro lado, cabe aos Estados a regulamentação através de Lei Complementar. Em Goiás, a Lei Complementar n.º 26, de 28 de dezembro de 1998, explicita:

“Art. 35 – Os currículos do ensino fundamental e médio têm uma base comum nacional, de competência regulamentar do Conselho Nacional de Educação, e uma parte diversificada com vistas a atender as características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia goiana, de competência regulamentar do Conselho Estadual de Educação.

§ 1º - A parte diversificada do currículo compõe-se de:

a) ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna, a partir da quinta série, e de uma segunda língua estrangeira, no ensino médio, dentro das possibilidades da instituição, a ser escolhida pela comunidade escolar;

b) educação ambiental, sexual e para o trânsito, ética, estudos sócio-econômicos; programas de saúde, podendo ser desenvolvidos através de programas

especiais ou como temas transversais das disciplinas regulares do currículo;

c) as reflexões filosóficas e sociológicas serão conteúdo transversal no ensino fundamental e como disciplina no ensino médio.”

O professor e sociólogo Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho, membro da Federação Nacional dos Sociólogos - Brasil - FNSB, reconhecido por sua luta pelo ensino da Filosofia e da Sociologia nas escolas de ensino médio, em seu artigo “Sociologia: uma ciência necessária no Ensino Médio do País”, expõe: “..., a disciplina já é obrigatória desde 1983 ou posterior a essa data. Exemplos que se destacam é o Pará, com muita tradição nessa área, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso, Distrito Federal e Piauí entre outros...” (S.D., p. 2)

A LDB nacional “menciona”, como já afirmou o Prof. Lejeune no artigo citado anteriormente, “conhecimento” e não “disciplina”, o que causa diferentes interpretações de como as escolas trabalharão os “conhecimentos” de Filosofia e de Sociologia.

Enquanto em alguns Estados brasileiros o ensino de Filosofia e Sociologia é componente curricular obrigatório, entendendo que para ‘dominar’ os conhecimentos, como prevê a lei, ‘necessários ao exercício da cidadania’, as mesmas estarão organizadas como disciplinas obrigatórias, assim como outras disciplinas do ensino médio. Em Goiás, diferentemente, tais conhecimentos são encarados, principalmente pelo Governo do Estado (através da Secretaria de Estado da Educação), como conteúdos passíveis de serem trabalhados de outras formas. Por isso podemos tratá-los como ‘conteúdo transversal’, ou até mesmo na forma de Projetos, podendo caracterizar um tratamento pontual aos referidos ‘conhecimentos’.

Por isso, podemos observar propostas de que os conhecimentos de Filosofia e Sociologia no ensino médio podem ser trabalhados por outras disciplinas. Em tese isso seria feito pela Geografia ou pela História. Inserindo temas da Filosofia e da Sociologia em seus conteúdos, na forma de ‘interface’, abrindo ‘janelas’, ou utilizando outro recurso qualquer, como os referidos Projetos, estas disciplinas teriam a incumbência de atender as diretrizes definidas por lei.

O Prof. Amaury César Moraes, em seu artigo “Por que Sociologia e Filosofia no ensino médio?”, afirma:

“...busca-se substituir a experiência da investigação filosófica e da investigação sociológica por um ‘tratamento interdisciplinar e contextualizado’ dado pelo conjunto das outras disciplinas, sobretudo por ‘todos os conteúdos curriculares da área’ de ciências humanas, ‘todos’ que se reduzem a história e geografia (...) a Filosofia e a Sociologia são saberes e práticas e envolvem tecnologias necessárias e insubstituíveis na formação, não só da cidadania - se é que a cidadania é compreendida tão estritamente, ao que parece, como exercício do voto -, mas do indivíduo como ser humano, o que ultrapassa fronteiras territoriais e o imediatismo do contexto político. São duas formas de conhecimento básicas - como processo, como produto - de uma educação humanista, tão renegada pela legislação anterior (Reforma 5692/71), e que se esperava resgatada pela lei atual (Lei 9394/96). Como manter a denominação de área de ciências humanas se esses dois pilares fundamentais foram retirados? Ou tudo não passa de retórica e simulação?” (S.D., p. 3)

Minha argumentação vai ao sentido de que para alcançarmos os objetivos traçados pela legislação (LDB 9394/96), considerando as implicações político-pedagógicas do ensino de Filosofia e Sociologia, a melhor forma, e é preciso deixar bem claro que não é a única, é que sejam disciplinas regulares dos currículos de ensino médio.

Não se trata de defender a exclusão de diferentes abordagens, mas sim de propor uma opção que considero mais eficaz para, no mínimo, fazer cumprir o marco legal estabelecido.

Por outro lado, devemos levar em consideração a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, sem, contudo, relegar a Filosofia e a Sociologia à ocupação de espaços em outras disciplinas. Isso, quase que estritamente à História e Geografia. E por fim, considerando que podemos ter profissionais habilitados especificamente para tal exercício, e o que é mais importante, garantindo a abordagem sistemática dos conteúdos através de disciplinas regulares no ensino médio.

Na rede pública de educação do Estado de Goiás, as disciplinas são facultativas, cabendo às escolas a decisão de implantá-las ou não. O Governo do Estado, apesar de acenar algumas vezes favorável ao ensino regular da Filosofia e da Sociologia, como expressou na abertura de vagas para as disciplinas, na realização do último concurso público em 2003, não possui, até o momento, uma proposta, um plano ou projeto para as mesmas. Inicialmente, a partir de 1999, as escolas, estimuladas pelo próprio Governo, que, através da Secretaria de Educação, esboçava uma proposta de implantação das disciplinas, chegaram a implantá-las, contratando professores ou destinando as aulas para aqueles que já faziam parte do quadro, sendo da área ou não. Mas, em 2001, quando o Projeto de Lei Complementar n.º 9/00, de autoria do Dep. Padre Roque (PT-PR), que previa a obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia no ensino médio foi vetado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, após ter sido aprovado pelo Congresso, tivemos a ameaça de retirada das disciplinas em algumas escolas. Com certeza cabe, neste caso, um conhecimento, através de pesquisa, da realidade nas escolas

públicas do Estado referente ao ensino de Sociologia e Filosofia. Elas fazem parte do Projeto Político Pedagógico da escola? Existem como disciplinas ou são tratadas como conteúdo transversal? Os profissionais são especialistas nas respectivas áreas ou de áreas afins? Uma questão importante a ser abordada, num levantamento sobre as disciplinas nas escolas, é a motivação da comunidade escolar em adotar ou não a Filosofia e Sociologia em seus currículos.

Mais do que garantir o ensino regular da Filosofia e da Sociologia, através da obrigatoriedade (por força da lei, como é proposto por muitos), é preciso garantir as condições para que as mesmas possam ser desenvolvidas de modo a alcançarem seus objetivos, não esquecendo que, levando-se em consideração o caráter intermitente do ensino e a sua recente volta às escolas, tal tarefa exigirá um grande esforço por parte daqueles que se dedicarem a tal tarefa.

Referências Bibliográficas

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 1996.
- Lei Complementar n.º 26, de 28 de dezembro de 1998 - Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás.
- MORAES, Amaury Cesar. *Por que Sociologia e Filosofia no ensino médio?* Sociólogo, Professor Doutor de Prática de Ensino de Ciências Sociais e Professor substituto de Prática de Filosofia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. S.D., fac-símile.
- CARVALHO, Lejeune. *Sociologia: uma ciência necessária no Ensino Médio no País.* S.D., fac-símile.

Flávio Pereira Diniz é Sociólogo.

E-mail: flaviodiniz@pop.com.br

A Sudeco e o Desenvolvimento Regional

Tadeu Pereira Alencar Arrais

“*Centro-Oeste: O Novo Eixo Econômico Do Desenvolvimento Brasileiro*” foi o tema de um seminário que ocorreu no dia 5 de agosto de 2004 em Goiânia com o propósito de discutir as possibilidades e os limites do desenvolvimento dessa região que tem se destacado, do ponto de vista do crescimento econômico, no cenário nacional. Duas questões, entre muitas outras, chamaram atenção nesse seminário que reuniu especialistas em desenvolvimento regional, técnicos em planejamento e dirigentes políticos. A **primeira questão** é a discussão sobre o desenvolvimento e o protagonismo do Estado na condução de políticas regionais. A **segunda questão**, que tem estreita relação com a primeira, é a recriação da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), colocada como prioridade pelo Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional, Athos Magno.

Historicamente a palavra região apareceu no vocábulo das políticas governamentais relacionadas a dois fenômenos: o primeiro vinculado ao centralismo administrativo bem expresso nas primeiras regionalizações do país e o segundo ao planejamento regional, utilizando a região como uma escala de intervenção, como ocorreu a partir da década de 1960 no Brasil e um pouco antes na Europa. Nos dois casos o adjetivo político comparece associado à política governamental. No primeiro mais instrumental, tendo como um dos pressupostos a regionalização do país para fins administrativos, assim nascem, por

exemplo, as grandes regiões brasileiras - Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Já o planejamento regional tem relação com o reconhecimento, por parte das esferas governamentais, de uma desigualdade entre as regiões do país, representada através de indicadores econômicos e sociais, o que legitimou o discurso da presença no nosso território de regiões “historicamente deprimidas”, forjando, no caso do Nordeste brasileiro, o que ficou conhecido como o “mito da necessidade”. Em 1959 surge a SUDENE, idealizada por Celso Furtado e desvirtualizada, nos seus objetivos, durante o Governo Militar, que também se ocupou em criar a SUDAM em 1966, a SUDESUL em 1969 e a SUDECO em 1967.

No ano de 2001, sob acusação de ineficiência e corrupção, SUDENE e SUDAM são extintas. Destino igual teve a SUDECO no início da década de 1990. O fato que o ato de extinção não revelou é que, para além da corrupção (o que exigiria respostas fortes por parte do governo, punindo os responsáveis com rigor, o que não ocorreu), o que estava por trás era uma nova forma de compreender o desenvolvimento do país e, por consequência, uma nova agenda que tem como princípio a redução da intervenção do Estado acompanhada por toda uma agenda de reformas que não cabe aqui discutir. Decreta-se, dessa forma, o fim de um símbolo da preocupação regional e da intervenção do Estado no território brasileiro. Para substituir o que restava do planejamento regional (independentes de suas imperfeições) entram em ação os chamados “**Eixos De Integração E Desenvolvimento**”. Assim, foram

estabelecidos 12 “Eixos”, propondo uma nova regionalização do país, que responderam, grosso modo, aos vetores de exportação e investimentos de infraestrutura econômica, primando pela integração competitiva e articulando os corredores de exportação com mercado internacional. O exemplo notório dessa visão foi o estabelecimento do virtual “**Eixo Araguaia-Tocantins**”, que partiu do diagnóstico que o maior peso da economia do Centro-Oeste estaria articulado no sentido Norte-Sul e não Leste-Oeste, como é a realidade. Na verdade, ao desconsiderar o vetor agro-urbano industrial Leste-Oeste (Cuiabá-Goiânia-Anápolis-Brasília), a proposta desvia o olhar dos problemas sociais nessa região. Tanto o “Brasil em Ação” quanto o “Avança Brasil”, ambos de FHC, primaram por essa orientação e a região deixou por algum tempo o mapa político brasileiro.

Com a Vitória de Luis Inácio Lula da Silva, teoricamente, outra orientação de política regional é construída, deixando de lado os “**Eixos De Integração e Desenvolvimento**”.

Resgatando compromissos de campanha, o Governo Lula propõe a refundação, em bases distintas, tanto da SUDENE quanto da SUDAM. A primeira tem como justificativa o grande fosso que separa o nordeste, na relação PIB/população do resto do país, somando-se a dívida histórica que o país tem com a população dessa região. Com a SUDAM o motivo é também de ordem geopolítica, dado sua importância ecológica, além do fato de constituir-se numa imensa fronteira seca, onde a presença do Estado é imprescindível.

Enfim, a região volta ao cenário político brasileiro amparada pelo ineditismo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (www.integração.gov.br), coordenada pelo Ministério da Integração Nacional, tendo como um dos seus suportes intelectuais a professora Tania Bacelar de Araújo. A

leitura do documento básico da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) indica que esta em gestação uma forma diferente de se pensar o desenvolvimento regional, no âmbito da política governamental, o que teve repercussão direta tanto nos documentos dos GTIs (Grupo de Trabalho Interministerial) da SUDENE, SUDAM e também da SUDECO. A inter-relação dos atores públicos e privados, a diversidade de escalas de atuação no território nacional, a consideração dos arranjos produtivos, o arranjo institucional menos verticalizado e a constituição de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, como ocorreu na União Européia, estão entre os pontos positivos da PNDR. A SUDENE, a SUDAM e também a SUDECO, estão contempladas no PNDR. Vejamos o caso da SUDECO mais de perto.

Pouco depois do anúncio das intenções do atual governo em refundar a SUDENE e a SUDAM, as forças políticas do Centro-Oeste começaram a se mobilizar em torno da SUDECO. De fato, pode-se dizer, a SUDECO não estava entre as prioridades do Ministério da Integração Nacional. Isso se deve, em grande parte, à uma falsa idéia de que o Centro-Oeste é uma espécie de “região ganhadora”, construída sem a presença do Estado. Um pequeno trecho da minuta do Projeto de Lei Complementar da criação da SUDECO pode exemplificar esse raciocínio: “**Pretende-se que a nova autarquia seja estruturada de forma a formular políticas públicas que orientem a concepção e a implementação de novas estratégias empresariais, sem necessariamente utilizar incentivos fiscais, como a SUDENE e a SUDAM, pois tradicionalmente os empresários da região não se constituíram vinculados ao Estado como ocorreu nas Regiões Nordeste e Norte**”. (Brasília, 26/04/2004).

Historicamente, o padrão de intervenção da SUDECO no Centro-Oeste se pautou pelo apoio à atividade

agropecuária, o que resultou numa mudança significativa no perfil econômica dessa região, com repercussão negativa no nosso padrão de urbanização. Ao Estado, por intermédio de programas como o POLOCENTRO, coube o papel de capitalizar o Centro-Oeste, através de política de crédito e custeio da produção e comercialização, fato que reforçou, de certa forma, a idéia de “celeiro nacional”. A marcha da soja em Goiás e no Mato Grosso é o maior exemplo.

O Documento Básico de Criação da Nova Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), aprovado pelo Grupo de Trabalho Interministerial em 17 de novembro de 2003, traça os novos arranjos e desafios a que deve responder a nova SUDECO. O nível de ação, em consonância com aquele delineado pela PNDR, responde a várias escalas e níveis de intervenção, além de favorecer a articulação entre os atores públicos e privados, abrangendo também a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno de Brasília). Em 26 de abril de 2004 a minuta do Projeto de Lei Complementar da criação da SUDECO foi enviado para apreciação do presidente da República e desde então tramita no Congresso Nacional. Certamente sua urgência é menor que a da SUDENE e da SUDAM, dado o peso da representatividade política dessas regiões, o que exige um esforço maior para construir uma articulação entre os Estados do Centro-Oeste para que a SUDECO saia do papel e assim comece a intervir na realidade do Centro-Oeste.

De qualquer forma, a nova SUDECO é tributária, e não poderia ser diferente, das contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro das últimas décadas, especialmente no Centro-Oeste. O padrão da economia agro-exportadora, fomentado por ela no passado, estimulou a concentração de renda e terra nas mãos de poucos, modelo de ação que já vem sendo

revisto no gerenciamento dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. É um começo. Seu novo formato, no plano das ações, deverá lidar com quatro dilemas, entre tantos outros:

Como, no momento de cortes de gastos e investimentos de toda a ordem na esfera federal, conseguir os recursos necessários para investir numa região que exhibe invejáveis indicadores de crescimento econômico?

Como, no momento de disputa federativa, muito bem ilustrado pela guerra fiscal, construir a autonomia financeira e administrativa para gerir os recursos e determinar áreas prioritárias de investimento para o Centro-Oeste e não para Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul ou Distrito Federal, separadamente?

Como lidar com os gargalos de infra-estrutura, especialmente energia e transporte, sem comprometer, ainda mais, a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas que recobrem o Centro-Oeste e que estão comprometidos, justamente, pelo padrão de produção agrícola fomentado pelo Estado, tanto ontem quanto hoje?

Como articular seu padrão de atuação em espaços sub-regionais diferenciados, como os da moderna agricultura, das áreas de pecuária e agricultura tradicional e também das áreas urbanizadas?

De qualquer modo, independente das incertezas, a recriação da SUDECO é o exemplo de que a região é, antes de tudo, uma “arena política”. O apelo para a coalizão política da SUDECO, agregando segmentos políticos, empresariais, a imprensa, etc., não pode correr o risco de transformar-se numa espécie de regionalismo caduco. Forçar uma identidade para o Centro-Oeste a partir da SUDECO é um equívoco, pois não é pela falta de identidade que não temos uma política nacional de desenvolvimento regional. Pensar a SUDECO, a SUDAM e a SUDENE de forma isolada é cometer o

mesmo erro duas vezes. Uma política de planejamento para o Centro-Oeste, como para qualquer outra região do país, deve estar atrelada a uma estratégia nacional de desenvolvimento. É preciso torcer para que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional, represente o retorno da região ao cenário político. Assim, quem sabe, poderemos voltar a falar em desenvolvimento regional e a SUDECO já nascerá com força, sem depender, exclusivamente, da representatividade política do Centro-Oeste.

Tadeu Pereira Alencar Arrais é Professor da UEG – Universidade Estadual de Goiás e UFG – Universidade Federal de Goiás; Doutorando na UFF – Universidade Federal Fluminense/RJ.

e-mail: tadeuarrais@bol.com.br

Bloch: Materialismo e Esperança

Ugo Borghello

O fim que Bloch se propõe no livro que tomamos como objeto de análise: *Ateísmo em el Cristianismo*. “*el que me ve a mi, ve al padre*”¹, é demonstrar, partindo do pressuposto implícito da verdade da visão marxista da realidade, que a religião cristã é, em substância, parte integrante e expressão dessa verdade e, portanto, da mesma realidade materialista.

Qual é o método seguido para chegar a esta conclusão? À parte da exegese muito *sui generis* que Bloch fez da Bíblia na obra que constitui o objeto de nossa atenção há que ter presente a filosofia própria do autor, expressa de modo mais exaustivo em seu livro *Prinzip Hoffnung*²; aqui só podemos oferecer um brevíssimo resumo do mesmo.

Constata-se, antes de tudo, a presença no homem de uma consciência antecipadora, que Bloch descreve amplamente com método fenomenológico. Em múltiplas formas o homem se abre a desejos, projetos e sonhos que buscam antecipar nosso futuro e nos abrem a este. Trata-se de um verdadeiro sonhar acordado, muito diferente dos impulsos inconscientes, dos sonhos noturnos, dos desejos reprimidos e esquecidos que povoam, segundo Freud, nosso inconsciente. Sonho noturno é sempre uma volta atrás; o sonhar acordado, ao contrário, é uma antecipação, uma utopia, uma abertura da imaginação, signo evidente de uma força até agora não bem definida que nos põe em movimento. O sonhar acordado – verdadeiro motor de todo projeto político e de todo o progresso do homem – não pode ver do inconsciente, sendo ele ainda-não-consciente.

Segundo Bloch, é necessário postular, além da consciência – descoberta desde há muito tempo – e do inconsciente – explorado em época recente –, o ainda-não-consciente, que até agora havia passado despercebido.

O marxismo seria o primeiro a ter introduzido a noção de futuro na visão teórica e prática da realidade; só no marxismo a utopia (o sonho irrealizável) se concilia com a realidade, fazendo-se utopia concreta, esperança.

Porém, precisa-se de uma fundamentação ontológica: a imaginação antecipadora não pode contactar com a realidade se não tem uma correspondência com esta. Não poderia dar-se um processo de desenvolvimento imanente no mundo se este permanecesse imutável e preso em si mesmo. Na forte polémica com o positivismo e o materialismo mecanicista e determinista, Bloch afirma a presença da categoria de possibilidade e a novidade na matéria: está aqui o correlato ontológico da imaginação utópica.

P. Masset sintetiza bem o pensamento expresso no *Prinzip Hoffnung*:

“O ato que se realiza implica o momento do ainda não realizado. Por isso, a utopia concreta, a esperança, é realista, muito mais realista que o positivismo e o racionalismo, para os quais o mundo todo está dado, seja factualmente, seja, como em Hegel, na forma de predestinação. O marxismo é a ciência nova do mundo porque é a ciência do novo, do futuro, do real como acontecer e do trabalho como transformação da realidade. O marxismo já não se apóia no passado; o novo ponto de apoio de Arquimedes é o futuro, o novo que ascende ao ser mediante o trabalho do homem. Bloch estuda detidamente a categoria de possibilidade – a mais desentendida, disse, pela ontologia, que só havia considerado como determinação do conhecimento, não do objeto – e as categorias anexas: o ainda-não, o nada e o tudo. Bloch distingue o possível puramente formal, o possível fático, o possível conforme a estrutura do objeto

¹ Título original: *Atheismus im Christentum. Zur religion des exodus und des reiches*. Suhrkamp verlag, Frankfurt. As citações estão tomadas na edição italiana. Feltrinelli, Milão, 1971. (Título em português: *Ateísmo no Cristianismo*. N. do T.).

² BLOCH, E. *Das Prinzip Hoffnung*. 3 vols. Berlim, 1954-1959. Título em português: *O Princípio Esperança* (N. do T.).

*real - que oferece o fundamento para a esperança humana. Permite definir a matéria mesma como abertura ao futuro e em perpétua tensão, de sorte que o ato de realização e o próprio sujeito realizante não cessam de reiniciarem constantemente*³.

Bloch se distancia de todos aqueles que tendem a ler o futuro no passado, como os estóicos, Spinoza, Liebniz e, sobretudo, Hegel, a quem considera mais um evolucionista que um dialético do *novum*. Se distancia também dos vitalistas e de Bergson, que vêem o real como impulso vital imprevisível e anárquico: onde tudo muda sem mudar nada. Se apóia, ao contrário, em Aristóteles, o primeiro a ter reconhecido a possibilidade ao nível do real e concretamente na matéria. A matéria, para Aristóteles, é um ser em possibilidade (katã tō dynatōn), e neste sentido é o limite de toda formalidade; mas é também um ser em potencialidade (dynamei òn), e dizer, o seio fértil, “o centro inesgotável de que surgem as figuras do mundo”; é “o aspecto luminoso”, “lá se faz a esperança”, das possibilidades reais da matéria. Neste sentido, o evolucionismo parece realmente superado; o “ser em possibilidade”, o “ainda-não-ser” da matéria, segundo Aristóteles, não é princípio determinante da evolução, sendo possibilidade de mudança e incremento que pode passar ou não ao ato⁴.

Sem embargo, para Aristóteles, a potencialidade tem necessidade do ato para realizar-se e a matéria permanece indeterminada sem a forma; isto postula uma articulação metafísica bem precisa, com um transcender real do ato concernente à potencialidade, sem que seja no ser contingente uma redução de um elemento ao outro, como se dá, ao contrário, em uma filosofia não metafísica (como são tanto o materialismo como o idealismo, onde as articulações, quando se admite, são só diferentes expressões de única dimensão determinante). Bloch se refugia na dogmática marxista: bastará substituir o ser em

potencialidade aristotélico, fértil, todavia passivo, pela matéria dotado por si mesma de movimento espontâneo e dialético, para desembocar ao materialismo dialético e histórico do marxismo. Então, pensa Bloch, torna-se possível a inserção do trabalho humano no processo da dialética da matéria, segundo Marx: “então, o tudo utópico, o último ainda em devenir, aparece como o mais real do real, o horizonte do mundo”⁵.

Para Bloch, a matéria atualmente inacabada chegará a sua plena realização futura, que constituirá em relação ao movimento precedente e atual não só um avanço e melhoria quantitativa, sendo um verdadeiro salto de qualidade; a realidade encontrará sua plena identidade por obra da “mater-ia”, mãe de todas as coisas, que produzirá aquele dia de suas próprias entranhas e de sua capacidade geradora de que tudo procede. Sem embargo, o processo não está assegurado; pode desembocar no tudo, porém pode também cair no nada. A identidade homem-natureza também pode fracassar. Contudo, o possível, ainda que sendo algo real, é algo ainda não realizado. Os marxistas devem, portanto, estudar as condições de possibilidade do real (o que Bloch chama de “corrente fria” do marxismo), porém devem também abrir-se com valentia ao futuro (a “corrente quente” do marxismo).

Bloch se afasta de um certo determinismo marxista que reduz a alienação do homem à alienação econômica e que contempla tudo como processo já determinado. Até justificar a inevitabilidade de um poder estatal totalitário que se apresenta como intérprete do processo histórico, segundo uma imanentização da providência divina, já teorizada por Hegel. A esperança marxista, na ótica de Bloch, não autoriza o otimismo passivo da fé automática no progresso nem no pessimismo absoluto. A esperança marxista funda o “otimismo militante” frente ao processo e desenvolvimento do mundo, mediante a utopia, na parte mais avançada e ágil do ser da matéria em movimento. Para ele, deve-se articular o sujeito e o objeto (porém, sem poder justificar tal articulação a nível teórico, dado que isto é impossível sobre a base materialista e, portanto,

³ MASSET, P. *Esperanza marxista, Esperanza cristiana*. Roma, Ed. Ave, 1978 - págs. 39-40.

⁴ Cf. BLOCH, E. *Gli strati della categoria del possibile*. In: *Filosofi tedeschi d'oggi*. Bolonha, Il Mulino, 1967, págs. 68- 69.

⁵ MASSET, P. *ob. cit.* pág. 41.

monista), incluídos um no outro no processo da dialética da matéria.

Na ótica imanentista e materialista, a inicial dicotomia entre consciência antecipadora e categoria ontológica da possibilidade, que funda a novidade futura não evolucionista, deve reduzir-se necessariamente a uma ou a outra. Com uma premissa materialista, é claro que tal redução se faz a favor da matéria objetiva, que engloba a tomada de posição subjetiva (...) esta potência imanente da matéria é ela mesma matéria e empurra toda a realidade para a frente. Daí a íntima aspiração do homem à felicidade e à plena auto-realização; porém, este desejo, dadas as limitações e a sua realização incompleta do momento presente (e do passado), constitui, precisamente por não estar, a razão mais profunda, ontológica e não somente econômica e sociológica, de toda a alienação.

O desejo não satisfeito de perfeição impulsiona o homem a sublimar, em concepções fantásticas e puramente imaginárias, até que ponto perfeito, total e completo está em seu desejo e em sua força interna, exteriorizando-o em sujeitos e realidades estranhas. A idéia de Deus, por exemplo, seria fruto desta tentativa de antecipar pela imaginação a futura auto-realização do homem e da matéria, por via da alienação. Toda religião, e a religião cristã em particular, é ilusão e fantasia. Porém, a exigência que a determina seria, ao contrário, manifestação e expressão (se bem que alienada) dessa potencialidade de realização interna da matéria e, portanto, da esperança humana conseqüente.

Portanto, a religião cristã, na análise de Bloch, apresenta-se como manifestação e prova do princípio da potencialidade da matéria, de esperança derivada deste princípio e, por isso mesmo, definitivamente, da visão materialista e marxista da realidade.

Tradução de Nildo Viana.

Os Super-Heróis e a História

Transcrevemos abaixo entrevista concedida por Nildo Viana à Fernanda Colavitti, da Revista Galileu (trechos publicados no nº 156, julho de 2004). O tema da entrevista é o mundo dos super-heróis, abordado em artigos publicados pelo entrevistado. A temática central da entrevista é a relação entre super-heróis e história, tocando em questões com a dos super-heróis antes dos quadrinhos, o papel histórico do super-herói como uma espécie de auto-ajuda, a relação dos super-heróis com o contexto histórico, especialmente no caso do Homem-Aranha, a razão do sucesso ou fracasso dos super-heróis e, por último, a relação dos super-heróis com a ciência e a tecnologia. Abaixo a entrevista integral.

Fernanda Colavitti: *Antes de aparecerem nos quadrinhos, os Super-heróis já existiam em histórias orais ou outro tipo de mídia?*

Nildo Viana: Os antecessores mais próximos dos super-heróis por suas habilidades sobre-humanas talvez sejam os Deuses do politeísmo antigo, principalmente os Deuses gregos e nórdicos (que, aliás, foram incorporados no mundo dos quadrinhos, pois Hércules e Zeus, deuses gregos, e Thor, Loki, Odin, etc., deuses nórdicos, foram introduzidos no mundo marvel de super-heróis). Poderíamos pensar também nos heróis como precursores dos super-heróis, tanto os da ficção quanto os da realidade. O individualismo da sociedade moderna abre espaço para a valoração do herói real e também o herói fictício. No entanto, os heróis fornecem apenas alguns elementos para a criação dos super-heróis, que seria necessário complementar com outros elementos, só possíveis com o desenvolvimento histórico. Os super-heróis tal como os conhecemos e com suas características definidoras, são produtos da sociedade moderna. Os deuses antigos são superpoderosos mas são vistos como verdadeiros por seus produtores e reprodutores, até serem transportados para o mundo da ficção, enquanto que os super-heróis são reconhecidos como produtos fictícios tanto pelos seus produtores quanto leitores. Os heróis – tanto os fictícios quanto os reais – são seres habilidosos, corajosos, excepcionais, mas sem superpoderes. A formação dos super-heróis só foi possível através da conjugação de diversas determinações, entre as quais os avanços tecnológicos, o individualismo, a necessidade de homens fortes em períodos de crises, etc. Os precursores mais próximos dos super-

heróis são os próprios heróis dos quadrinhos. Os heróis dos quadrinhos se diferem dos super-heróis por que estes últimos possuem superpoderes e não apenas qualidades humanas excepcionais e vivem num mundo povoado por seres superpoderosos. A emergência de heróis como Tarzan, Flash Gordon, Jim das Selvas, Brik Bradford, Dick Tracy, entre outros, abrem caminho para o herói fantástico, um avanço rumo ao super-herói, tal como no caso de Mandrake, com seus poderes mágicos, mas que não vive num mundo com outros seres superpoderosos. Eles são a condição de possibilidade do surgimento dos super-heróis.

Fernanda Colavitti: *O primeiro Super-herói dos quadrinhos foi o Super-Homem, na década de 1930. Ele foi criado no momento em que os EUA se recuperavam de uma grande crise econômica. Podemos dizer que ele foi criado com a intenção de incentivar a população americana, como uma espécie de auto-ajuda?*

Nildo Viana: O Super-Homem é produto de sua época. Era a resposta americana ao nazismo e sua ideologia da “raça superior”, e, ao mesmo tempo, um apelo ao homem comum para que seja forte e suporte todas as situações desfavoráveis (a crise da época), bem como um grito de liberdade inconsciente. Quero dizer com isso que, do ponto de vista intencional, o Super-Homem tinha uma função parecida com a auto-ajuda, já que, tal como o filósofo alemão Nietzsche (assimilado pelo nazismo) pregava, era o protótipo do homem-forte, que suportava as misérias do mundo. Aliás, o super-homem foi um nome apontado por Nietzsche, mas noutro sentido, embora havendo semelhanças. Também era a

resposta fictícia dos americanos ao nazismo: precisamos de soldados, heróis de carne e osso, e os heróis fictícios são exemplos a serem seguidos, são inspiradores e são amados pelo público. Mas tem também um lado não intencional, que revela, para utilizar linguagem psicanalítica, o desejo inconsciente de liberdade, de ultrapassar os limites de uma sociedade burocrática, mercantil, sem aventuras, uma cotidianidade vazia e sem sentido. O Super-Homem, assim, pode ser considerado expressão do dilema do indivíduo norte-americano de sua época, mas que permanece existindo em muitos aspectos até os dias de hoje. Isto é observável, por exemplo, em sua dupla identidade, a de homem comum, preso nas malhas burocráticas e oprimido, e o Super-Homem, invencível e imbatível, que desafia as leis da natureza e supera todos os limites humanos. A recepção do Super-Homem foi resultado das tendências da época e das necessidades inconscientes dos indivíduos presos no mundo burocrático e mercantil.

Fernanda Colavitti: *Assim como no caso do Super-Homem, outros Super-heróis têm relação direta com o contexto histórico em que foram criados. Isso é muito claro no caso do Capitão América, por exemplo. Mas no caso do homem-aranha, qual foi a influência? Ela não está muito clara.*

Nildo Viana: O surgimento do Homem-Aranha está ligado ao novo contexto histórico do final dos anos 50 e início dos anos 60. Em primeiro lugar, havia uma crise dos quadrinhos de super-heróis, que teve seu período de auge entre 1938 até o final da década de 40 e seu período de declínio nos anos 50; em segundo lugar, o mundo passava por um período de mudanças, no qual as mudanças artísticas, culturais, políticas dos conturbados anos 60 promoviam a necessidade de super-heróis mais complexos, irônicos, jovens, irreverentes, ambíguos. O “bom-mocismo” do Super-Homem, Capitão América, Batman, entre outros, já não era suficiente. O fim da Segunda Guerra Mundial e a relativa estabilidade do capitalismo provocaram novas necessidades imaginárias. As mudanças culturais também se fizeram presentes. A juventude enquanto grupo social se expandia e passava a ser vista como um

mercado consumidor específico e esta especificidade teve sua criação realizada pela própria indústria cultural em expansão. Um novo tipo de super-herói precisou surgir. O Homem-Aranha era o “tipo ideal”, pois ele mesmo era jovem e assumia a identidade juvenil com suas irreverências e ironias, abrindo caminho para a popularidade na faixa da população que mais consumia quadrinhos na época. A juventude não é algo dado pela idade ou biologia e sim um produto social, no qual a escolarização assume papel fundamental e a condição ambígua do jovem, integrado parcialmente na sociedade e trazendo em si a recusa do futuro papel de adulto simultaneamente com o desejo das vantagens deste papel, é similar ao dilema do Homem-Aranha, entre ser herói ou ser uma pessoa descomprometida com tal dever. É esta situação do jovem que o predispõe para se inspirar e cultivar os heróis e super-heróis. É por isso que alguns, tal como Sidney Hook em seu livro *O Herói na História*, naturalizam “o culto juvenil do herói”, não percebendo que se trata de um fenômeno social. Por outro lado, as empresas produtoras de super-heróis precisam de novos heróis para reviver o seu mercado consumidor e ao lado do Homem-Aranha surge O Quarteto Fantástico, que tem o jovem Tocha Humana e suas contendas bem humoradas com O Coisa, bem como outros super-heróis cuja criação está ligada ao desenvolvimento histórico da sociedade norte-americana.

Fernanda Colavitti: *Qual o motivo pelo qual alguns super-heróis famosos, como o Capitão Marvel acabaram caindo no esquecimento, enquanto outros, como o Homem-Aranha, Superman, Hulk etc. continuam fazendo sucesso por diversas gerações? O que esses Super-heróis que deram certo têm em comum?*

Nildo Viana: Como já dizia Marx, o “concreto é o resultado de suas múltiplas determinações”, isto é, do ponto de vista metodológico não podemos pensar numa posição monocausal. Precisamos, para compreender esta questão que você coloca, perceber outras determinações do fenômeno. Veja que o Capitão Marvel era um super-herói isolado e suas histórias eram limitadas, cuja criatividade e riqueza imaginária era muito inferior aos dos super-heróis surgidos das

duas grandes fábricas de super-heróis, a Marvel e a DC Comics. Os super-heróis da Marvel e da DC vivem num universo muito mais rico tanto do ponto de vista quantitativo (existem mais super-heróis e supervilões) quanto qualitativo (as histórias são mais ricas) e possibilita uma ampliação infinita de poderes e expansão, coisa que não ocorre no caso do Capitão Marvel. Além disso, a estrutura monopolista do processo de produção de super-heróis é outro fator que deve ser levado em conta. Veja o exemplo dos super-heróis brasileiros para ver a semelhança com o caso do Capitão Marvel. Quem hoje conhece Raio Negro (não confundir com o homônimo da Marvel), Capitão Estrela, Fantastic Man, Mylar, Hydroman? Existe uma competição pelo mercado e somente alguns vencem e a razão da vitória se encontra num conjunto de determinações, indo desde a qualidade da mercadoria até as estruturas monopolistas de produção, divulgação e distribuição. Por isso, apenas a Marvel Comics e a DC Comics, com a mais recente Image, que tem consigo ex-desenhistas e roteiristas da Marvel, monopolizam o mercado dos quadrinhos de super-heróis, com poucas exceções (tal como os quadrinhos japoneses que estão ganhando cada vez mais espaço).

Fernanda Colavitti: *O que faz do Homem-Aranha um dos maiores heróis da cultura pop. do século 20?*

Nildo Viana: O Homem-Aranha tem uma característica que lhe rende mais popularidade do que outros super-heróis. Em primeiro lugar, é um jovem e isto cria um processo de identificação dos jovens com este super-herói e nunca é demais lembrar que o maior público de super-heróis é o jovem. Em segundo lugar, derivado de sua juventude, ele é irreverente e traz muitas pitadas de humor em suas aventuras, o que é outro atrativo (que se encontra, por exemplo, hoje em filmes e desenhos animados de sucesso, como *O Máscara* e *Fricazóide*, embora estes tenham como objetivo fundamental o humor). Ele é uma reprodução dos dilemas juvenis e os conflitos interiores do personagem refletem isso, tornando-o um personagem que agrada a juventude.

Fernanda Colavitti: *Por que Super-heróis fazem tanto sucesso, principalmente entre o público jovem?*

Nildo Viana: A razão do sucesso dos super-heróis junto à população jovem nos remete ao problema do inconsciente coletivo. A expressão inconsciente coletivo é de origem psicanalítica. Sua origem ocorre com a obra de Jung e está presente, de certa forma, em Fromm, quando este aborda o “inconsciente social”. Aqui, no entanto, esta expressão assume uma conotação mais próxima de Freud, mas sem cair no seu pansexualismo. O inconsciente coletivo é o *locus* de um conjunto de necessidades-potencialidades reprimidas por um determinado grupo social. Isto nos ajuda a compreender este fenômeno, pois a juventude é um grupo social que possui características próprias, derivadas de sua posição social. Os jovens são aqueles indivíduos que estão em processo de ressocialização (ou “socialização secundária”), isto é, estão sendo preparados para assumir uma profissão e as responsabilidades sociais. Este “estágio de preparação” é marcado pela ambigüidade: a falta de autonomia por não possuir recursos financeiros que os adultos possuem marca uma luta por autonomia mas ao mesmo tempo revela sua recusa, pois o próprio processo de ressocialização, uma antecâmara da vida profissional e social adulta, e do futuro que lhe espera (profissão e responsabilidades sociais, tal como o casamento, funções civis, etc.) é negado, e esta postura contraditória é o signo de sua ambigüidade. Os jovens querem a autonomia financeira mas não querem pagar por ela, isto é, assumir as responsabilidades que são sua condição de possibilidade. Mas isto não é um processo consciente, pois para perceber isto seria necessário ter uma ampla consciência do conjunto das relações sociais da sociedade moderna. E como os jovens já estão submetidos ao processo de ressocialização (escola, para uns, trabalho para outros) já são vítimas da repressão social e por isso possuem um desejo inconsciente de liberdade, que constitui parte do inconsciente coletivo da juventude. O desejo de liberdade é um ponto fundamental aqui e os super-heróis satisfazem imaginariamente este desejo e assim possuem uma força atrativa inconsciente, além da consciente, expressa

nos tipos de seres extraordinários. Mas como este não é um problema apenas do jovem, então os super-heróis dos quadrinhos também satisfazem imaginariamente os desejos de liberdade de outros grupos sociais. Inclusive o público da superaventura vem cada vez mais sendo expresso por faixas etárias mais velhas, pois os jovens do passado ainda não abandonaram seu desejo inconsciente de liberdade e a ligação de outros tempos traz um atrativo nostálgico que é um ingrediente a mais para sua permanência e perpetuação. No entanto, o público jovem continua sendo o aliado mais forte dos super-heróis, pois é durante a juventude que a manifestação do desejo inconsciente de liberdade é mais forte.

Fernanda Colavitti: *Li uma citação em um dos textos do senhor que a maioria dos Super-heróis (pelo menos os mais conhecidos, como Super-Homem, Homem-Aranha, Hulk, os X-Men etc.) têm origem em algum desvio da ciência e que o objetivo seria “a reprodução do caráter contraditório da ciência, que, ao mesmo tempo, realiza progresso e retrocesso, desenvolve o controle e o descontrole sobre o meio ambiente onde vive a humanidade (transformando-o e destruindo-o), melhora e piora a qualidade de vida e assim por diante”. Isso é proposital?*

Nildo Viana: Os super-heróis são produtos de nossa sociedade e carregam suas contradições. Na maioria dos casos isto ocorre de forma não intencional, sendo apenas a reprodução de uma contradição existente na realidade. A ciência traz em si uma contradição que se revela nas suas utilizações consideradas benéficas e nas consideradas maléficas, tais como, para citar dois exemplos clássicos, as que se pode ver nos avanços da medicina e na bomba nuclear. A própria existência dos super-heróis se funda na contradição, pois se não houvesse contradições não haveria razão de ser para sua existência, embora isto seja feita de forma mistificada, sem nunca ir à raiz social que lhes possibilitaram. Também pode haver uma crítica consciente ao caráter contraditório da ciência mas esta hipótese só poderia ser comprovada através de estudos biográficos sobre os criadores e roteiristas da superaventura. Desta forma, a maioria dos casos aponta para a não intencionalidade em reproduzir a contradição da ciência.

Fernanda Colavitti: *Podemos dizer que a própria idéia de super-herói não existiria sem a ciência?*

Nildo Viana: Poderíamos pensar em seres semelhantes mas não super-heróis, que são produtos da sociedade moderna e só podem emergir com suas características definidoras nesta sociedade, marcada pelo desenvolvimento científico-tecnológico. Não seria de todo impossível a criação imaginária de super-heróis sem utilizar o apelo à ciência, pois se poderia utilizar os poderes mágicos para lhes caracterizar, mas não os poderes de origem tecnológica (Homem-de-Ferro, Batman) e “cósmicos” (Surfista Prateado, Galactus). No entanto, embora o mundo dos super-heróis tenha incluído a magia como fonte de poder em muitos casos, sem o desenvolvimento científico que está na base da origem e desenvolvimento dos super-heróis, certamente eles não existiriam. A imaginação criativa que está na base da criação dos super-heróis é diretamente derivada do desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade e a totalidade das relações sociais da sociedade capitalista.

Fernanda Colavitti: *De que maneira os ataques terroristas de 11 de setembro afetaram o mundo dos Super-heróis? Li um texto interessante que dizia que alguns dos mais duradouros personagens das histórias em quadrinhos foram criados em tempos de crise (super-homem, capitão América e hulk, por exemplo), respondendo às necessidades de seus tempos. O senhor concorda com essa afirmação? Agora que o temor é o terrorismo, como essa questão foi introduzida nas histórias desses super-heróis?*

Nildo Viana: Sem dúvida, os super-heróis são produtos sócio-históricos e, portanto, não podem ser desligados de sua época, bem como seu desenvolvimento e destino. Os Super-Heróis surgiram numa época de demanda imaginária provocada pelos problemas sociais mas também se aproveitando das necessidades imaginárias permanentes existentes em nossa sociedade. As mudanças históricas na sociedade moderna afetam, de uma forma ou de outra, o mundo dos super-heróis. Porém, não é qualquer mudança que terá efeitos consideráveis sobre os super-heróis. No caso

do terrorismo e do 11 de setembro, teremos mais mudanças temáticas temporárias, mas não grandes mudanças. O que pode ocorrer é uma dupla conseqüência para o mundo dos super-heróis: por um lado, alguns irão abandonar os super-heróis, pois o conforto proporcionado por eles pode passar a ser insuficiente e neste caso se torna necessário algo mais do que eles proporcionaram até agora, o que significaria um desenvolvimento no sentido de aumentar a criticidade da superaventura, o que esbarra nos interesses nacionais norte-americanos; ou buscar humanizar estes seres inumanos, retomando os heróis em detrimento dos super-heróis. Por outro lado, isto pode provocar uma nova demanda imaginária por seres superpoderosos, que pode não só manter a perpetuação dos existentes como também provocar reformulações ou a criação de novos super-heróis.

Fernanda Colavitti: *O texto também falava sobre a criação de um novo trio de super-heróis pela Marvel (the call of Cuty- O Apelo do Dever), cidadãos de Nova York que se tornaram heróis ao lutarem contra terroristas. O senhor já ouviu falar desses personagens?*

Nildo Viana: Tenho algumas poucas informações mas não cheguei a ler estas revistas novas. Porém, não se trata de super-heróis e sim heróis de carne e osso, sendo mais uma homenagem aos indivíduos que contribuíram com o resgate das vítimas no World Trade Center. São três personagens principais, um policial, um bombeiro e um assistente médico, que resgatam as vítimas do atentado de 11 de setembro, e que são

apresentados com algumas imagens mescladas com os velhos super-heróis da Marvel. Aqui mais parece uma satisfação social e solidariedade nacional ao lado de um reconhecimento da insuficiência do imaginário dos super-heróis. Aqui parece haver um primeiro reconhecimento da necessidade de mudanças nos novos tempos, pois os super-heróis anticomunistas da Image ou os tradicionais da Marvel e DC estão ficando defasados historicamente. Humanizar o mundo dos super-heróis é uma possibilidade de tentar reativar sua vitalidade, tanto no caso de retomar heróis de carne e osso como nas mudanças de foco imaginário, que também pode se voltar mais para o mundo terreno, tal como no caso dos heróis que foram “recrutados” na época da guerra e hoje os super-heróis, criados neste mesmo período para combater os nazistas, voltados para aventuras extremamente fantásticas em outros mundos, no caso da Marvel, podem receber uma nova humanização. Isto, no entanto, vai depender de uma variedade de determinações, desde a questão do mercado consumidor, a política editorial das grandes produtoras, a evolução histórico-social concreta, pois são estas que definirão o futuro dos super-heróis.

Nildo Viana é sociólogo e Professor da UEG – Universidade Estadual de Goiás; autor de “Heróis e Super-Heróis no Mundo dos Quadrinhos” (Rio de Janeiro, Achiamé, no prelo).

E-mail: nildoviana@terra.com.br

Chuva Incerta

Diego Mendonça

A chuva cai
E do corpo de Ludovico escorre sua
moral
Sentado na calçada
Pernas encolhidas e olhos esbugalhados
Cada gota leva uma reflexão incisiva
O próprio e inabalável Eu estremece de
pavor
As armas da incerteza beira suas
muralhas...
E Ludovico pensa em sexo
E quase chora de raiva
É um assunto delicado e ele não pode se
abrir facilmente
Nem com ninguém
Nem consigo mesmo
E o desejo vem
E morre mesmo fresco...
Nem se abrir um pouco é permitido
Auto- ...
Controle, piedade, flagelo
Solitário e conflituoso
Nem mesmo um cigarro agora
Ludovico pode acender
Fazer o quê então com o tédio
Fazer o quê então com as dúvidas
Muito menos consegue ver
Suas certezas navegarem a pequena
enchurrada que passa sob seus pés
Um cuspe!!!
É só desprezo, nada mais
Lutar com a verdade
Buscar a abertura e receptividade do
novo
Tem sido tortuoso para Ludovico
Buscar o que venha a ser qualquer
identidade
Mesmo que não queira
Mesmo que não possa
Mesmo assim...
Se sente uma mísera partícula pensante
E o que lhe angustia é justamente essa
posição
Há algumas noites vem sonhando com

uma construção
Que tijolo por tijolo vai indo em frente
Até chegar sua vez - O último tijolo!
Não sabe como mas percebe que o
produto da construção
É uma casa
Olha seu interior
É lindo e provocante
E ali se encontram vários vultos
Com gargalhadas, vozes e canções
Com palhaçadas, neuroses e aflições
E depois se vira para fora da casa
Muitos ficaram de fora
E vigiam a casa
E nesta hora Ludovico sempre desperta
Com uma grande dor no peito
Um aperto quase que nostálgico...
A chuva diminui e é chegada a hora de
caminhar
Por quê diabos esse sonho me persegue??
Ludovico já provou de muitas e muitas
águas
E todas só lhe foram úteis para matar a
sede
Momentaneamente
De acordo com a situação
Mas seu desejo é encontrar uma fonte
Que corra sempre água fria
Que não pare e nem forme poços
Que se renove
E que mate a sede
Sempre que a sede vier
Por isso a atração pela chuva
Ludovico segue seus olhos
E caminha...

**A Saga de Ludovico continua no próximo
número...**

**A pedido do autor este texto não exige copyright
e sim copyleft, isto é, é livre a reprodução desde
que citada a fonte.**